UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

GILSON MARTINS

IMPACTO DO PRONAF INVESTIMENTO NA SUSTENTABILIDADE DAS UNIDADES FAMILIARES, PRODUTORAS DE LEITE NO MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA – PARANÁ.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PARANÁ - BRASIL
DEZEMBRO - 2014

GILSON MARTINS

IMPACTO DO PRONAF INVESTIMENTO NA SUSTENTABILIDADE DAS UNIDADES FAMILIARES, PRODUTORAS DE LEITE NO MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA – PARANÁ

Dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Prof. Dr. Nardel Luiz Soares da Silva - Orientador
Dr. Pedro Celso Soares da Silva - Coorientador

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PARANÁ - BRASIL
DEZEMBRO – 2014

Catalogação na publicação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Marechal Cândido Rondon/PR.

M386p Martins, Gilson.

Impacto do Pronaf investimento na sustentabilidade das unidades familiares, produtoras de leite no Município de Boa Esperança – Paraná. Gilson Martins./ Unioeste: Marechal Cândido Rondon,Pr.; 2014.

117 fls.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Oeste do Paraná -Unioeste.

Orientador (a): Prof. Dr. Nardel Luiz Soares da Silva.

Co-Orientador (a): Prof. Dr. Pedro Celso Soares da Silva.

Bibliografia: 09 fls.

1. Desenvolvimento Rural. – 2. Políticas Agrícolas. – 3. Agricultura familiar. – V. Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. – VI. Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Educação.

CDU: 631.153

GILSON MARTINS

IMPACTO DO PRONAF INVESTIMENTO NA SUSTENTABILIDADE DAS UNIDADES FAMILIARES, PRODUTORAS DE LEITE NO MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA – PARANÁ

Dissertação, apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Desenvolvimento Rural Sustentável, Área de Concentração "Desenvolvimento Rural Sustentável", para a obtenção do título de "Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável, **aprovada** pela seguinte Banca Examinadora:"

Marechal Cândido Rondon, PR, 15 de dezembro de 2014.

_____

Prof. Dr. Nardel Luiz Soares da Silva - Orientador

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

_____

Prof. Dr. Wilson João Zonin - Membro

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

_____

Pesquisador. Dr. Pedro Celso Soares da Silva - Membro

Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR

AGRADECIMENTOS

Ao nos tornarmos pessoas de direito, começamos também, a ter deveres para com a sociedade. Destas regras de conduta, muitas estão capituladas em leis constitucionais, infraconstitucionais, legislação esparsa, enfim são regras rígidas e frias de comportamento em sociedade. Mas para mim, meu grande vade mecum jurídico, foi o bom senso, respeito aos mais velhos e honestidade que meus pais me ensinaram desde pequeno, através de suas condutas retas e ilibadas.

Meus irmãos queridos, que sempre me apoiam, vocês são meu porto seguro, meu chão, sei que estando onde estiverem se eu precisar não medirão esforços para me atender. Desejo a todos a graça de Deus sempre e muito obrigado por tudo, contem sempre comigo.

Aos grandes amigos, estes como diz o poeta: é a família que Deus nos permite escolher, um agradecimento muito especial a todos do Instituto Emater, em especial ao Roberto Carlos Guimarães que desde o inicio me apoiou e incentivou, ao *João Ricardo* Barbosa *Rissardi* que juntamente com o Roberto assinaram a carta de apresentação me referendando para o mestrado. Ao Kenji que também colaborou.

Minha colega de trabalho: Ana Ordália Iago, pessoa por quem tenho muita admiração e respeito, sempre pronta a servir e de fé muito consistente. Obrigado Ana, que Deus continue te abençoando sempre.

Minha namorada Idimara, pessoa muito importante na minha vida, dedicada e disposta que contribuiu muito nesta conquista, pois, sem seu apoio e paciência, talvez não tivesse conseguido. Obrigado Amor.

Ao meu orientador: Nardel Luiz Soares da Silva, meu muito obrigado pelos ensinamentos e apoio que Deus te abençoe sempre! Em seu nome cumprimento todos os professores e servidores do mestrado.

Meus colegas de mestrado, gostaria de falar de todos, por que todos são especiais, mas resumindo em uma frase: Amizade Eterna e Chopp de vinho...

RESUMO

MARTINS, Gilson, M.Sc, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Dezembro – 2014. **Impacto do PRONAF Investimento na Sustentabilidade das Unidades Familiares, Produtoras de Leite, no Município de Boa Esperança – Paraná**. Orientador: Prof. Dr. Nardel Luiz Soares da Silva. Coorientador: Dr. Pedro Celso Soares da Silva

Analisando a trajetória do rural brasileiro, marcantes fatos destacaram-se ao longo da história, merecendo destaque, no pós-período de modernização, a institucionalização do PRONAF como política pública de desenvolvimento rural. Mas até que ponto esta política contribui efetivamente para o desenvolvimento rural sustentável? Partindo deste questionamento, o objetivo deste estudo é analisar o impacto do PRONAF, investimento na sustentabilidade das unidades familiares produtoras, especificamente voltados à produção de leite no município de Boa Esperança – Pr. A abordagem metodológica da pesquisa foi através da Pesquisa qualitativa e quantitativa, exploratória e descritiva, sendo que a coleta de dados foi através de um levantamento, tendo como suporte um formulário semiestruturado. Além dos dados primários que foram levantados junto aos agricultores, também foi realizada uma coleta de informações secundárias, obtidas através de pesquisa documental. A partir deste estudo, conclui-se que: a maioria dos agricultores, pesquisados são predominantemente proprietários das unidades de produção; as principais atividades desenvolvidas são a leiteira, seguida pela produção de grãos; Os pais são os principais responsáveis pela condução das atividades nas propriedades; a principal fonte de renda fora da propriedade é o serviço público. O PRONAF investimento contribui positivamente nas unidades familiares analisadas, por proporcionar condições de diversificação nas atividades econômicas da propriedade que antes se limitava se somente a grãos, servindo a atividade leiteira somente para subsistência da família. A diversificação proporcionou uma maior liquidez, pois além da atividade de grãos a de leite também passou a ser rentável, fazendo com que os indicadores sociais fossem beneficiados, com reforma de residências, aquisição de veículos utilitários e utensílios domésticos. Os indicadores ambientais também foram positivos, devido à legislação rigorosa quando do acesso ao credito e a contratação de seguros. Quanto à utilização da área da propriedade, ficou evidente a mudança de áreas, destinadas para culturas anuais sendo substituídas por pastagem. A renda, obtida fora da propriedade, no sistema *part-time*, contribuiu significativa na composição dos rendimentos da unidade familiar. O público beneficiário do PRONAF Investimento pode ser analisado sobre os diferentes aspectos: social, econômico e ambiental, constatando-se uma ascensão nestes indicadores, a partir do acesso a esta política pública. Em relação ao uso do crédito, pode-se constatar uma tendência à aquisição de matrizes leiteira, construções de instalações e aquisição de máquinas/equipamentos e veículos utilitários, sempre no sentido de fortalecer a atividade leiteira.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural. Políticas Agrícolas. Agricultura Familiar.

ABSTRACT

MARTINS, Gilson, M.Sc, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Dezembro – 2014. **Investment PRONAF impact on sustainability of family units, milk producers, in Boa Esperança city - Parana**. Advisor: Prof. Dr. Nardel Luiz Soares da Silva. Co adviser: Dr. Pedro Celso Soares da Silva

Looking at the trend from rural areas milestones stood out throughout history, with emphasis on modernization of post-institutionalization of PRONAF as public policy for rural development. But to what extent this policy effectively contributes to sustainable rural development? From this questioning, the objective of this study is to analyze the impact of PRONAF investment in the sustainability of producing households, specifically focused on milk production in the municipality of Boa Esperança - Pr. The methodological approach of the research was through qualitative research and quantitative, exploratory and descriptive, and the data collection was through a survey, supported by a semi-structured form. In addition to the primary data that was collected from the farmers, was also carried out a collection of secondary information obtained through desk research. From this study it is concluded that: most of the surveyed farmers are predominantly owners of production units; The main activities are dairy farming, followed by the production of grain; Parents have the primary responsibility for the conduct of activities on the properties; The main source of income outside the property is public service. PRONAF investment contributes positively in family units analyzed for providing conditions for diversification of economic activities in the property, which previously limited only to grain, serving the dairy business only for family subsistence. The diversification provided greater liquidity, because besides the milk grain activity also became profitable, therefore the social indicators have benefited, retirement homes, acquisition of vehicles and household items. Environmental indicators were also positive, due to strict legislation when access to credit and insurance purposes. As for the use of the area of the property, it was evident the change in areas designed for annual crops being replaced by pasture. The income from outside the property, the part-time system, contributed significantly in the composition of the family unit income. The beneficiary public Pronaf Investment can be analyzed on different aspects: social, economic and environmental, which demonstrated a rise in these indicators from the access to this public policy. Regarding the use of credit, we note a tendency to purchase dairy matrices, facilities construction and acquisition of machinery / equipment and utility vehicles, always to strengthen the dairy business.

.

Keywords: Rural development.. Agricultural policies. Family Agriculture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Visita da Extensionista, formada em Economia doméstica, década de 1960 25

Figura 2 - Atividade da Extensionista, formada em Economia doméstica, década de 1960 26

Figura 3 - Escritório da ACARPA, São Mateus do Sul, ano de 1960 27

Figura 4 – Trabalho de manejo de microbacias, década de 1990.....30

Figura 5 - Ciclo de políticas públicas.....46

Figura 6 - Limites do Município de Boa Esperança – PR.....60

Figura 7 - Vista geral da delimitação do município de Boa Esperança – PR 61

Figura 8 - Gráfico da renda anual, obtida por membros da família, em atividades, fora das propriedades, das famílias estudadas de Boa Esperança-Pr, 2014 88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Área dos Estabelecimentos Agropecuários, segundo as atividades econômicas -2006 61

Tabela 2 - Estabelecimentos Agropecuários e Área Segundo a Condição do Produtor – 2006 62

Tabela 3 - Produtos Área Colhida (Ha) Produção (T) Rendimento Médio (Kg/Ha) Valor (R$1.000,00) 62

Tabela 4 - Efetivo de Pecuária e Aves – 2012 63

Tabela 5 - Produção de Origem Animal 2012 63

Tabela 6 - Aplicação dos recursos do PRONAF Investimento Safra 2003 a 2014....66

Tabela 7 - Atividades principais das Unidades de Produção Agropecuárias do tipo Familiar, Boa Esperança – Pr., 2014.....67

Tabela 8 - Atividade principal dos membros das famílias estudadas, Boa Esperança-PR, 2014 68

Tabela 9 - Tipo de residência dos agricultores familiares, antes e depois do acesso ao PRONAF Investimento, Boa Esperança - PR, 2014.....71

Tabela 10 - Atividade principal da Unidade Familiar antes e depois do acesso ao PRONA Investimento, das famílias estudadas, Boa Esperança - Pr, 2014 72

Tabela 11 - Tipo de transporte, utilizado pelos agricultores familiares, antes e depois do acesso ao PRONAF Investimento, Boa Esperança-Pr, 2014.....73

Tabela 12 - Faixa Etária dos agricultores familiares, Boa Esperança-Pr, 2014 74

Tabela 13 - Local de residência dos componentes das famílias estudadas, Boa Esperança-Pr., 2014.....75

Tabela 14 - Grau de escolaridade dos componentes das famílias estudadas, Boa Esperança-Pr., 2014.....76

Tabela 15 - Férias dos componentes das famílias estudadas, Boa Esperança-Pr, 2014 77

Tabela 16 - Como as famílias estudadas obtiveram informações do Programa PRONAF, Boa Esperança-Pr, 2014 78

Tabela 17 - Tipo de eletrodomésticos utilizados antes e depois do acesso ao PRONAF Investimento das famílias estudadas de Boa Esperança-Pr, 2014 79

Tabela 18 - Participação em Associações das famílias estudadas de Boa Esperança-Pr, 2014.....80

Tabela 19 - Plano de Saúde das famílias estudadas, de Boa Esperança-Pr, 2014 ..81

Tabela 20 - Utilização da propriedade antes da utilização do PRONAF pelas famílias estudadas, Boa Esperança-Pr, 2014.....84

Tabela 21 - Composição do rebanho das propriedades antes e após a utilização do PRONAF das famílias estudadas, de Boa Esperança-Pr, 2014.....85

Tabela 22 - Tempo dedicado pelos membros da família nas atividades de sua propriedade estudadas de Boa Esperança-Pr, 2014.....86

Tabela 23 - Contribuição dos membros da família na formação da renda da propriedade das famílias estudadas, de Boa Esperança-Pr, 2014.....87

Tabela 24 - Dificuldade para pagar o(s) empréstimos obtidos pelo PRONAF nas propriedades das famílias estudadas, de Boa Esperança-Pr., 2014.....88

Tabela 25 – Dificuldades, apontadas pelos agricultores para o pagamento do PRONAF, nas propriedades das famílias estudadas, de Boa Esperança-Pr., 2014.....89

Tabela 26 - Principal fonte de água para o gado leiteiro, nas propriedades das famílias estudadas, de Boa Esperança-Pr., 2014 89

Tabela 27 - Ingestão voluntária média de água (L/dia) com e sem evaporação, pelas diferentes Categorias 90

Tabela 28 - Principal fonte de água para moradia, nas propriedades das famílias estudadas, de Boa Esperança-Pr., 2014.....91

Tabela 29 - Tipo de instalação sanitária, utilizada, nas propriedades das famílias estudadas, de Boa Esperança-Pr., 2014.....92

Tabela 30 - Indicadores de preservação ambiental, nas propriedades das famílias estudadas, de Boa Esperança-Pr., 2014.....94

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12

1.1 PROBLEMA 14

1.2 HIPÓTESE 14

1.3 JUSTIFICATIVA 14

2 OBJETIVOS 16

2.1 OBJETIVO GERAL 16

2.1.1 Objetivos Específicos 16

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA 17

3.1 AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL 17

3.2 AGRICULTURA FAMILIAR 20

3.3 EXTENSÃO RURAL: CONCEITO E HISTÓRICO 23

3.3.1 O Meio Rural Paranaense, na Década de 1950, e o Início da Extensão Rural 25

3.3.2 Novas Demandas Exigem Nova Sistemática de Atuação 27

3.3.3 A Importância das Parcerias e das Políticas Públicas 28

3.3.4 A Era dos Programas 29

3.3.5 A Visão dos Territórios 30

3.3.6 Um Novo Papel da Extensão 30

3.4 DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E SUSTENTABILIDADE 31

3.5 PLURIATIVIDADE 38

3.6 POLÍTICAS PÚBLICAS 42

3.7 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR 50

3.8 ASSOCIAÇÃO BOA ESPERANCENSE DE PRODUTORES DE LEITE 56

3.9 DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF – DAP 58

4 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS 60

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO 60

4.2 EMBASAMENTO CIENTÍFICO 64

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES 67

5.1 ASPECTOS SOCIAIS 67

5.2 ASPECTOS ECONÔMICOS 82
5.3 ASPECTOS AMBIENTAIS 89
6 CONCLUSÕES 96
REFERÊNCIAS 99
ANEXOS 108
A - FORMULÁRIO APLICADO 108

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história houve marcantes acontecimentos, acerca do desenvolvimento rural brasileiro. De 1822 até 1850, a posse da terra[1] era livre. Porém, a partir de 1850, foi criada a Lei das Terras, determinando que estas só poderiam ser adquiridas por compra e, assim, dificultou ou impediu o acesso à terra a maior parte da população. Muitos movimentos camponeses organizaram-se em defesa de melhores oportunidades de acesso à terra. Na década de 1950, esses movimentos tornaram-se mais fortes e organizados e defendiam a reforma agrária. Por volta de 1964, aumentou a dificuldade de manter-se no campo, promovendo o deslocamento dos trabalhadores para a cidade (SENE; MOREIRA, 2011).

Obter um local para estabelecer moradia e viver com dignidade é um direito previsto em lei para o cidadão. Segundo o Artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil, são direitos sociais à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança. O artigo 184 desta Constituição, determina que a União desaproprie imóvel rural que não cumpra sua função social, por interesse público, para fins de reforma agrária.

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, os requisitos como aproveitamento racional e adequado da terra; utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho; exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 2014).

Este contexto, envolve também o dever do Estado em cumprir com certos programas e providências para assegurar o mínimo de existência digna para o cidadão, como direito ao trabalho, à moradia, à alimentação, à saúde, à educação, ao transporte.

Esse conjunto de acontecimentos, juntamente com a expansão de diversas culturas**,** no Brasil, exigiriam, entre outras medidas, novas fontes de crédito, disponibilizadas por casas bancárias para atender as novas necessidades de crédito e financiamento (RAMOS, 2014).

---

[1] Ao longo da história, no direito, a **Posse** assume vários e distintos conceitos. No direito atual, pode-se entender a Posse como sendo uma situação fática, de caráter potestativo, decorrente de uma relação sócio-econômica entre o sujeito e a coisa, e que gera efeitos no mundo jurídico.(http://pt.wikipedia.org/wiki/Posse_%28direito%29)

Indiscutivelmente, um divisor de águas neste processo, foi o surgimento, em 1995, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por delinear uma nova forma de intervenção do estado na agricultura e na vida dos pequenos produtores. Inicialmente, esta assertiva prendia-se muito mais ao caráter do impacto da mudança e dos objetivos implicados, do que propriamente no volume de recursos efetivamente disponibilizados para apoiar este setor, haja vista o fato da agricultura patronal contrair 76% do crédito, disponibilizado para financiar a agricultura nacional neste período. (PORTELLA, 2011).

Esta iniciativa estatal de tutelar a agricultura familiar frutificou-se, pelo impacto de dois grandes vetores: de um lado, os movimentos sociais em ascensão pressionavam para uma democratização e transformações estruturais das políticas públicas e de outro lado, a intelectualidade brasileira reconhecia seu status cientifico enquanto categoria analítica (SACCO, 2004).

Mesmo admitindo estes pressupostos como válidos, havia uma distância considerável entre o discurso defensivo em prol desta importante forma social de produção e dos instrumentos adequados para a potencialização deste diversificado setor da agricultura brasileira. Diversas dificuldades emergiam com a nova política, em relação ao fomento, público alvo a ser beneficiado quem apoiar de forma majoritária, volume de recurso a ser disponibilizado, entre outros. Portanto, grande parte desta iniciativa restava comprometida pela dinâmica burocrática do processo, não atingindo de forma eficaz os verdadeiros e potenciais beneficiários desta iniciativa (CAMARGO, 2004).

No estado do Paraná, varias iniciativas governamentais fomentaram apoio à agricultura familiar, através de políticas públicas estaduais e em parceria com o governo federal e municípios. Pode-se citar como exemplo: Florestas Municipais; Paraná 12 meses, Reciclagem de Embalagens; Correção de Solos; Pedra Irregular; Equipamentos de Leite; Patrulha do Campo; Leite das Crianças e em parceria com o governo federal: Trator Solidário; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Cabe ressaltar que o Programa e Crédito para Reforma Agrária (PROCERA), criado em 1985, que era a principal linha de crédito, utilizada pelos assentados, até o ano de 1999, foi absorvido pelo PRONAF, que através de uma metodologia de classificação dos agricultores, estabelecia as características das diferentes categorias de beneficiários do Programa (CAMARGO, 2004).

Atualmente, o PRONAF contempla em seu arcabouço várias linhas de crédito, para diferentes atividades, públicos, modalidade, taxa de juros e prazo. Sendo assim, o presente trabalho parte de pressupostos objetivos do PRONAF que são: propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de ocupações e melhoria de renda, contribuindo para melhoria da qualidade de vida por parte dos agricultores familiares e, portanto, pretende identificar e analisar os agricultores familiares, produtores de leite, enquadrados no PRONAF investimento, bem como os seus mediadores no acesso ao crédito e os resultados econômicos, sociais e ambientais alcançados no município de Boa Esperança (PR).

1.1 PROBLEMA

O PRONAF investimento tem reflexo na sustentabilidade das unidades familiares, produtoras de leite do município de Boa Esperança-Pr?

1.2 HIPÓTESE

O PRONAF investimento contribui de forma positiva para a sustentabilidade econômica, social e ambiental das unidades familiares, produtoras de leite do município de Boa Esperança-Pr.

1.3 JUSTIFICATIVA

Na década de 80 e início de 90, a agricultura familiar foi penalizada pelo modelo econômico brasileiro de controle da inflação, o que fez com que políticas econômicas praticamente inviabilizassem as atividades da agricultura familiar, pois, a tornaram endividada e com baixa remuneração dos seus produtos. Estes fatores fizeram com que muitos dos agricultores familiares não tivessem acesso ao crédito de financiamento, provocando uma maior descapitalização e desestímulo para desenvolver suas atividades. Como consequência, acentuou-se um pronunciado êxodo rural, principalmente de jovens e quando não de toda a família com destino a periferias de grandes centros urbanos, agravando o caos social em períodos de recessão.

Com o advento do PRONAF, surge, uma nova esperança à agricultura familiar de voltar a investir nas unidades produtivas, buscando um aumento na

produção e de novas alternativas de renda, possibilitando melhores condições de reprodução social.

Com base nos dados do Censo Agropecuário, 2006, e na definição contida na Lei 11.326, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), classificou como agricultura familiar 4,4 milhões de estabelecimentos agropecuários, o que corresponde a 84,4% do total existente no Brasil.

O município de Boa Esperança (PR), localizado na região noroeste paranaense, caracterizado pela sua vocação na atividade agropecuária, desenvolvida, principalmente, pela agricultura familiar, recebe um grande incremento de recursos, oriundos do PRONAF destinados ao custeio e investimentos das unidades produtivas.

Nos anos de 2008 e 2009, o jornal Tribuna da região veiculou em suas páginas varias matérias sobre entrega de tratores, no município de Boa esperança. O projeto denominado de trator solidário foi fruto de uma parceria entre governo estadual e federal permitindo assim, o enquadramento de tratores novos via PRONAF, aumentando o número de anos para pagamento, de oito para dez, o que possibilitou a aquisição de tratores novos por pequenos produtores.

No município de Boa Esperança, existe também um projeto de gado de leite, fruto de uma parceria do poder executivo, legislativo, sindicato dos trabalhadores rurais, Banco do Brasil, Instituto Emater e Abeprol(Associação Boa Esperancense de Leite), no qual são comercializados por mês cerca de 250 mil litros de leite, somando um montante de R$ 217.500,00 as matrizes leiteiras todas foram obtidas via financiamento do PRONAF Investimento.

Com base nesses acontecimentos, viabilizados pelo PRONAF, inúmeras famílias foram e vem sendo beneficiadas pelo projeto em nível nacional, estadual e local. Contudo, existem poucos estudos que trazem informações pós-viabilização dos créditos agrícolas. Para que o programa melhore em termos burocráticos, aprimore na agilidade de atendimento e prospecte novos produtores, é preciso que seus benefícios sejam, de fato, conhecidos pela comunidade ou seja, as atividades que realmente foram fortalecidas mediante a aplicação do crédito, os valores que foram agregados aos produtos e à propriedade, a identificação da modernização do sistema produtivo e a profissionalização dos produtores familiares.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o impacto do PRONAF investimento na sustentabilidade das unidades familiares, produtoras, especificamente voltadas à produção de leite no município de Boa Esperança – Pr

2.1.1 Objetivos Específicos

a) Identificar, analisar e caracterizar o público beneficiado pelo PRONAF investimento;
b) Analisar o impacto do PRONAF investimento nos indicadores socioeconômicos e ambientais das unidades familiares, produtoras de leite do município de Boa Esperança-Pr;

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL

São amplos os fatos históricos que influenciaram na transformação do espaço rural brasileiro. A intenção, contudo, é enfocar fatos ao longo da historia agrária a fim de situar as análises da presente pesquisa.

De acordo com Lamarche (1993), a agricultura familiar, no Brasil, teve suas marcas, a partir das origens coloniais da economia e da sociedade brasileira, caracterizada pelas extensas propriedades, pelas monoculturas de exportação e pela escravatura. Pouco se registra sobre o papel dos produtores de alimentos para construção do Brasil. Porém, a historiografia brasileira vem resgatando o papel do camponês como ator social atuante na construção do espaço rural.

> O inicio da colonização do território brasileiro se fez com a doação de grandes extensões de terra a particulares, denominadas sesmarias. Surgiram, assim, os latifúndios escravistas: a necessidade de exportar em grande escala e a escassez de mão-de-obra na colônia uniu-se à existência de um rentável mercado de trafico de escravos (PORTELLA, 20011, p. 20).

Durante o “Período Colonial as atividades econômicas definiram a rede fundiária brasileira, impondo, como padrão, a grande propriedade, sendo o acesso à terra feito através da concessão de sesmarias ou da simples posse” (RAMOS, 2009, p.46).

As sesmarias eram lotes de terra menores, que eram doadas a um sesmeiro com o intuito, de principalmente, tornar a terra produtiva. O sesmeiro tinha, então, a partir do recebimento do lote, a obrigação de cultivar a terra por um prazo de cinco anos, tornando-a produtiva e pagando os devidos impostos à Coroa. O sistema de distribuição de terras por sesmarias foi gradativamente se desagregando-se e formalmente extinto em 1822. (CASAGRANDE, 1995, apud RAMOS, 2006).

Em 1850, é criada no Brasil uma nova legislação, a Lei nº 601 de 18, de setembro, definindo o acesso às propriedade ou seja, o aproveitamento das terras devolutas do Império só poderia ser mediante a compra ou venda, fixando as

diretrizes tanto para a legalização das sesmarias já existentes como para a estruturação das colônias para nacionais e estrangeiros (PORTELLA, 2011).

Neste período, as atividades giravam em torno da agricultura e do comércio. A finalidade dos latifúndios escravista era produzir para o mercado externo. Essa produção estava atrelada aos interesses da metrópole e mudava de acordo com os preços. “Quando o preço do açúcar, por exemplo, e, mais tarde, do café subia no mercado internacional, todas as terras e os escravos eram utilizados para expandir essa produção” (PORTELLA, 2011, p.21).

Nesta concepção histórica, Graziano da Silva (1999), menciona acerca do desenvolvimento da economia no Brasil. Segundo este autor, é primordial discorrer sobre os três grandes ciclos principais para destaque econômico do país, sendo o primeiro da cana-de-açúcar, o segundo da mineração e o terceiro do café.

Estes ciclos alavancaram o Brasil. No entanto, o ciclo do café foi responsável pela reorganização da economia do Brasil, contribuindo diretamente para o início da industrialização no país, uma vez que propiciou a edificação de vias de transporte, o acúmulo de capital e mão-de-obra qualificada para o trabalho na indústria (GRAZIANO DA SILVA; GROSSI, 1999).

Mesmo ocorrendo o declínio desse ciclo, o café continuou sendo o principal produto de exportação brasileira, atraindo, portanto, maior atenção do governo em relação à aplicação de recursos aos produtores.

> A crise mundial de 1929 encontrou a economia brasileira bastante fragilizada devido à grande dependência e vulnerabilidade externa. Com isso, ocorre o rompimento do modelo primário-exportador, que era à base da economia até então e que tinha a agropecuária como setor dinâmico (ELESBÃO, 2007, p. 50).

De 1933 a 1955, foi considerado um período marcante para economia brasileira. Portella (2011), assegura que esta foi uma fase de transição do setor cafeeiro para o industrial. As indústrias foram assumindo o comando do processo de acumulação de capital, deixando o país de ser eminentemente agrícola.

O Brasil precisa agora ampliar sua produção e tornar o espaço rural dinâmico. Com a “Revolução Verde”, processo que ficou conhecido mundialmente, nas décadas de 1950 a 1970, houve uma intensificação da produtividade. Pois, tal Revolução buscava investir na modernização da agricultura mediante o uso

intensivo de fatores de produção, como sementes melhoradas, fertilizantes, agrotóxicos e mecanização (ELESBÃO, 2007).

Serra (2010),faz uma abordagem pontual acerca da modernização da agricultura no Brasil, especificamente direcionado, ao Paraná. Na visão do autor, foi basicamente, depois de 1975, que se intensificou um novo modelo agrícola, levando à extinção da agricultura tradicional, e expandindo a agricultura em bases empresariais, “dependente de tecnologias modernas, que implicam em investimentos de capital” (SERRA, 2010, p.143).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1950, em torno de 64% dos brasileiros residiam no meio rural. Na década de 1970, com a modernização da agricultura e o deslocamento para a cidade, este percentual caiu para 44%. No entanto, dez anos depois, apesar da queda no emprego agrícola, a população, no espaço rural, cresceu, marcando um profundo processo de mudanças no campo (IZIQUE, 2012).

O cenário rural vem mudando, desde os anos 80 quando a população agrícola que vinha diminuindo, estabilizou e começou a crescer.

> Mais duas décadas depois e o novo cenário se delineou: a agropecuária moderna e agricultura de subsistência estavam dividindo espaço com atividades ligadas à prestação de serviços, a indústria, ao turismo e ao lazer, tornando cada vez menos nítidos os limites entre o rural e o urbano no país (IZIQUE, 2012).

Entretanto essas mudanças, no espaço rural, estão estritamente ligadas ao processo de globalização, ocorrida no Brasil, no final do século XX. Primeiro o Brasil desenvolveu políticas de incentivo à modernização da agricultura, voltada aos médios e grandes produtores.

> Após a Segunda Guerra Mundial, o Estado tornou-se um importante agente articulador do desenvolvimento econômico no Brasil, com destaque no setor agropecuário. Num contexto desenvolvimentista, surgiram inúmeras iniciativas para promover a modernização tecnológica da agropecuária nas décadas de 1960-70. Este modelo que atingiu os grandes e médios produtores rurais buscou incentivar as monoculturas e artificializar do processo produtivo, objetivando o aumento da produtividade nos cultivos e nas criações (FINATTO, 2010).

Essas estratégias de incentivo à agricultura, criada, pelo Brasil, visavam o desenvolvimento da agricultura capitalista e tinha como alvo os grandes proprietários

de terras, por terem maior poder aquisitivo para investir e adquirir as inovações tecnológicas. Essa forma de produção, altamente mecanizada e com exigência de altos investimentos em produtos químicos, excluiu grande parte dos pequenos agricultores do meio rural. Sem condições financeiras para se manter no campo, “estes, ficaram à margem dos benefícios governamentais e foram obrigados a vender suas terras, migrando para outras regiões do país ou para os centros urbanos em busca de empregos” (FINATTO, 2010).

Agora, o Brasil precisava desenvolver estratégias de desenvolvimento da agricultura familiar. Assim, na década de 1990, modificou-se a política de desenvolvimento rural e a agricultura familiar passou a receber maiores incentivos.

3.2 AGRICULTURA FAMILIAR

Pode-se citar importantes marcos legais e institucionais que foram estabelecido ao longo da história, até a consolidação do termo “agricultura familiar”. Nascimento (2012, p.24), contribui para o entendimento do conceito de agricultores familiares, dizendo que:

> Um dos marcos legais que permearam a construção deste conceito foi o estatuto da Terra, que correspondia à lei n° 4504, de 30 de Novembro de 1964, e definia os conceitos de pequena produção e pequeno produtor baseando – se na análise da exploração direta do estabelecimento agrícola pelo agricultor e sua família, dentro de um limite máximo de território, vinculando também o caráter familiar à propriedade da terra”.
> Em meados da década de 1990, ocorreu a consolidação da expressão “agricultura familiar”, gerando a visão de que esta estabelecia uma nova categoria – síntese por parte dos movimentos sociais rurais.

Após a consolidação do conceito de agricultor familiar, um dos marcos cruciais que contribuíram para o desenvolvimento da agricultura familiar foi a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em Janeiro de 2000, consolidou – se a criação do (MDA), criando-se a Secretaria da Agricultura Familiar. Atualmente, o MDA e o IBGE baseiam-se na Lei 11.326 de 2006 como referência oficial do conceito de agricultura familiar. Esta lei sacramentou o conceito de agricultor familiar, dispondo em seu artigo 3º que:

> Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:
> I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
> II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
> III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
> IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

A agricultura familiar também passou a ser abordada de forma mais ativa no campo acadêmico, contribuindo para que essa denominação sofresse um processo de consolidação, fortalecendo, portanto, a categoria dos agricultores familiares (DEL GROSSI E MARQUES, 2010, Apud NASCIMENTO, 2012).

A expressão agricultura familiar representa uma valorização de um dos principais grupos sociais predominantes nos municípios rurais brasileiros. A denominação anterior de pequena propriedade ou de pequeno produtor foi suprida pelo novo conceito, em reconhecimento ao caráter multifuncional da agricultura familiar (LOPES; LOPES, 2004).

Para Walkowicz e Fávaro (2004),

> Os agricultores familiares são aqueles que, anteriormente, eram denominados como pequenos produtores, trabalhadores rurais, colonos e/ou camponeses. Neste período, o objetivo principal é a produção de alimentos para o consumo e comercialização apenas dos excedentes, para aquisição de itens que não eram produzidos na propriedade, assegurando assim a subsistência da família. Todo o trabalho na propriedade é realizado pela família, e para a mesma.

Na visão de Lopes e Lopes (2004), o conceito de agricultura familiar assume uma grande diversidade de formas sociais, em função, principalmente, da importância que lhe é atribuída.

> A Organização das Nações Unidas (ONU considera como agricultores familiares os rurícolas que explorem unidades rurais que possuam até um empregado permanente. A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG) considera que a agricultura famílias trabalha em áreas de até quatro módulos rurais, independente da forma de posse da terra. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do ministério de Desenvolvimento Agrário, define critérios relacionados ao tamanho

> da área explorada, origem da mão de obra empregada, renda bruta familiar e local de moradia (LOPES e LOPES, 2004, apud BRASIL, MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2003, p. 360).

Dentro deste apanhado de conceituação, pode-se considerar que a agricultura familiar é de grande importância em nosso país, pois representa a maioria dos agricultores rurais do Brasil, responsáveis pela produção de alimentos, destinados à subsistência e comercializando o excedente, gerando ocupações ou seja, a organização das atividades agrícola através da unidade familiar.

A agricultura familiar desempenha um papel fundamental na produção de alimentos e na geração de empregos. “O modo de produção familiar e sem dúvida o mais presente em assentamentos de reforma agraria, devendo sofrer incentivos devido a sua representatividade produtiva e social” (NASCIMENTO, 2012, p.11).

Os preços reduzidos de seus produtos, na maioria destinados ao consumo humano e tendo a população urbana de baixa renda como maior consumidor, interfere na dinâmica capitalista, pois os preços dos alimentos e matéria prima de custo reduzido, favorecem o consumo de outros produtos, ofertados pelo sistema capitalista, considerados distantes de sua realidade ou supérfluos.

> O cenário econômico da década de 80, aliado às pressões dos movimentos sociais, entidades de classe vinculadas à agricultura e agentes políticos contribuíram para que se fizessem alterações nas políticas governamentais, buscando maior espaço para a agricultura familiar.
> A década de 1990 foi marcada por alguns fatores decisivos para mudar os rumos do desenvolvimento rural. A partir deste período, a agricultura familiar brasileira recebeu maior atenção institucional (FINATTO, 2010, p 31).

A agricultura familiar, com toda sua importância, não obteve, no passado, a importância que vem recebendo atualmente, mais precisamente após o surgimento do PRONAF (Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar). Os empresários rurais detentores de grandes propriedades e ligados a grandes cooperativas, com seus “Pacotes Tecnológicos”, impõem-se como um modelo socialmente reconhecido, o que tem proporcionado um grande aporte de recursos, através de inúmeras políticas públicas, limitadoras da diversificação, tão salutar ao desenvolvimento rural sustentável. Limitadoras, pois concentram-se em um número limitado de produto e áreas geográficas, embora proporcione a estes produtos e suas respectivas áreas: maior articulação e interdependência entre seus produtos e

os demais setores da economia, contribuindo para modernização e mudança no perfil técnico e econômico da agricultura nacional, não o faz sem exclusões sociais de um número significativo de produtores, principalmente os da agricultura familiar, pois uma vez que a pequena propriedade é adquirida e incorporada a outra, nunca mais voltará a ser uma unidade familiar.

No entanto, as condições criadas pelas políticas públicas visavam a modernização dos agricultores familiares a renovação de suas atividades, tornando o espaço complexo ou seja, um ambiente com novas estratégias de uso. Como enfatiza Elesbão (2007), olhar para o rural hoje requer, em primeiro lugar, que se atente para a diversidade. A visão do rural como um meio de desenvolvimento de atividades puramente agrícolas vai ficando totalmente ultrapassada, já que novas atividades vão sendo incorporadas nas estratégias de muitas famílias que habitam neste espaço.

3.3 EXTENSÃO RURAL: CONCEITO E HISTÓRICO

Na história da antiguidade, existem registros acerca das ações extensionistas, porém o termo teve origem na extensão, praticada pelas universidades inglesas na segunda metade do século XIX. Nesse período, foi implantado, nos Estados Unidos, o serviço cooperativo de extensão rural, com a participação de universidades americanas, consolidando pela primeira vez na História, uma forma institucionalizada de extensão rural (PEIXOTO, 2008).

De acordo com os estudos de Peixoto (2008), desde a implantação do modelo cooperativo de extensão americano, ocorreram muitas iniciativas de conceituação de extensão rural. O referido autor o conceitua de três formas diferentes: como processo, como instituição e como política.

> Como processo, extensão rural significaria, num sentido literal, o ato de estender, levar ou transmitir conhecimentos de sua fonte geradora ao receptor final, o público rural. Todavia, como processo, em um sentido amplo e atualmente mais aceito, extensão rural pode ser entendida como um processo educativo de comunicação de conhecimentos de qualquer natureza, sejam conhecimentos técnicos ou não.
> No segundo sentido, como instituição ou organização, freqüentemente encontrarmos textos dizendo, por exemplo, que “a extensão rural desempenha nos estados um papel importante no processo de desenvolvimento dos pequenos produtores”.

> Aqui “a extensão rural” refere-se às organizações estatais dos estados, prestadoras dos serviços de Ater. A expressão “extensão rural” é entendida, neste caso, como a instituição, entidade ou organização pública prestadora de serviços de Ater nos estados, cuja origem e história serão abordadas na seção seguinte deste texto.
> O termo extensão rural também pode ser entendido como uma política pública. Neste caso referimo-nos às políticas de extensão rural, traçadas pelos governos (federal, estaduais ou municipais) ao longo do tempo, através de dispositivos legais ou programáticos, mas que podem ser executadas por organizações públicas e/ou privadas (PEIXOTO, 2008, p.8).

Lisita (2014), afirma que a extensão rural, no Brasil, teve forte influência norte-americana, visando superar o atraso na agricultura. Para tanto, objetivava que o povo fosse conscientizado da necessidade de adquirir equipamentos e insumos industrializados, necessários à modernização das atividades agropecuárias.

A extensão rural, no Brasil, subdividiu-se na fase, chamada “humanismo assistencialista”, prevalecendo, de 1948 até o início da década de 1960, “período em que os objetivos do extensionista eram o de aumentar a produtividade agrícola e, consequentemente, melhorar o bem estar das famílias rurais, com aumento da renda e diminuição da mão-de-obra necessária para produzir” (LESITA, 2014, p.01).

> A segunda fase, que orientou as ações dos extensionistas no período de abundância de crédito agrícola subsidiado (1964 a 1980), era chamada de “difusionismo produtivista”, baseando-se na aquisição por parte dos produtores, de um pacote tecnológico modernizante, com uso intensivo de capital (máquinas e insumos industrializados). A extensão rural servia como instrumento para a introdução do homem do campo na dinâmica da economia de mercado. A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) visava o aumento da produtividade e à mudança da mentalidade dos produtores, do “tradicional” para o “moderno” (LISITA, 2014, p.01).

Nesse período, com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) houve uma expansão significativa do serviço de extensão rural no país. Em 1960, por exemplo, apenas 10% dos municípios no Brasil contavam com esse serviço e, em 1980, a extensão rural chegou a 77,7% (LISITA, 2014).

Sobre a implantação da Extensão Rural, Fonseca (1985), (apud, Barbosa, pag. 2) apresenta que é importante a análise de dois aspectos da época: o primeiro trata da preocupação das elites com a educação rural para conter a migração e o esvaziamento do campo, e o segundo é o desempenho do setor agrícola pós 1930,

quando a indústria torna-se o eixo do desenvolvimento e os custos com alimentação não poderiam-se tornar fator de reajuste de salários dos operários

3.3.1 O Meio Rural Paranaense, na Década de 1950, e o Início da Extensão Rural

De acordo com a Emater, 2014, foi nos meados da década de 50, no século passado, que o meio rural paranaense, até então pouco conhecido, começou a ser desvendado.

Nesta época, os agricultores e suas famílias tiveram os primeiros contatos com extensionistas rurais. Os técnicos, através de reuniões e visitas às propriedades faziam muitas perguntas, percorriam as lavouras, olhavam as criações, analisavam as condições de vida das famílias e, principalmente, tomavam nota de tudo. Levavam, também, informações e novidades sobre as formas de produção agrícola, saneamento, alimentação e outros temas de interesse das famílias (EMATER, 2014).

Figura 1 - Visita da Extensionista, formada em Economia doméstica, década de 1960

Fonte: EMATER, 2014.
Nota: A figura é uma exemplificação da ação dos extensionistas nas áreas rurais.

Figura 2 - Atividade da Extensionista, formada em Economia doméstica, década de 1960

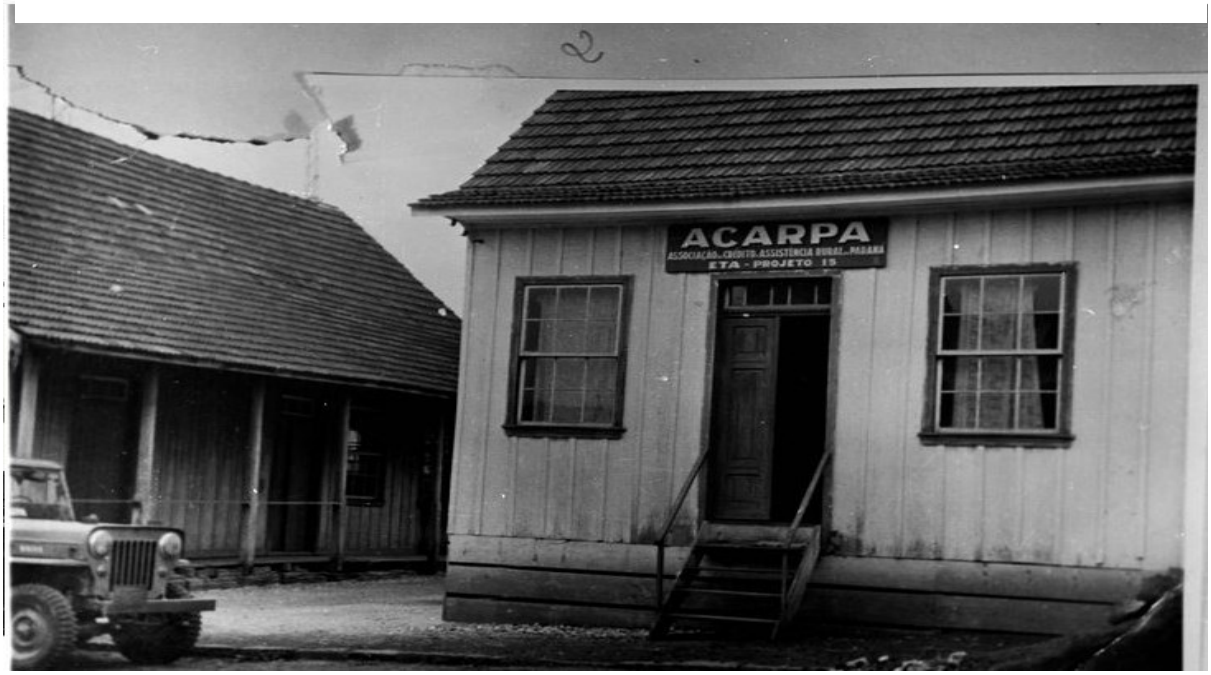
Fonte: EMATER (2014).
Nota: A figura é uma exemplificação da ação dos extensionistas nas áreas rurais.

Esta coleta de dados, resultou nos documentos, denominados “Realidade Municipal”, com foco no rural, com informações fundamentais para o conhecimento da situação das atividades agrícolas e das condições de vida das famílias rurais, além de indicarem caminhos para melhoria da qualidade de vida e de estratégias de “modernização” do setor rural (EMATER, 2014).

Os supracitados documentos foram exaustivamente utilizados na formulação de planos e projetos, tanto pelos extensionistas quanto por prefeituras e outras organizações privadas. Ações como: correção da acidez do solo, formas de manejo das lavouras e criações, uso de sementes melhoradas e outras técnicas, bem como a introdução de práticas de saneamento básico foram amplamente trabalhados junto aos agricultores, às famílias e às comunidades (EMATER, 2014).

Esclarece ainda Emater, 2014, que através deste processo, surgiram organizações comunitárias que foram fundamentais na implementação das ações técnicas. A partir delas, foram estabelecidos mecanismos de aprimoramento das relações nas comunidades e dessas com o setor urbano e, em especial, com o poder público.

Figura 3 - Escritório da ACARPA, São Mateus do Sul, ano de 1960



Fonte: EMATER (2014).

Em 1956, começa a ser implantado um modelo de extensão rural, com 11 escritórios. Os extensionistas eram funcionários do ETA - Escritório Técnico de Agricultura, cujos propósitos e métodos eram espelhados no sistema de extensão, implantado nos Estados Unidos da América. Posteriormente, com vistas a aprimorar os programas de crédito rural, às atividades dos extensionistas foram incorporadas responsabilidades de orientação técnica aos tomadores de financiamentos. A partir daí, em 1959, as funções do ETA foram assumidas por uma organização de utilidade pública denominada ACARPA - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, EMATER (2014).

3.3.2 Novas Demandas Exigem Nova Sistemática de Atuação

A agricultura ganha força no Estado com base no espírito empreendedor dos agricultores que, a partir do início dos anos 1970, e, em especial, após a grande geada, ocorrida em 1975, vislumbraram oportunidades na introdução da soja nos seus sistemas de produção, acompanhada da utilização de novas tecnologias.

Em poucos anos, mesmo com a redução drástica das áreas de cultivo de café, o Paraná passou a desempenhar papel relevante na economia agrícola do País. Relevância sustentada nos níveis crescentes de produtividade. Nessa

empreitada, os agricultores também puderam contar com a ACARPA. Essa organização liderou o processo de difusão de tecnologia no Estado do Paraná.

Práticas de implantação e manejo de lavouras e criações, estratégias de controle de pragas e sistemas e processos de manejo e conservação de solos destacaram-se como fundamentais para sustentarem o crescimento da produtividade (EMATER, 2014).

Somente no Programa de Manejo em Microbacias foram incorporados mais de 7 milhões de hectares da área cultivada, no Paraná, com práticas adequadas de manejo de solo, que propiciaram condições para implantação dos sistemas de "plantio direto". Estas e outras tecnologias foram sendo incorporadas aos sistemas de produção, através de metodologia de extensão rural e mudaram a paisagem rural do Paraná (EMATER, 2014).

3.3.3 A Importância das Parcerias e das Políticas Públicas

A disponibilização de tecnologias e sua adequação às condições do Paraná, realizaram-se graças à integração com as organizações de pesquisa agropecuária, especialmente com o IAPAR - Instituto Paranaense de Pesquisa Agropecuária e com a EMBRAPA -Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMATER, 2014).

A produção agrícola do Paraná é realizada em estabelecimentos de pequena escala, 85% dos estabelecimentos do Estado enquadram-se na categoria Unidade Produtiva Familiar. São mais de 300 mil estabelecimentos (EMATER, 2014).

Nessa dimensão para possibilitar e sustentar as mudanças desejadas, além da informação, orientação e capacitação dos agricultores, foram implementadas estratégias de facilitação de acesso dos agricultores às políticas públicas e de organização da produção e dos agricultores (EMATER, 2014).

Das políticas públicas, os programas de Crédito Rural e a Política de Preços Mínimos foram fundamentais no acesso dos agricultores as novas tecnologias. Ao mesmo tempo, junto com outras organizações, foi empregado um enorme esforço na organização dos produtores em cooperativas. Foram desenvolvidos projetos regionais de cooperativismo. Esses projetos frutificaram e propiciaram as bases e as condições iniciais para a consolidação do mais importante sistema cooperativista agrícola do Brasil (EMATER, 2014).

Durante esse período, ainda nos anos setenta, em 1977, é criada a EMATER - Paraná, empresa pública de direito privado, com a finalidade de absorver as atividades da ACARPA que iniciou seu processo de extinção.

Na medida em que contribuía para os avanços da agricultura do Paraná, a EMATER procurou, também, manter-se na vanguarda da difusão de tecnologia para o meio rural e, ao mesmo tempo, ficar atenta às consequências das mudanças junto às comunidades mais pobres, aos efeitos no meio ambiente e aos impactos das mudanças nos pequenos municípios, principalmente naqueles enquadrados como “municípios rurais” (EMATER, 2014).

3.3.4 A Era dos Programas

Já nos anos 90, do século passado, a EMATER participou da formulação e implementação de programas para as regiões com baixa aptidão agrícola com vistas à inclusão social e econômica das comunidades mais pobres. Nesses casos, além das atividades de melhoria de renda, foram ampliadas as ações com a família, com as mulheres e com os jovens, incluindo ações de melhoria de renda, de habitabilidade e de saneamento básico. Essas ações, executadas pela EMATER, foram apoiadas pelo Programa Paraná 12 Meses (EMATER, 2014).

Figura 4 – Trabalho de manejo de microbacias, década de 1990

Fonte: Emater
Nota: Ilustração de exemplificação do programa de manejo nas microbacias do Paraná.

3.3.5 A Visão dos Territórios

Nas regiões com predominância de “municípios rurais”, em especial naquelas com restrições a atividades agrícolas intensivas, a EMATER, junto com as atividades de difusão de tecnologia apropriada e de facilitação do acesso às Políticas Públicas, vem apoiando a mobilização e organização da população na direção da construção de um desenvolvimento sustentado (EMATER, 2014).

Essa atividade inclui a mobilização da população e da articulação das organizações locais em torno de Projetos de Desenvolvimento Territorial. Atualmente, a EMATER tem participação ativa em pelo menos 20 iniciativas regionais de Desenvolvimento Territorial. Em 2005, o regime jurídico foi modificado, passando de empresa para a condição de autarquia, com a denominação Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural EMATER, (EMATER, 2014).

3.3.6 Um Novo Papel da Extensão

Atualmente, o setor rural, os agricultores e o agronegócio têm novos desafios e demandas mais complexas. Por outro lado, a atividade Assistência Técnica e Extensão Rural tem mais e novos atores; as prefeituras, as cooperativas,

as ONGs e as empresas. Como uma organização pública oficial e tendo como norteadora a Lei Estadual de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural - Lei 17447 - 27 de Dezembro de 2012, o Instituto Emater incorpora mais um papel e mais responsabilidades, não só para executar ações de assistência técnica, mas também o de apoiar e promover a articulação harmônica desses atores em prol do desenvolvimento do Estado do Paraná (EMATER, 2014).

Para cumprir bem seu novo papel, o Instituto volta-se para ações de modernização e aperfeiçoamento de seu modelo de gestão que contemplem não só o seu fortalecimento, como também busca implementar ações que resultem no fortalecimento de todos os demais atores, visando a ampliação da Assistência Técnica de qualidade a um número também maior de agricultores beneficiários.

Segundo o diretor presidente do Instituto Emater: Rubens Ernesto Niederheitmann, a caminhada da Extensão Rural do Paraná, configurada na organização oficial EMATER, tem sido gratificante e exitosa mesmo que, em vários momentos, os obstáculos e as dificuldades pudessem parecer intransponíveis valeu a pena (EMATER, 2014).

3.4 DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E SUSTENTABILIDADE

A necessidade de transformação e potencialização do espaço agrícola, há muito tempo, vem tomando o estudo de especialistas entusiasmados pela mudança e forma de produção de subsistência humana sem que afete o sistema natural, oferecido pelo meio ambiente.

Este termo Desenvolvimento e Sustentabilidade faz com que um novo cenário seja criado e recriado para o desenvolvimento das atividades agrícolas. O relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), traz o conceito que fora apresentado, em abril de 1987, pela Comissão mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, através do relatório divulgado com o título de “Nosso Futuro Comum” [2],

[2] Relatório formulado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, o qual teve como presidente a mestre em saúde pública e ex-Primeira Ministra da Noruega GRO HARLEM BRUNDTLAND, convidada pelo Secretário-Geral da ONU, no ano de 1983. Burtland foi uma escolha natural para este papel, à medida que sua visão da saúde ultrapassa as barreiras do mundo médico para os assuntos ambientais e de desenvolvimento humano. Em abril de 1987, a Comissão Brundtland, como ficou conhecida, publicou um relatório inovador, “Nosso Futuro Comum” – que traz o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público.

> “O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades.”
> “Um mundo onde a pobreza e a desigualdade são endêmicas estará sempre propenso à crises ecológicas, entre outras…O desenvolvimento sustentável requer que as sociedades atendam às necessidades humanas tanto pelo aumento do potencial produtivo como pela garantia de oportunidades iguais para todos.”
> “Muitos de nós vivemos além dos recursos ecológicos, por exemplo, em nossos padrões de consumo de energia… No mínimo, o desenvolvimento sustentável não deve pôr em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na Terra: a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos.”
> “Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas (ONU, 2014).”

Sachs (2002), ao estabelecer as dimensões da sustentabilidade, caminha na valoração de outros critérios, não somente econômicos o que é, geralmente, esperado como resultado de análise, mas sim, social, cultural, ambiental, econômico e político.

Sachs (2002), pag. 71 mostra várias especificações e definições para sustentabilidade, que aparecem de diferentes formas, como:

> - A sustentabilidade social vem na frente, por se destacar como a própria finalidade do desenvolvimento, sem contar com a probabilidade de que um colapso social ocorra antes da catástrofe ambiental;
> - um colorário: a sustentabilidade cultural;
> - a sustentabilidade do meio ambiente vem em decorrência;
> - outro colorário: distribuição territorial equilibrada de assentamentos humanos e atividades;
> - a sustentabilidade econômica aparece como uma necessidade, mas em hipótese alguma é condição prévia para as anteriores, uma vez que um transtorno econômico traz consigo o transtorno social, que, por seu lado, obstrui a sustentabilidade ambiental;
> - o mesmo pode ser dito quanto à falta de governabilidade pública, e por esta razão é soberana a importância da sustentabilidade política na pilotagem do processo de reconciliação do desenvolvimento com a conservação da biodiversidade.

Assim, entende-se que o desenvolvimento social deve estar em sintonia, com as necessidades humanas, priorizando a convivência e sobrevivência com condições igualitárias.

Estas considerações impulsionaram a Executiva da ONU, a realizar conferências sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, colocando, assim, diretamente em agenda pública ou a chamada Agenda 21[3].

O objetivo do Desenvolvimento Rural Sustentável é promover o bem estar da sociedade rural. Nesse contexto, é que vão surgindo as estratégias, através de políticas públicas, regionalizadas, que buscam corrigir os desequilíbrios de receitas, baixo crescimento de produção e padrões inadequados de transferências de bens e uso insustentável dos recursos naturais. Desta forma, o Desenvolvimento Rural deve avançar em direção à incorporação dos conceitos essenciais do Desenvolvimento Sustentável para que possa beneficiar todos os membros da sociedade, garantindo a sustentabilidade entre as gerações.

É preciso que todo e qualquer desenvolvimento preze pela liberdade de vida, pela qualidade e equilíbrio ambiental. Com base nos estudo de Sen (2010, p.29):

> O desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo.

Portanto, é importante e necessário, avaliar melhor o potencial e os limites das civilizações atuais, refletindo e buscando condições que melhorem a vida no campo.

> Não basta dizer que o desenvolvimento rural é necessário. Ainda é preciso mostrar que ele é possível. Muitas vozes céticas se levantam diante do potencial da civilização moderna da biomassa. Elas permanecem prisioneiras de um conceito de modernidade muito centrado no urbano e nas áreas de alta tecnologia, que falam à imaginação muito mais que os progressos da biotecnologia aplicados à agricultura e à química verde: a conquista do espaço em um extremo, as nanotecnologias em outro, e, em matéria energética, a fusão nuclear e a construção de satélites capazes de captar a energia solar no espaço e retransmiti-la ao nosso planeta. Não se trata de jeito nenhum de fazer da civilização vegetal uma panaceia, nem um tema exclusivo de pesquisa, e tampouco negar as funções

[3] Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica, definição encontrada no site http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21.

> civilizatórias das cidades ou iniciar um refluxo das populações urbanas para os campos. Trata-se de desacelerar o êxodo rural e, ao mesmo tempo, humanizar os campos, procurar novos equilíbrios demográficos, sociais, ecológicos e culturais entre os diferentes pontos do continuum cidade-campo (IGNACY SACHS, 2010, p.29).

O art. 225 da Constituição Federal fixou que:

> “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 2014).”

O Ministro do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, assim se posicionou no mandado de segurança 22.164/95:

> "O direito a integridade do meio ambiente — típico direito de terceira geração — constitui prerrogativa jurídica de titularidade coletiva, refletindo, dentro do processo de afirmação dos direitos humanos, a expressão significativa de um poder atribuído, não ao indivíduo identificado em sua singularidade, mas, num sentido verdadeiramente mais abrangente, a própria coletividade social. Enquanto os direitos de primeira geração (direitos civis e políticos) — que compreendem as liberdades clássicas, negativas ou formais — realçam o princípio da liberdade e os direitos de segunda geração (direitos econômicos, sociais e culturais) — que se identificam com as liberdades positivas, reais ou concretas — acentuam o princípio da igualdade, os direitos de terceira geração, que materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos genericamente a todas as formações sociais, consagram o princípio da solidariedade e constituem um momento importante no processo de desenvolvimento, expansão e reconhecimento dos direitos humanos, caracterizados, enquanto valores fundamentais indisponíveis, pela nota de uma essencial inexauribilidade." (MS 22.164, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 17/11/95). No mesmo sentido: RE 134.297, 22/09/95.

Desta forma, será possível melhorar a qualidade de vida de todos sem prejudicar o potencial de novas gerações. Com base na Agenda 21 (2014), sustentabilidade é definida como o equilíbrio dinâmico entre fatores sociais, culturais e econômicos, com a finalidade de conservar o ambiente e o agroecossistema natural do qual a humanidade faz parte.

Barbieri (2005,) aponta que um dos principais objetivos do desenvolvimento rural e agrícola é aumentar a produção de alimentos, de forma sustentável, melhorando, assim, a segurança alimentar, enfatizados na Agenda 21.

Partindo desses pressupostos e com uma visão ampla, Barbieri (2005, p.97), defende que:

> Uma estratégia voltada para os problemas do desenvolvimento, da erradicação da pobreza e do meio ambiente deverá considerar de imediato e simultaneamente os recursos, a produção e as pessoas, bem como as questões demográficas, os cuidados com a saúde, educação, os direitos da mulher, o papel dos jovens, dos indígenas, e das comunidades locais de acordo com os processos democráticos de participação, associado ao aperfeiçoamento da sua gestão.

De acordo com O ECO (2014, p.01), pode-se visualizar algumas definições de sustentabilidade:

> A **sustentabilidade ambiental** consiste na manutenção das funções e componentes dos ecossistemas para assegurar que continuem viáveis – capazes de se auto-reproduzir e se adaptar a alterações, para manter a sua variedade biológica. É também a capacidade que o ambiente natural tem de manter as condições de vida para as pessoas e para os outros seres vivos, tendo em conta a habitabilidade, a beleza do ambiente e a sua função como fonte de energias renováveis.
> A **sustentabilidade econômica** é um conjunto de medidas e políticas que visam a incorporação de preocupações e conceitos ambientais e sociais. O lucro passa a ser também medido através da perspectiva social e ambiental, o que leva à otimização do uso de recursos limitados e à gestão de tecnologias de poupança de materiais e energia. A exploração sustentável dos recursos evita o seu esgotamento.
> A **sustentabilidade sociopolítica** é orientada para o desenvolvimento humano, a estabilidade das instituições públicas e culturais, bem como a redução de conflitos sociais. É um veículo de humanização da economia, e, ao mesmo tempo, pretende desenvolver o tecido social nos seus componentes humanos e culturais.
> A **sustentabilidade cultural** leva em consideração como os povos encaram os seus recursos naturais, e sobretudo como são construídas e tratadas as relações com outros povos a curto e longo prazo, com vista à criação de um mundo mais sustentável a todos os níveis sociais. A integração das especificidades culturais na concepção, medição e prática do desenvolvimento sustentável é fundamental, uma vez que assegura a participação da população local nos esforços de desenvolvimento.

Em 1972, surgiu em Estocolmo, a proposta do desenvolvimento econômico e social, focalizada na conservação da natureza e garantindo as necessidades das gerações atuais e futuras, de forma sustentável.

> Com a implantação de uma agricultura sustentável, os atores sociais serão beneficiados, porém, deverá existir um maior investimento científico e tecnológico voltado para as características dos

> agroecossistemas. Os pequenos produtores familiares reúnem todos os fatores para este processo de transição ao desenvolvimento sustentável, pois não usam tecnologias agressivas ao meio ambiente e seus principais métodos de cultivos ainda são embasados no saber camponês, minimizando o uso de insumos externos a propriedade (FUNK, BORGES, SALAMONE, 2006, p.55).

Após o relatório Nosso Futuro Comum, a Conferência de Estocolmo, vem a Eco 92[4], realizada, em 1992 no Brasil, que reconheceu o desenvolvimento sustentável como o grande desafio dos nossos dias, sendo marco para elaboração de planos de ação e estratégias de incentivo a toda sociedade.

Nobre (2002), afirma que a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Unced), ou Eco 92, foi o momento decisivo do projeto para a institucionalização da problemática ambiental, mas também as definições das bases das institucionalizações.

Sendo assim, no contexto rural, a modernização agrícola é condicionada às transformações nas formas de produção, no uso intenso de variedades geneticamente melhoradas, de fertilizantes minerais, agrotóxicos, mecanização e irrigação, distanciando-se cada vez mais, dos processos ecológicos naturais (COUTINHO, 2011).

> A sustentabilidade da agricultura pressupõe a existência de um equilíbrio entre produção e preservação do meio ambiente. Este novo paradigma propõe que as atividades produtivas sejam desenvolvidas de forma equilibrada, de modo a não comprometer os recursos naturais, possibilitando às futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades (COUTINHO, 2011).

Intuito é a busca do desenvolvimento sustentável da agricultura pautado em uma postura crítica, com relação ao modelo agrícola tradicional, almejando um novo modelo de agricultura, mais racional, reduzindo os insumos agrícolas, com baixa dependência tecnológica, uso sustentável dos recursos naturais e o mínimo de impactos adversos ao ambiente.

[4] Em 1992, vinte anos após a realização da primeira conferência sobre o meio ambiente, no Rio de Janeiro, representantes de cento e oito países do mundo reuniram-se para decidir que medidas tomar para conseguir diminuir a degradação ambiental e garantir a existência de outras gerações. A intenção, nesse encontro, era introduzir a idéia do desenvolvimento sustentável, um modelo de crescimento econômico menos consumista e mais adequado ao equilíbrio ecológico.(http://pt.wikipedia.org/wiki/ECO-92)

Seria um novo posicionamento em relação à agricultura e esta preocupação em estabelecer novos métodos de produção está claramente dispostos nos planos governamentais.

Sachs (2009),chama a atenção para que os agrônomos se habituem a pensar por produtos e categorias. Em suas estimativas de necessidades em solos aráveis, raciocinam por justaposição das culturas, subestimando as sinergias entre diferentes cultivos e criações dentro de sistemas integrados de produção de alimentos e de energia. Talvez não seja uma revolução copernicana, mas continuo convencido de que é por aí que se deve começar: propor sistemas integrados adaptados aos diferentes biomas. Partir de uma região rural e aí inscrever um sistema que imita os ecossistemas naturais, articulando entre eles os diferentes módulos de produção, com os resíduos de um modelo tornando-se os insumos do módulo seguinte.

Paulus e Schlindwein (2001), trazem aspectos importantes do conceito de agricultura sustentável – que frequentemente não é contemplado tanto na visão dos ecologistas "puros" (que enfatizam apenas os aspectos relativos ao meio biofísico), quanto dos defensores da "ecologia de mercado" (que tentam valorar monetariamente toda a natureza). É a valorização das comunidades rurais em seus aspectos sociais, humanos e culturais. Sobre este último aspecto, não pode haver dúvida de que a diversidade cultural é tão imprescindível quanto à biodiversidade vegetal e animal – e que pode se manifestar em distintas alternativas à agricultura moderna – quando se fala de agricultura sustentável.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, instituída pela Lei n.12.188, de 11 de janeiro de 2010, dispõe no seu artigo 3º, entre os seus princípios:

> I – desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;
> IV – adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis.
> No artigo 4º, a referida Lei coloca entre os objetivos do PNATER:
> I – promover o desenvolvimento rural sustentável.

Amado (2012), afirma que será sustentável apenas o desenvolvimento que observe a capacidade de suporte da poluição pelos ecossistemas, que respeite a perenidade dos recursos naturais, mantendo os padrões de qualidade de vida.

Amado destaca ainda,

> Todavia, o Princípio do Desenvolvimento sustentável não possui apenas uma vertente econômico-ambiental, mas também tem uma acepção social, consistente na justa repartição das riquezas do mundo, pois inexiste qualquer razoabilidade em se determinar a alguém que preserve os recursos naturais sem previamente disponibilizar as mínimas condições de dignidade (AMADO, 2011, apud BANDEIRA p.25).

Assim, é possível perceber a necessidade de bons programas, que atendam o setor agropecuário familiar para que de forma consciente se desenvolva e promova o bem estar destas famílias, garantindo o equilíbrio socioeconômico e ambiental.

3.5 PLURIATIVIDADE

As mudanças intensivas nas atividades agrícolas modernas, acarretaram modificações na estrutura da pequena unidade agrícola familiar. Funk, Borges e Salamoni (2006), abordam esta temática, afirmando que o pequeno produtor tornou-se assalariado, deixando de ter acesso aos bens por ele produzido, e da autonomia da posse da terra.

As transformações, advindas da modernidade na agricultura, acarretaram alteração no modo de vida do pequeno agricultor, visto que a maioria destes não conseguia acompanhar o desenvolvimento técnico, e, com isso, a diversificação passou tornar-se uma necessidade, “tendo que abandonar ou incorporar à produção rural outras atividades não agrícolas” (FUNK; BORGES; SALAMONI, 2006).

Esse emergir de complexidade do espaço rural contemporâneo tem implicações na sociedade e nas políticas públicas. Diante disto, estabelecem no campo acadêmico a perspectivas teóricas, relacionadas à dinâmica do rural brasileiro, que são a do “novo rural”, precisamente a pluriatividade.

De acordo com Schneider (2009), as pesquisas, relacionadas à pluriatividade no Brasil, são recentes, mas Seyferth Gualda, considerada pioneira neste assunto, já falava sobre o significado da categoria colono e sobre os aspectos

proletarização do campesinato, por volta de 1980, mencionando sobre dupla atividade dos agricultores, dentro da realidade da categoria dos colonos operários.

Em uma segunda fase, as pesquisas passam a referir-se às situações em que maior parte dos agricultores dedica apenas uma parte de sua jornada de trabalho às atividades agrícolas. Destacando os trabalhos de Schneider (1994, 1999), Sacco dos Anjos (1995), Carneiro (1996a) e Neves (1995, 1997), entre outros.

Já, no final da década de 1990, até o período atual, os estudos sobre pluriatividade caracterizam-se numa perspectiva conceitual, denominada de o Novo Rural ou seja, na diversificação que se pode produzir no interior da agricultura familiar.

> A pluriatividade nada mais é do que a diversificação das atividades rentáveis do negócio. É através dela que os membros das famílias de agricultores, que residem no meio rural, optam pelo exercício de diferentes atividades, ou ainda, optam pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. (PIRES; SPRICIGO, 2013).

Contudo, o impulso decisivo nos estudos sobre pluriatividade aconteceu, a partir do momento em que se ampliaram as pesquisas sobre as mudanças no mercado de trabalho rural no Brasil. O projeto Rurbano, estabelecido, inicialmente, por José Graziano da Silva, tornou-se referência neste campo de estudo, pois focalizava sua análise nas mudanças do espaço rural e no mercado de trabalho dos agricultores.

> As pesquisas do grupo Rurbano produziram uma renovação na compreensão das características demográficas e ocupacionais do espaço rural no Brasil. Uma de suas principais contribuições foi à sedimentação da idéia de que o espaço rural deveria ser pensado para além da produção agrícola. Como conseqüência, vários outros estudiosos passaram a perceber a necessidade de repensar tanto os aspectos analíticos e conceituais como as formas de intervenção do Estado e a própria ação política (SCHNEIDER, 2009).

Queiroz (2012),acrescenta o seguinte, acerca do Projeto Rurbano, mencionando a obra lançada por Campanhola e Graziano da Silva (2000), intitulada “O Novo Rural Brasileiro”:

> Esses autores, inseridos no PROJETO RURBANO, que objetivou demonstrar que o rural extrapolava os limitem da propriedade rural e ia além das atividades estritamente agrícolas, observaram que, a partir de meados dos anos 80, emergiram dinâmicas geradoras de atividades rurais não-agrícolas e da pluriatividade no interior das famílias rurais brasileiras. Observando-se, portanto, uma nova conformação do meio rural brasileiro. Nesse novo cenário, a prestação de serviços (pessoais, lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria passaram a responder cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural, que deixou de se caracterizar como estritamente agrícola.

A partir do momento em que a família rural combina atividades agrícolas e não agrícolas em uma mesma família, define-se a pluriatividade. Em outros tempos, os agricultores praticavam atividades não agrícolas esporadicamente, principalmente com o objetivo de complementar a renda e garantir a manutenção da vida familiar. Atualmente, este fenômeno é permanente e representa muito mais do que uma mera complementação de rendas (SCHNEIDER, 2001).

> Com a emergência cada vez maior das dinâmicas geradoras de atividades rurais não-agrícolas, e da pluriatividade no interior das famílias rurais, observa-se uma nova conformação do meio rural brasileiro, a exemplo do que já ocorre há tempos nos países desenvolvidos. Esse "Novo Rural" como vem sendo denominado, pode ser também resumido em três grandes grupos de atividades:
> a) Uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias;
> b) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços;
> c) um conjunto de "novas" atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados. (GRAZIANO DA SILVA; GROSSI, 2013 p.6).

Esta flexibilização das atividades, no campo, ocorre em virtude dos novos processos e exigências da indústria e da urbanização, submetendo as famílias rurais a multifuncionalidades. Hoje, o agricultor busca desenvolver diferentes tipos de funções:

> Ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vem se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais. (GRAZIANO DA SILVA, 2003).

Dentre essas novas atividades pluriativas, que compõem o rural brasileiro, está o turismo sustentável, artesanato, produção de doces, apicultura, criação do

bicho da seda, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, piscicultura, criação de avestruz, gansos, patos, galinha de angola, pavão, abelhas nativas, pássaros, produção de ervas medicinais, espécies destinadas à fabricação de temperos, condimentos, floricultura e mudas de plantas ornamentais (CÂNDIDA; BORGES; SANTOS, 2010).

> A pluriatividade e as atividades não-agrícolas que ocorrem no meio rural contribuem para que a forma familiar de organização do trabalho e da produção gere novos mecanismo de garantia de sua reprodução material, e até mesmo a ampliação de sua importância na estrutura social (BAUMEL; BASSO; 2004 p. 140).

A pluriatividade precisa ser fomentada, no interior das famílias, uma vez que promove melhoria nas condições de vida do trabalhador. Sendo assim, Schneider (2005), Apud Balsadi (2009), menciona que as políticas públicas precisam incentivar o desenvolvimento da pluriatividade, uma vez que esta alternativa de produção soluciona um conjunto de problemas, tanto urbano quanto rural, tais como:

> Elevar a renda familiar,
> Estabilizar a renda familiar e reduzir a sazonalidade dos ingressos,
> Diversificar a fonte de renda familiar,
> Contribuir para geração de empregos agrícolas e não agrícolas, gerar externalidades positivas, diversificar as economias locais, e desenvolver os territórios locais,
> Reduzir a migrações campo/cidade,
> Estimular mudanças nas relações de poder e de gênero no interior das famílias,
> Apoiar a multifuncionalidade do meio rural (SCHNEIDER, 2005), apud (BALSADI, 2009).

Na contextualização de Godoy et al (2010), diante das pressões econômicas e sociais que a agropecuária, principalmente a familiar, sofreu, frente à realidade a que foram impostas pelo mercado econômico, como estratégia, os agricultores familiares lançaram “mão de atividades pluriativas, assegurando sua reprodução social e econômica, bem como o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural”.

Essa pluriatividade tem modificado a paisagem do espaço rural, criando alternativas de sobrevivência para que o homem do campo permaneça neste local, sem ter que migrar para a cidade. Diante disto, era preciso pensar em uma política

pública, direcionada aos agricultores familiares com o objetivo de promover o desenvolvimento rural e propiciar a permanência dos agricultores no campo.

No Brasil, uma das principais políticas com esta finalidade foi a concessão de crédito rural, por meio do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que se firmou como a principal política pública do Governo Federal para apoiar os agricultores familiares.

3.6 POLÍTICAS PÚBLICAS

Antes de mencionar o PRONAF, é importante contextualizar a sistemática das políticas públicas, abordando desde a sua origem até sua efetiva publicação.

No Brasil, o processo de elaboração de políticas públicas, entendida como ações públicas, referentes à economia, à sociedade e ao meio ambiente em dimensão nacional, tem evoluído consideravelmente nas últimas décadas. Na visão de Leite (2011), essa evolução foi acompanhada por mudanças no contexto político e na situação social e econômica do país. Esse tema impõe a necessidade de adaptação de conceitos e de método de análises. São três pontos de destaque que o autor menciona: a evolução histórica do Brasil, o papel do Estado e, consequentemente, o processo de elaboração de políticas públicas, a evolução do conceito de políticas públicas em dimensões acadêmicas, e as metodologias de análise das políticas públicas.

Sendo assim, Leite (2011), argumenta que, na atualidade, o processo de construção de políticas públicas assume complexidade significativa. Os problemas sociais foram acentuados pelo aumento demográfico, refletindo sobre os recursos naturais. Os governos atuais são forçados a corrigir os problemas de pobreza, desigualdade social, marginalização socioterritorial, insegurança, carência de infraestruturas sociais e produtivas entre outras.

> A definição de políticas públicas diante de desafios tão diversificados e complexos mobiliza a participação tanto dos atores privados e associativos como dos atores públicos, conformando, consequentemente, uma nova arquitetura da ação pública. No meio rural, essa evolução foi particularmente significativa e se concretizou, entre outros aspectos, pela legitimação da agricultura familiar como ator sociopolítico organizado, ao lado da agricultura patronal e empresarial, e o reconhecimento das especificidades socioterritoriais (LEITE, 2011, p.46).

De acordo com Leite (2011, p.47), na forma preliminar, o debate sobre políticas públicas "está estruturado em torno do grau de centralidade do Estado no processo de construção da ação pública e da importância dada à racionalidade substantiva nesse processo".

O termo políticas públicas é constantemente utilizado quando referido ou associado a incentivos governamentais, nas diferentes áreas de ação. Mas, é *mister* saber que existe uma sistemática, no seio da sociedade, desde a sua origem, até a sua efetiva publicação. Neste sentido, enfatizar-se-á duas etapas das políticas públicas: a de planejamento, de forma racional e neutra realizada pelo estado (policy)[5] e outra, fruto das ações dos representantes políticos, buscando seus interesses e valores (politics)[6].

A autora apresenta uma situação hipotética para um melhor entendimento de "Policy) e "Politics), em que se pode considerar a seguinte situação: Ocorre uma manifestação pública onde diferentes atores sociais, mas com interesses comuns, em determinada questão, reivindicam seus direitos. O assunto chega até o congresso e alguns parlamentares recebem os representantes desses atores em seus gabinetes e discutem suas reivindicações. Da mesma forma, outros parlamentares fazem o mesmo, mas com atores que têm interesses diferentes sobre o mesmo tema. Na sequência, a mídia dá publicidade ao ocorrido. No congresso, parlamentares discutem o assunto, fazem discursos sobre as manifestações. A base do governo no congresso leva o assunto até o poder executivo. O governo cria um grupo de trabalho para analisar o assunto, no qual naturalmente, os atores divergem sobre quais serão os representantes no grupo, porque deles sairão os resultados das discussões. A seu critério, o grupo de trabalho pode convidar alguns dos atores para defender os seus interesses ou apresentarem suas preferências. Os resultados, obtidos no grupo, e as prioridades serão discutidos com os

[5] O termo policy é utilizado para referir-se à formulação de propostas, tomada de decisões e sua implementação por organizações públicas, tendo como foco temas que afetam a coletividade, mobilizando interesses e conflitos. Em outras palavras, policy significa a atividade do governo de desenvolver políticas públicas, a partir do processo da política, (RUA, 2009).

[6] O termo "política", no inglês, politics, faz referência às atividades políticas: o uso de procedimentos diversos que expressam relações de poder ou seja, visam a influenciar o comportamento das pessoas e se destinam a alcançar ou produzir uma solução pacífica de conflitos relacionados a decisões públicas (RUA, 2009).

parlamentares. Neste cenário, pode haver interferência e proposições da base governamental em sentido contrário ou não às propostas do grupo. Neste momento, os partidos de oposição podem não concordar e se oporem a base governamental, diverge da oposição e vice-versa, chegando a um impasse. Mas, ao longo das discussões, cada lado cede um pouco e novas concepções vão surgindo entre executivos, parlamentares e atores. Desta forma, há um consenso entre eles, através de novos acordos que irão recepcionar as reivindicações, sem a necessidade de novos conflitos com outros atores sociais. Isto é política ou seja: ***politics***, (RUA, 2009).

Segundo Rua (2009), o termo *policy* é utilizado para se referir à formulação de propostas, tomada de decisões e sua implementação por organizações públicas, tendo como principal objetivo temas que afetam a coletividade, mobilizando interesses e conflitos. A palavra policy demonstra que o governo desenvolve situações para criar as políticas públicas, a partir do processo da política. Destaca ainda, a autora que é possível sustentar que as políticas públicas (*policy*) são uma das resultantes da atividade política (*politics*): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores, envolvendo bens públicos.

Para Rua (2009), políticas públicas representam "instâncias empíricas do Estado em ação" e mobilizam, diretamente, todos aqueles, envolvidos com a administração pública.

No mesmo sentido, Teixeira (2002), propõe uma compreensão sobre as políticas públicas como diretrizes e princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade ou seja, mediações entre atores da sociedade[7] e do Estado. Essas políticas são mostradas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos), produzindo, assim, ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Portanto, nem sempre, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações, desenvolvidas. Devem ser consideradas também as "não-ações", as omissões, como formas de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos.

[7] Sociedade: é o conjunto de indivíduos, dotados de interesses e recursos diferenciados que interagem continuamente a fim de satisfazer as suas necessidades. Diferentemente da comunidade, a principal característica da sociedade é a diferenciação social, (RUA, 2009).

As políticas públicas, em seu processo de elaboração e implantação, expõem resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o conflito social nos processos de decisão, repartição de custos e benefícios sociais. Isso tudo porque nesse processo tem-se interesses diferenciados e até mesmo contraditórios, sendo necessário o ato consensual para se obter legitimidade e eficácia do objetivo da política pública (TEIXEIRA, 2002).

Portanto as políticas públicas são resultantes da atividade política e esta consiste na resolução pacífica de conflitos, processo essencial à preservação da vida em sociedade (RUA, 2009).

A dinâmica das políticas públicas, seus conceitos e ciclos, são pontos de relevante atenção para entender sua funcionalidade e qual sua implicação na vida do cidadão, seja ele pessoa física ou jurídica. Por isso, a sociedade recorre à política seja para construir os consensos, ou controlar o conflito.

Para Rua (2009), o consenso sobre políticas públicas, como chegar ao equilíbrio e ao justo meio em relação às reivindicações dos atores sociais, políticos, burocracias entre outros, requer uma adequada forma de compensar esta complexa relação à sistemática do processo, e uma das maneiras de recepcionar esta necessidade é associando-a ao ciclo de política (policycycle), que divide as políticas públicas em etapas sequenciais, conforme figura 5 - Ciclo das Políticas Pública.

Esta autora descreve os ciclos de política da seguinte forma:

> - Formação da agenda, que ocorre quando uma situação qualquer é reconhecida como um problema político e a sua discussão passa a integrar as atividades de um grupo de autoridades dentro e fora do governo (RUA, 2009);
> - Formação das alternativas e tomada de decisão: ocorre quando, após a inclusão do problema na agenda e alguma análise deste, os atores começam a apresentar propostas para sua resolução. Essas propostas expressam interesses diversos, os quais devem ser combinados, de tal maneira que se chegue a uma solução aceitável para o maior número de partes envolvidas. Ocorre, então, a tomada de decisão (RUA, 2009);
> - A tomada de decisão não significa que todas as decisões relativas a uma política pública foram tomadas, mas, sim, que foi possível chegar a uma decisão sobre o núcleo da política que está sendo formulada. Quando a política é pouco conflituosa e agrega bastante consenso, esse núcleo pode ser bastante abrangente, reunindo decisões sobre diversos aspectos. Quando, ao contrário, são muitos os conflitos, as questões são demasiado complexas ou a decisão requer grande profundidade de conhecimentos, a decisão tende a

cobrir um pequeno número de aspectos, já que muitos deles têm as decisões adiadas para o momento da implementação (RUA, 2009);

- A implementação consiste em um conjunto de decisões a respeito da operação das rotinas executivas das diversas organizações envolvidas em uma política, de tal maneira que as decisões inicialmente tomadas deixam de ser apenas intenções e passam a ser intervenção na realidade. Normalmente, a implementação se faz acompanhar do monitoramento: um conjunto de procedimentos de apreciação dos processos adotados, dos resultados preliminares e intermediários obtidos e do comportamento do ambiente da política. O monitoramento é um instrumento de gestão das políticas públicas e o seu objetivo é facilitar a consecução dos objetivos pretendidos com a política (RUA, 2009); e
- A avaliação é um conjunto de procedimentos de julgamento dos resultados de uma política, segundo critérios que expressam valores. Juntamente com o monitoramento, destina-se a subsidiar as decisões dos gestores da política quanto aos ajustes necessários para que os resultados esperados sejam obtidos (RUA, 2009).

Figura 5 - Ciclo de políticas públicas

Fonte: Rua, 2009.

Conforme supramencionado, as etapas são compreendidas não como um processo linear, mas como uma unidade contraditória, em que o ponto de partida não está claramente definido. E atividades de etapas distintas podem ocorrer

simultaneamente ou as próprias etapas podem apresentar-se parcialmente superpostas. O entendimento do ciclo das políticas é de fundamental importância para o gestor, auxiliando no seu entendimento correto do processo das políticas públicas e fazendo-o refletir com clareza sobre como e mediante que instrumentos as políticas poderão ser aperfeiçoadas (RUA, 2009).

Mudanças e incrementos nas políticas públicas não acontecem de uma hora para outra mas são resultados de cada fase deste ciclo. Importante salientar que, após estudos, é possível perceber que a formação das políticas públicas, é consequência de outras atividades já em desenvolvimento e mesmo passando por longos estudos a qualquer tempo sofrem adequações, por autores, envolvidos, e comprometidos com a real necessidade da população.

Uma política pública corresponde a um procedimento sequencial de ação que conforma um ciclo de vida. De acordo com Jones (1979), apud Leite (2011), p.50), identificam-se diversas fases durante o ciclo de vida de uma determinada política pública:

> A emergencial (percepção do problema e incorporação da agenda política), a formulação do programa (as soluções imaginadas), a implementação (realização das atividades e alocação dos recursos necessários) a avaliação (definição dos critérios e indicadores de análises) e a finalização (fechamento). Embora o método tem sido considerado simplista, o método é útil, desde que adotado precauções.

A constituição, de 1988, foi marcante para o Estado e o território nacional, visto que alterou, de forma significativa, a formulação das políticas públicas, no espaço nacional, na perspectiva de suas dimensões físicas e humanas. O estado passou a assumir um papel moderador, organizando a produção e a sociedade, mediante a implantação de políticas públicas diferenciadas, com metas especificas à realidade local (BONNAL; KATO; 2011).

Os municípios adquiriram uma maior autonomia política, possibilitando uma maior promoção da descentralização do poder público e a regulação social das políticas, possibilitando a interação efetiva entre a sociedade civil e o poder público. Os municípios passaram a ter um aumento de capacidade financeira mas assumiram inúmeras responsabilidades de outras esferas, obrigando-se a recorrer

aos programas federais e estaduais, do contrário era praticamente impossível ter veiculação de políticas públicas próprias (TEIXEIRA, 2002).

Um exemplo deste apoio aos municípios foi a instituição da Lei Federal de política pública para agricultura (8.171 de 17 de janeiro de 1991), que fixou os fundamentos e definiu os objetivos e as competências institucionais, prevendo os recursos e estabelecendo ações e instrumentos da política agrícola, relativa às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal.

Assim no art. 2º da Lei 8.171, fundamentou-se os seguintes pressupostos:

> Art. 2° A política fundamenta-se nos seguintes pressupostos:
> I - a atividade agrícola compreende processos físicos, químicos e biológicos, onde os recursos naturais envolvidos devem ser utilizados e gerenciados, subordinando-se às normas e princípios de interesse público, de forma que seja cumprida a função social e econômica da propriedade;
> II - o setor agrícola é constituído por segmentos como: produção, insumos, agroindústria, comércio, abastecimento e afins, os quais respondem diferenciadamente às políticas públicas e às forças de mercado;
> III - como atividade econômica, a agricultura deve proporcionar aos que a ela se dediquem, rentabilidade compatível com a de outros setores da economia;
> IV - o adequado abastecimento alimentar é condição básica para garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico-social;
> V - a produção agrícola ocorre em estabelecimentos rurais heterogêneos quanto à estrutura fundiária, condições edafoclimáticas, disponibilidade de infra-estrutura, capacidade empresarial, níveis tecnológicos e condições sociais, econômicas e culturais;
> VI - o processo de desenvolvimento agrícola deve proporcionar ao homem do campo o acesso aos serviços essenciais: saúde, educação, segurança pública, transporte, eletrificação, comunicação, habitação, saneamento, lazer e outros benefícios sociais (BRASIL, 1991, p.1)

Com a normatização desta lei de política agrícola que enfatiza a questão econômica como a produtividade, incremento à produção, regularidade de abastecimento, a Constituição Federal tem por referência a função social da propriedade.

A função social da propriedade rural deve obedecer ao disposto no capitulo III da Constituição Federal - DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.
§ 1º - As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.
§ 2º - O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.
§ 3º - Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.
§ 4º - O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.
§ 5º - São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.
Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:
I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;
II - a propriedade produtiva.
Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social.
Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:
I - aproveitamento racional e adequado;
II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.
Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:
I - os instrumentos creditícios e fiscais;
II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;
III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;
IV - a assistência técnica e extensão rural;
V - o seguro agrícola;
VI - o cooperativismo;
VII - a eletrificação rural e irrigação;
VIII - a habitação para o trabalhador rural.

> § 1º - Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agro-industriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais (BRASIL, 2014, p.94).

Para a conjunção dessas duas legislações e para que de forma excepcional se tenha resultados e funcionalidades no desenvolvimento nacional, de forma a atingir todos os interessados em produzir alimentos e congêneres é que surge o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), possibilitando, assim, a democratização do crédito rural para parte dos agricultores familiares, maiores recursos para infra-estrutura no município e capacitação de técnicos e agricultores familiares.

3.7 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Quando se menciona estudos, voltados para o desenvolvimento rural, sobre tudo aos pequenos produtores, existem tópicos facilmente encontrados, como por exemplo, a importância de promover reformas estruturais, executar projetos, ligados ao desenvolvimento rural, preocupar-se com política agrícola, agrária e de estrutura, aumentar produtividade e bem estar no campo. No entanto, Santos e Silva (2004), alertam que, por outro lado, a maior parte de todo esse esforço perde-se na dinâmica burocrática do processo, não beneficiando os potencias usuários destas iniciativas.

Essa constatação perdurou por um grande período da história da agricultura brasileira. Na última década, porém, esse quadro começou a sofrer alterações significativas, graças às políticas pontuais via programas específicos como exemplo, pode-se citar, em nível nacional, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Uma das formas de impulsionar o desenvolvimento econômico da sociedade, região ou atividade de produção é fornecendo estrutura e o crédito financeiro é uma das principais ferramentas de indução ao desenvolvimento rural, visto que por meio de linhas de crédito, o agricultor pode investir no processo produtivo, elevar sua produção e gerar maior renda.

Conforme a visão de Machado e Casalinho (2013), o setor rural está adequando ao processo produtivo, com as exigências da industrialização e

urbanização e as políticas públicas criam condições para que haja diversificação na área rural à luz da dinâmica da sociedade capitalista.

> A partir da década de 1990, modificou-se a concepção de desenvolvimento e ganhou destaque o conceito de desenvolvimento rural sustentável. No contexto da agricultura, o marco principal é a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. As políticas públicas, frente a uma demanda emergente, buscaram diversificar as estratégias de produção no espaço rural, incluindo se aí a agroecologia (FINATTO, 2010).

O PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), trouxe afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro. Este programa surgiu com objetivo de fornecer crédito agrícola e base institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo excluídos das políticas públicas, ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de manter-se na atividade (LIMA, 2011).

Nas palavras de Queiroz (2012, p.56),

> Para que o PRONAF conseguisse alcançar aquele objetivo geral a que se propôs, foi necessário traçar quatro objetivos específicos: i) adaptar as políticas públicas à realidade e especificidades dos agricultores familiares; ii) fornecer ou facilitar melhorias na infraestrutura que permitam melhorar o desempenho produtivo; iii) facilitar o acesso a tecnologias e sistemas de gestão social que permitam aumentar o nível de profissionalização dos agricultores familiares; iv) estimular a comercialização dos produtos dos agricultores familiares, bem como facilitar seu acesso ao mercado de insumos.

Deste modo, para a consecução dos objetivos específicos, definidos no PRONAF, criou-se o PRONAF- crédito que tinha por finalidade canalizar recursos financeiros para atender os agricultores familiares. Para que a liberação dos recursos fosse efetivada, foi estabelecido, na fase inicial do programa, um “parâmetro social” homogêneo e aplicável em todo o Brasil para definir o tipo de produtor favorecido pelas limitadas verbas públicas do PRONAF- crédito (QUEIROZ, 2012).

O PRONAF, ao ser instituído pela resolução CMN – BACEN NR. 2.191, em 1995, teve como objetivo fornecer créditos para custeio e investimento com taxas de juros de 16% ao ano para os produtores rurais que se apresentam apto ao programa e dificuldade de se manter no campo. No ano seguinte, houve uma Redução da taxa de juros para 12% ao ano e ampliação do limite de crédito individual e coletivo.

Na concepção original do PRONAF, a distribuição de recursos foi delimitada por parâmetros sociais. No mínimo 80% da renda familiar precisava ser oriunda de atividade agrícola, excluindo, portanto, maior parte dos agricultores familiares, que por motivos diversos não conseguiam sobreviver somente da atividade agropecuária, obtendo de outras fontes como aposentadorias e atividades não-agrícolas, mais de 20% do total da renda familiar (LIMA, 2011).

Acerca destes critérios definidos para a obtenção dos recursos, Queiroz (2012, p. 57), acrescenta alguns itens primordial em relação aos agricultores familiares:

> a) explorem parcela da terra na condição de proprietários, posseiros, arrendatários ou parceiros;
> b) manter até dois empregados permanentes, sendo admitido o recurso eventual a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agropecuária o exigir;
> c) não deter a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor;
> d) (...);
> e) residir na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo;
> f) possuir faturamento máximo anual até R$ 27.500,00.

No que tange os termos institucionais, a partir de 1999, o PRONAF sofreu significativas alterações. O programa deixou de fazer parte do Ministério da Agricultura, que era vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), e foi incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A partir daí, a agricultura familiar ganhou maior espaço, principalmente com a criação da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), no MDA. Lauro Mattei (2007), argumenta que as discussões e as definições que dizem respeito ao agricultor familiar ganharam uma nova centralidade no âmbito do governo e uma maior visibilidade perante a sociedade. As regras para o financiamento do PRONAF adequaram-se à realidade social de cada segmento que compõe a agricultura familiar, fazendo do programa, uma alternativa concreta para os agricultores familiares de todo o país.

A partir dessa década de 1999, o financiamento teve por objetivo apoiar às atividades agropecuárias e não agropecuárias, exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Conforme discorre Lima (2011), o PRONAF passou a prever um leque diversificado de linhas de ação, como segue: PRONAF Agroindústria, PRONAF Mulher, PRONAF Jovem, PRONAF Semi-Árido, PRONAF Floresta, PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares, PRONAF Cotas Partes, PRONAF Microcrédito Produtivo Rural, PRONAF

Agroecologia, PRONAF PGPAF, PRONAF PNCF e PNRA, PRONAF ECO Sustentabilidade Ambiental, PRONAF Mais Alimentos.

No site oficial do MDA, apontam-se as condições para o crédito rural – plano de safra 2014/2015. No quadro 1, segue resumo detalhado para cada linha de ação.

São diversos os ramos em que o PRONAF atua e em todos os programas, o foco é fornecer crédito, com taxas de juros reduzidas, proporcionando condições para que o agricultor familiar permaneça no campo. Os critérios operacionais do PRONAF estão consolidados na Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006. Esta Lei estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. De acordo com artigo 3º desta lei para que o agricultor usufrua dos incentivos rurais, voltados à agricultura familiar, ele precisa atentar aos critérios como tamanho da área utilizada, gestão familiar da propriedade, renda bruta dos produtores a serem enquadrados nesta denominação e mão-de-obra familiar, empregada nas atividades desenvolvidas na propriedade.

A lei afirma ainda que os silvicultores, os aquicultores, os quilombolas, os extrativistas e os pescadores também são beneficiários desta Lei:

> I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
> II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;
> III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;
> IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.
> V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º; VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º (BRASIL, 2006).

Para aderir ao PRONAF, a família deve procurar o sindicato rural ou a Emater para aquisição da Declaração de Aptidão, denominada DAP. Este documento foi criado por meio da resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN, RES 2191, de 24 de agosto de 1995), e é utilizada como mecanismo de identificação

do perfil do agricultor familiar para acessar as linhas específicas de crédito, que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas.

> A vantagem de o Agricultor ter a Declaração de Aptidão ao PRONAF, é reconhecimento como Agricultor Familiar, podendo acessar a diversos Programas do Governo Federal para desenvolvimento da agricultura como financiamentos com baixa taxa de juros, comercialização, programas de Habitação Rural, além de ter um documento comprovando as atividades agrícolas do agricultor para aposentadoria (FETAESP, 2013, P.).

Assim, é primordial que o agricultor familiar se dirija a um órgão emissor da DAP, pois a partir do momento em que ele adquiriu tal declaração, pode participar de todos os programas do PRONAF, voltados ao desenvolvimento da agricultura no campo. Os incentivos de créditos, disponibilizados juntos aos órgãos públicos, precisam ser usufruídos pela população rural. No entanto, o agricultor familiar deve avaliar o projeto que pretende desenvolver, com vista à geração de renda. O crédito pode ser destinado para o custeio da safra, atividade agroindustrial, investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura (FETAESP, 2013).

Como contextualizado, o PRONAF atua em diversos segmentos. O agricultor precisa, apenas, adequar-se aos requisitos exigidos no programa. Para tanto, os órgãos credenciados, como o Instituto EMATER ou Sindicato Rural, podem esclarecer eventuais dúvidas e direcionar o produtor para as linhas de créditos de acordo com a aptidão ao Programa de Fortalecimento da agricultura familiar.

Na página seguinte (Quadro 1), é apresentada uma síntese das principais linhas de financiamento do PRONAF, bem como, o público beneficiado, e as taxas de juros aplicadas, (Anexo 1).

Importante constatar que esta política pública vem se atualizando a cada ano/safra e proporcionando aos agricultores familiares inúmeras possibilidades de investimento, tanto em infraestrutura como também no setor de maquinas, equipamentos, utilitários, matrizes leiteiras de corte, reprodutores, inseminação artificial, utensílios para produção de diversos alimentos que são comercializados na comunidade e também através de programas governamentais.

Quadro 1 - Resumo do Crédito PRONAF 2014/2015

Linhas	Faixa I	Faixa II	Faixa III
Pronaf Custeio	Até R$ 10 mil; Juros de 1,5% a.a.	Acima de R$ R$ 10 mil até 30 mil; Juros de 3% a.a.	Acima de R$ 30 mil até R$ 100 mil; Juros de 3,5% a.a.
Pronaf Investimento (Mais Alimentos)	Até R$ 10 mil; Juros de 1% a.a.	Acima de R$ 10 mil até R$ 150 mil ou até R$ 300 mil para avicultura, suinocultura e fruticultura; Juros de 2% a.a.	
Pronaf Agroecologia	Até R$ 150 mil; Juros de 1% a.a.		
Pronaf Eco	Até R$ 10 mil; Juros de 1% a.a.	Acima de R$ 10 mil até R$ 150 mil; Juros de 2% a.a.	
Pronaf Eco Dendê	Até R$ 8 mil/ha; Até 10 mil; Juros de 1% a.a.	Acima de R$ 10 mil até R$ 80 mil; Juro de 2% a.a.	
Pronaf Eco Seringueira	Até R$ 15 mil/ha; Até 10 mil; Juros de 1% a.a.	Acima de R$ 10 mil até R$ 80 mil; Juros de 2% a.a.	
Pronaf Agroindústria	Individual e empreendimentos familiares rurais até R$ 10 mil; Cooperativas e associações até R$ 1 milhão, respeitando o limite individual de até R$ 10 mil por associado ativo; Juro de 1% a.a.	Individual acima de R$ 10 mil até R$ 150 mil; Empreendimentos familiares rurais acima de R$ 10 mil até R$ 300 mil; Cooperativas e associações acima de R$ 1 milhão até R$ 35 milhões, observado o limite individual de até R$ 45 mil por associado ativo; Juro de 2% a.a.	
Pronaf Semiárido	Até R$ 18 mil, juro de 1% a.a.		
Pronaf Jovem	Até R$ 15 mil, juro de 1% a.a. com até 3 operações por mutuário.		
Pronaf Floresta	Até R$ 35 mil, juro de 1% a.a.		
Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares	Individual até R$ 12 mil; Empreendimentos familiares rurais até R$ 210 mil; Associações até R$ 4 milhões; Cooperativas singulares até R$ 10 milhões; Cooperativas centrais até R$ 30 milhões; Juros de 4% a.a		
Pronaf Cota-Parte	Individual até R$ 20 mil; Cooperativa até R$ 20 milhões; Juros de 4% a.a.		
Pronaf Investimento para a Reforma Agrária	Até R$ 25 mil, mais R$ 3,3 mil para o pagamento da Ater; Bônus de 47%; Juro de 0,5% a.a.		
Pronaf Custeio da Reforma Agrária	Até R$ 7,5 mil, em até 3 operações; Juro de 1,5% a.a.		
Pronaf microcrédito da Reforma Agrária	Até R$ 4,0 mil, com até 3 operações; Bônus de adimplência de 50%; Juros de 0,5% a.a.		
Pronaf Produtivo Orientado de Investimento	De R$ 18 mil até R$ 40 mil; Com Ater remunerada R$ 1.100,00 por ano/família e até 3 anos; Juro de 1% a.a.		
Micro crédito rural com a metodologia do PNMPO (Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado)–Grupo B	Investimento até R$ 4 mil juros de 0,5% ao ano e bônus de adimplência de 25% para os primeiros R$ 12 mil.		
Micro crédito rural com a metodologia do PNMPO em municípios em Estado de calamidade no semiárido Grupo “B”	Investimento até R$ 4 mil; Juros de 0,5% ao ano e bônus de adimplência de 40% para os primeiro R$ 12 mil.		
Grupo “B”- micro crédito rural sem a metodologia do PNMPO.	Investimento até R$ 2,5 mil juros de 0,5% ao ano e bônus de adimplência de 25% para os primeiros R$ 7,5 mil.		
Pronaf Mulher no Micro crédito rural Grupo B	As mesmas condições especificadas nas três linhas acima.		
Pronaf Mulher Investimento com a metodologia do PNMPO,	Até R$ 10.000,00 Juro de 1% a.a.	Acima de R$ 10.000,00 até R$ 30.000,00; Juro de 2% a.a.	
Pronaf Mulher Investimento	Até R$ 10 mil juros de 1% ao ano.	Acima de R$ 10 e até R$ 150 mil; Juros de 2% ao ano.	

Fonte: MDA, 2014.

3.8 ASSOCIAÇÃO BOA ESPERANCENSE DE PRODUTORES DE LEITE

Associação Boa Esperancense de Produtores de Leite (ABEPROL), nasceu da necessidade dos agricultores familiares produtores de leite do Município de Boa Esperança, de organizarem-se no intuito de fortalecerem-se frente ao mercado comprador. Por que recebiam preços diferenciados de municípios circunvizinhos por estarem organizados, essa diferença de preços estava inviabilizando a atividade leiteira no município. Em parceria com Instituto Emater (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), Escritório Local de Boa Esperança, começaram a traçar metas e planejar ações, no sentido de formalizar uma Associação de Produtores de Leite. No ano de 2009, foi formalizada a ABEPROL, que funcionou, inicialmente, no Escritório Local da Emater, onde constantes reuniões e capacitações eram realizadas, no sentido de fomentar e difundir o conhecimento sobre associativismo, organização e comercialização da produção.

Inicialmente, a ABEPROL, captava aproximadamente 100.000 (cem mil) litros de leite por mês, que eram comercializados com laticínios da região. Na época, eram 20(vinte) sócios, sendo somente do município de Boa Esperança. Atualmente, a associação comercializa 500.000 (quinhentos mil) litros de leite por mês e conta com aproximadamente 100 (cem) associados, sendo estes do município de Boa Esperança, Janiópolis, Mamborê, Juranda, Tuneiras do Oeste, além de possuir uma farmácia veterinária que comercializa em média R$ 50.000, 00 (cinquenta mil) reais/mês.

Existem tratativas para formalização de uma pequena Cooperativa. Cabe ressaltar também, que hoje recebe um dos melhores preços por litro de leite da região.

Atualmente, em 2014, a ABEPROL conta com uma sede, em imóvel alugado e dispõe de 2 (dois) tratores, 4 (quatro) carretas agrícola, 2 (duas) ensiladeiras, 2 (duas) plantadeiras, 2 (dois) pulverizadores, cujo uso é revezado entre os associados, que de forma organizada usufruem e mantém este patrimônio, que foi, ao longo do tempo, estruturando-se com o apoio do executivo municipal, através de emendas parlamentares e recursos próprios.

Zelar pelos recursos naturais, maior aproveitamento do espaço para garantir a subsistência, com a economia familiar, sustentada pela agricultura, é preocupação da Associação Boa esperancense de Produtores de Leite.

A produção de gado leiteiro está ligada diretamente ao meio ambiente, e, assim também, à conservação do solo, fazendo com que cada agricultor aproveite melhor os recursos hídricos, manejo e utilização das fontes que mantém suas atividades agrícolas. Percebe-se isso claramente com o resultado da pesquisa, realizada com estes produtores, que após terem acesso a informações e facilidade de adquirir recursos governamentais para gerir a economia de sua propriedade, preocuparam-se mais com a preservação da mata ciliar e o melhoramento do cuidado com o solo.

Desde a década de 1990, o setor de leite vem transformando-se e apresentando significativo crescimento e agregando maior liquidez e aproveitamento da mão-de-obra nas unidades familiar, devido à intervenção do governo em todos os seus segmentos (ALVIM; MARTINS, 2008). A agricultura familiar é a que merece destaque, pois esta representa uma alternativa de exploração agrícola, resultando na entrada mensal de dinheiro, proporcionando às famílias rurais estabilidade financeira (SANTOS FILHO, 2009).

Dados do IPARDES (2009)n revelam que, no Paraná, três bacias destacam-se na produção de leite: Centro-Oriental, Oeste e Sudoeste. Estas três bacias envolvem 95 municípios, concentram 48,5% dos produtores e são responsáveis por 53% da produção estadual de leite. A estimativa das receitas mostra que o leite constitui-se em uma importante fonte geradora de renda para os produtores paranaenses, pois, para metade deles, representa mais de 50% da renda, obtida com a exploração agropecuária.

Ainda, segundo o estudo do IPARDES, a maioria dos produtores paranaenses de leite emprega a renda obtida, nas despesas de manutenção da família e no reinvestimento na própria atividade.

O associativismo, enquanto forma de organização social, caracteriza-se pelo seu caráter, normalmente de voluntariado, por reunião de dois ou mais indivíduos usado como instrumento da satisfação das necessidades individuais humanas, nas suas mais diversas manifestações (WIKIPÉDIA, 2015).

Medeiros (2000, p.14), define o associativismo como:

> [...] o associativismo historicamente tem sido a ação coletiva de indivíduos que buscam a sua satisfação econômica, política, cultural e social dentro de um determinado contexto. Esta forma, ele pode assumir um caráter de representação política frente a autoridades instituídas, de representação corporativa

> de categorias profissionais e pode também, ou ainda, ter interesse de base econômica.

A Organização desta associação foi fundamental para uma melhor comercialização da produção leiteira e também deu espaço para a discussão de estratégias de melhoramento e aumento de produção.

Camargo (2004), afirma que através de associações os pequenos produtores têm apresentado bons resultados, pois, na maioria das vezes, os problemas e as dificuldades são os mesmos e aí encontram um mecanismo que lhes garanta melhor desempenho para competir no mercado. A união dos pequenos produtores rurais em associações torna possível a aquisição de insumos, equipamentos e outros bens e serviços com menores preços, melhores prazos de pagamento, como também acesso ao coletivo de máquinas e equipamentos, como é o caso da ABEPROL.

3.9 DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF – DAP

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2014), em resposta aos reclames da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), ocorridos, no ano de 1995, denominada de Grito da Terra, em que se reivindicava do governo: mais atenção e melhores condições de acesso à terra e ao crédito para a agricultura familiar, movimento este reeditado até os dias de hoje, o governo criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (Decreto nº 1.946, de 28/07/1996), que não contemplava em seu bojo, os requisitos necessários para acessar esta politica pública, mesmo o termo “Agricultor Familiar”, que já era utilizado neste período, não dispunha de nenhuma referência formal, (MDA, 2014).

Esta fragilidade, em relação à forma, foi fortalecida e ganhou acento jurídico, com a edição da Resolução CMN nº 2.191, de 24 de agosto de 1995 que criou a Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP.

Esta declaração de Aptidão ao PRONAF visa identificar o agricultor familiar de acordo com requisitos pré-determinados pelo MDA/SAF (Ministério do Desenvolvimento Agrário e Secretária da Agricultura Familiar, respectivamente), (MDA, 2014).

Para o ano agrícola 2013/2014, a Resolução do Conselho Monetário Nacional - Resolução CMN nº 4.228, de 18 de junho de 2013 - estabelece aperfeiçoamentos na política de crédito rural de amparo ao PRONAF, ensejando ajustes na identificação e qualificação dos Agricultores Familiares (MDA, 2014).

De acordo com os dados do Ministério de Desenvolvimento Agrário, de julho de 2014, para o município de Boa Esperança – PR, estão ativas 247 Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP). Já as DAP desativadas, configuram um número de 177, perfazendo um total de 424 DAPs.

Mediante este documento foi possível identificar o perfil do agricultor familiar no Município e emitir linhas específicas de crédito, conforme a renda anual e as atividades exploradas. As linhas de crédito estão vinculadas ao tipo de aptidão que o agricultor apresenta. Nesta perspectiva, o Ministério de Desenvolvimento Agrário subdivide as DAP em DAP Principal, Acessória, Jurídica, Ativa e Ultima Versão:

> Principal – é a DAP utilizada para identificação e qualificação da Unidade Familiar de Produção Rural.
> DAP Acessória – é a DAP utilizada para identificação dos (as) filhos (as) e das mulheres agregadas à uma unidade familiar de produção rural e devem, obrigatoriamente, estar vinculada a uma DAP Principal.
> DAP Jurídica – é a DAP utilizada para identificar e qualificar as formas associativas das Unidades Familiares de Produção Rural organizadas em pessoas jurídicas.
> DAP Ativa – é a DAP que possibilita o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas dirigidas a essa categoria de produtores rurais e, é assim denominada, desde que combine dois atributos: última versão e válida.
> DAP última versão – é a DAP da Unidade Familiar de Produção Rural mais recentemente emitida e registrada na base de dados da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2014, p.14).

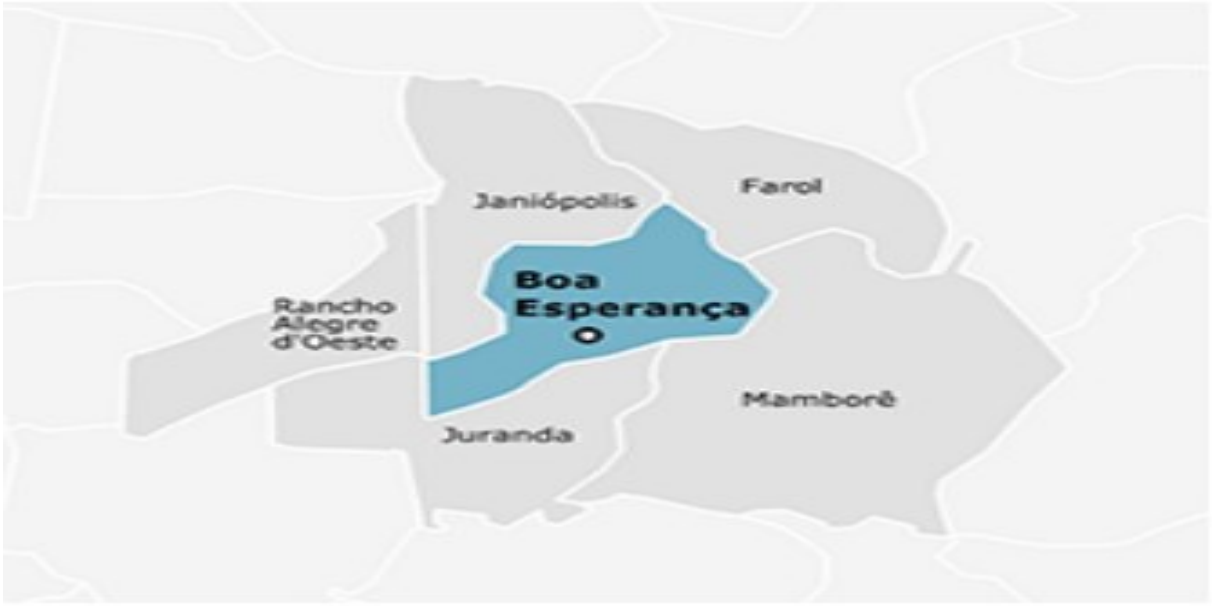
Este documento é emitido por entidades competentes, autorizadas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, que após a análise dos documentos apresentados, emitirá DAP conforme sua utilização para que o agricultor familiar tenha acesso às políticas públicas, voltadas a este segmento.

4 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O local de estudo da presente pesquisa é a cidade de Boa Esperança, localizada no estado do Paraná, Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense e Microrregião Goioerê. Está a uma distância de 506, 56 km da capital de Curitiba. A data de instalação do município foi em 14 de Dezembro de 1964. De acordo com Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), a população estimada para 2014 é de 4518 habitantes (urbana e rural). Em relação à posição geográfica, o município está situado a 500 metros de Altitude, Latitude 24 º 14 ' 32 " S e Longitude 52 º 47 ' 19 " W. O município faz limite com os municípios de Janiópolis, Mamborê, Juranda, Farol e Rancho Alegre d'Oeste.

Figura 6 - Limites do Município de Boa Esperança – PR

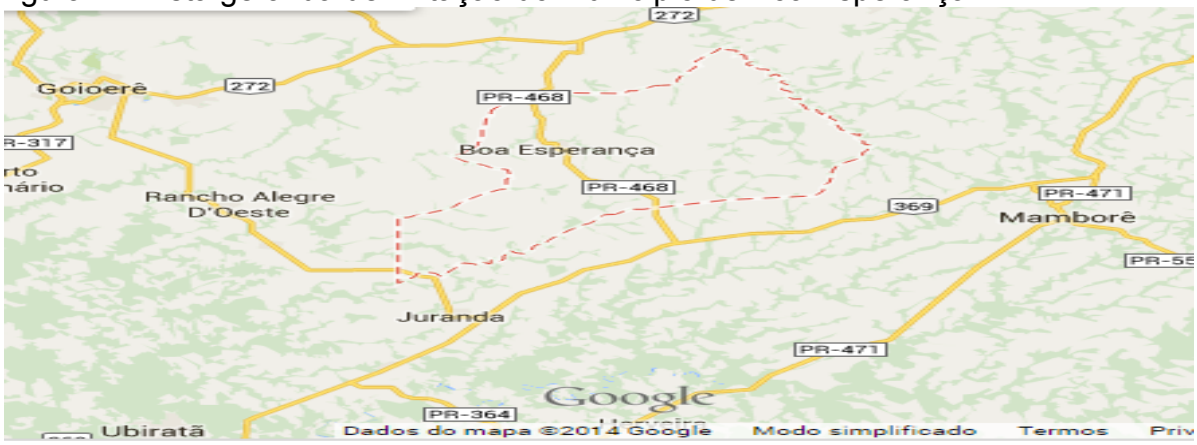


Fonte: IPARDES
Nota: Base Cartográfica ITCG (2010).

Em 2010, o IPARDES definiu um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) de 0,720 e com uma área territorial 311,225 km². Referente às atividades econômicas, em 2006, foram definidos 479 estabelecimentos agropecuários para

lavouras temporárias, perfazendo 26.995 há; 3 estabelecimentos de horticultura e floricultura com 39 ha; 11 estabelecimentos de lavoura permanente com 9 ha; 4 estabelecimentos de produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal com 1.424 ha e; 90 estabelecimentos de pecuária(leite e corte) e criação de outros animais com 1.084 ha (IPARDE, 2014).

Figura 7 - Vista geral da delimitação do município de Boa Esperança – PR



Fonte: Google Mapas (2014).

Com base no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e social (IPARDES), é possível visualizar dados econômicos relativos à agropecuária do município de Boa Esperança – PR:

Tabela 1 - Área dos Estabelecimentos Agropecuários, segundo as atividades econômicas -2006

Atividades Econômicas	Estabelecimentos	ÁREA (Ha)
Lavoura temporária	479	26.995
Horticultura e	3	39
Lavoura permanente	11	9
Produção de sementes, mudas e outros vegetal	4	1.424
Pecuária e criação de outros animais	90	1.084
TOTAL	587	29.551

FONTE: IPARDES – Caderno Estatístico Novembro 2014.

A Tabela 1 apresenta a realidade municipal de Boa Esperança em relação aos Estabelecimentos Agropecuários e Área, segundo as atividades econômicas, tendo como base o ano de 2006, o que mostra um domínio absoluto do item lavoura temporária sobre os demais, chegando a 479 estabelecimentos contra 90 de pecuária e criação de outros animais, no qual está incluso a pecuária de leite, que

faz parte do presente trabalho, quando da análise do impacto do PRONAF Investimento nas unidades familiares produtoras de leite de Boa Esperança.

Tabela 2 - Estabelecimentos Agropecuários e Área Segundo a Condição do Produtor – 2006

Condição Do Produtor	Estabelecimentos	Área (ha)
Proprietário	453	24.797
Assentado sem titulação definitiva	16	1.429
Arrendatário	93	3.141
Parceiro	2	-
Ocupante	22	154
Produtor sem área	1	
TOTAL	587	29.551

FONTE: IPARDES (2014).

Na tabela 2, o item proprietário destaca-se em relação aos outros, chegando a 453 estabelecimentos (24.797 ha), contra o segundo colocado: o item arrendatário, com 93 estabelecimentos (3.141 há), mostrando uma solidez em relação à posse da terra, o que em tese significa dizer que estas famílias proprietárias permaneceram mais tempo na atividade rural.

Tabela 3 - Produtos Área Colhida (Ha) Produção (T) Rendimento Médio (Kg/Ha) Valor (R$1.000,00)

Produtos	Área Colhida (Ha)	Produção (T)	Rendimento Médio (Kg/Ha)	Valor (R$1.000,00)
Alho	1	2	2.000	11
Amendoim	1	2	2.000	4
Arroz	2	3	1.500	2
Aveia	838	1.980	2.363	594
Café	10	12	1.200	65
Feijão	120	208	1.733	577
Milho	19.227	86.856	4.517	37.354
Soja	26.250	62.725	62.725	48.664
Trigo	4.500	11.226	2.495	6.199
Triticale	36	65	1.806	20

FONTE: IPARDES (2014).

A Tabela 3 relaciona os produtos da agricultura, e mostra que o item soja contempla 26.250 há da área total do município o que é muito expressivo, chegando a 88,% do total apresentado na Tabela 1, de 29.551 há. Uma transparente demonstração do domínio desta oleaginosa sobre as demais culturas.

A Tabela 4 dispõe sobre as atividades pecuárias e aves. Ao analisar-se a relação entre os itens rebanho de bovinos (2.870) e rebanho de vacas ordenhadas (2.600), pode-se constatar uma predominância desta atividade sobre a outra. Pois dos 2870 bovinos, a maioria absoluta: 2.600, são vacas ordenhadeiras.

Tabela 4 - Efetivo de Pecuária e Aves – 2012

Efetivos	Números
Rebanho de Bovinos	2.870
Rebanho de Equinos	120
Galináceos(Galinhas, galos, frangos(as) e pintos)	4.000
Rebanho de Ovinos	200
Rebanho de Suínos	1.400
Rebanhos de Caprinos	200
Rebanho de muares	15
Rebanho de Vacas Ordenhadeiras	2.600

FONTE: IPARDES (2014).

A Tabela 5 traça um demonstrativo da produção de origem animal, com o produto leite, reinando absoluto, chegando a R$ 2.550,000,00(dois milhões e quinhentos e cinquenta mil reais), embora seja um valor que pode ser considerado expressivo, trata-se de áreas pequenas frente às cultivadas com grãos.

Tabela 5 - Produção de Origem Animal 2012

Produtos	Valor R$(1.000,00)	Produção	Unidade
Casulos-bicho-da-seda	-	-	Kg
Lã	-	-	Kg
Leite	2.550	3.000	Mil l
Mel de abelha	27	2.730	Kg
Ovos de codorna	-	-	Mil dz
Ovos de galinha	8	4	Mil dz

FONTE: IPARDES (2014).

4.2 EMBASAMENTO CIENTÍFICO

A abordagem metodológica da pesquisa foi através da Pesquisa Qualitativa e quantitativa, exploratória e descritiva, sendo que a coleta de dados foi através de um levantamento, tendo como suporte um formulário semi-estruturado. Além dos dados primários, que foram levantados junto aos agricultores, também foi realizada uma coleta de informações secundárias, obtidas através de pesquisa documental, contextualizando as Políticas Públicas que regem o PRONAF – Investimento.

Num primeiro momento, junto aos agentes mediadores (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Esperança, Banco do Brasil e extensão oficial do estado: Instituto Emater), buscou-se identificar as operações de crédito contratadas através do PRONAF Investimento. Neste levantamento, (Quantificação de projetos contratados) constatou-se que não havia um número expressivo de operações de investimento, direcionado ao gado de leite, uma vez que o município de Boa Esperança é essencialmente agrícola e a atividade leiteira é uma exceção, conforme mostra a Tabela 1.

Portanto, foram selecionados, a partir da safra 2003/2004, até a safra 2012/2013, todos os agricultores que haviam contraído credito através do PRONAF, Investimento para aquisição de gado de leite, equipamentos, benfeitorias, e outro, relacionados à atividade leiteira, totalizando 31 (trinta e um) agricultores familiares.

No segundo momento, foram realizadas visitas nas referidas propriedades para aplicação do formulário semiestruturado. Tanto os dados primários como os secundários, deram suporte para a avaliação dos impactos, proporcionados nas unidades de produção do tipo familiar, levando-se em consideração as dimensões sociais, econômicas e ambientais.

O estudo sobre este tema teve como metodologia inicial a referência bibliográfica. Com base na classificação dada por Vergara (2000, p.48), a pesquisa bibliográfica "[...] é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas". Este tipo de pesquisa é classificada quanto aos fins, como descritiva, pois, de acordo com Vergara (2000, p.47), "Não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação". A pesquisa bibliográfica, pode-se dizer que, não é somente uma simples repetição de assunto já estudado, e sim, o favorecimento ao

exame de um tema, através de um novo enfoque, possibilitando conclusões inovadoras.

Para a realização do levantamento, utilizou-se a técnica de entrevista. Para caracterizar esta técnica, Minayo (1993, p. 108), define a entrevista como uma: “[...] conversa entre duas ou mais pessoas, feita por iniciativa do entrevistador, destinada a fornecer informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e entrada (pelo entrevistador) em temas igualmente pertinentes com vistas a esse objetivo”.

Normalmente, as entrevistas são classificadas em estruturadas e semi-estruturadas. Entrevistas estruturadas são aquelas nas quais as respostas estão fechadas em possibilidades de respostas pré-determinadas. Quanto a entrevista semi-estruturada Mucelin (2006, p. 101) considera como:

> [...] aquela em que o entrevistador (pesquisador) organiza as questões sobre seu objeto de estudo, oferecendo condições para que o entrevistado possa expressar seu ponto de vista sobre a temática, sem que necessariamente tenha que escolher uma resposta pré-elaborada, fechada.

Para o alcance dos objetivos específicos do projeto, será realizada uma análise documental, com subsídios de informações via documentos oficiais, tais como: resoluções, normativas e leis que regem o PRONAF, bibliografias: teses, dissertações, artigos.

O trabalho foi realizado em duas etapas. Na primeira foi efetuada uma análise documental, focando o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar como uma política pública de crédito rural e sua aplicabilidade, buscando nos mediadores que são: Banco do Brasil, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Instituto Emater, documentos que identificam os projetos e as operações de crédito com os agricultores familiares, beneficiários do programa. De posse destas informações, buscou-se a realização da segunda etapa, que consiste de uma coleta de dados para análise dos resultados da aplicação das políticas públicas do crédito. Para esta análise dos resultados foi realizada uma coleta de dados junto aos produtores beneficiados pelo crédito do PRONAF Investimento.

A tabela abaixo mostra o período adotado como referência para a análise do impacto do PRONAF Investimento no município de Boa Esperança:

Tabela 6 - Aplicação dos recursos do PRONAF Investimento Safra 2003 a 2014

SAFRA	Quantidade de projetos por ano/safra	Semoventes (Vacas Leiteiras)	Equipamentos e Utilitários	Mini Poço Artesiano e Sistema de Irrigação	Valor R$
2003/2004	6	37	1	-	93.125, 00
2004/2005	9	42	4	-	114.105,00
2005/2006	6	12	3	1	74.400,00
2006/2007	5	8	1	1	65.990,00
2007/2008	6	25	2	-	165.050,00
2008/2009	9	28	5	-	126.74,80
2009/2010	8	26	4	1	162.026,30
2010/2011	11	69	2	2	253.283,00
2011/2012	6	26	3	1	206.529,40
2012/2013	26	68	16	-	749.020,00
Total	**92**	**341**	**41**	**6**	**1.790.403,70**

Fonte: Autor.

A Tabela 6 demonstra a aplicação dos recursos do PRONAF Investimento, safra 2003 a 2013, evidenciando a importância desta politica publica: PRONAF investimento para o desenvolvimento e sustentabilidade da agricultura familiar. Nos 10(dez) anos, de sua aplicação, foram feitos: 92 projetos, dos quais foram adquiridas 341 matrizes leiteiras, 41 veículos utilitários e 6 mini poço, artesiano, conjunto de irrigação, contribuindo de forma positiva para a evolução destas famílias beneficiárias.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 ASPECTOS SOCIAIS

Realizou-se pesquisa de campo com 31(trinta e um) agricultores familiares, beneficiários do crédito agrícola. De acordo com a referida pesquisa, destes, 31 agricultores, entrevistados, 58,2% (Tabela 07) exerce como atividade principal a produção de Leite. Tais agricultores apresentam perfil diferenciando, sendo uns exclusivamente agricultores, outros são agricultores e estudantes, também são funcionários públicos e agricultores, que laboram na propriedade, caracterizando, assim, à pluriatividade. Mesmo os produtores que têm a atividade leiteira como principal, diversificam a propriedade com outras atividades, principalmente com a produção de grãos (Tabela 07).

A diversificação de atividades rurais é considerada uma das formas de promover o desenvolvimento da agricultura familiar e, consequentemente, melhorar a qualidade de vida, aumentar a renda e a competitividade dos territórios rurais.

Atualmente, essa diversificação é pautada em duas vertentes: quando aplicado o exercício, simultâneo ou sucessivo, de várias atividades, tanto agrícola como não agrícola e; na segunda vertente, “trata-se de preservar e de potencializar as características, os valores e tradições, o patrimônio e os recursos endógenos de cada território, propiciando o seu desenvolvimento sustentado e conferindo-lhe atratibilidade (IDRHa, 2004 apud Simão, 2005, p.26)”.

Tabela 7 - Atividades principais das Unidades de Produção Agropecuárias do tipo Familiar, Boa Esperança – Pr., 2014

ATIVIDADE DESENVOLVIDA	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Leite	57	58,2
Grãos	8	8,2
Leite e grãos	3	3,1
Funcionário público	9	9,2
Comércio	4	4,1
Serviços urbanos diversos	2	2,0
Estudante	15	15,3
Total	98	100,0

Fonte: Autor.

Na Tabela 8**,** pode-se observar que existe uma preponderância dos pais sobre as atividades agropecuárias, exercidas na unidade familiar. O pai sendo

responsável por 100% das atividades agropecuárias a mãe por 67,8%, mostrando com este resultado um maior engajamento em atividades fora da porteira, por parte das mães: exercendo funções públicas (28,6%) e estudando (3,6%). Em relação aos filhos, o filho 1, que corresponde ao mais velho, participa efetivamente das atividades agropecuárias da unidade familiar com 45,4% do seu tempo, o restante do tempo ocupa com: função pública(4,5%), comércio (9,1%), serviços urbanos diversos(4,5%) e estudos (36,4%). O filho 2 segue a mesma tendência do filho 1 em relação às atividades agropecuárias, embora o percentual seja ligeiramente maior (50 %) do seu tempo, porém no item funcionário público o resultado é zero, no item comércio apresenta um aumento significativo em relação ao filho 1, na ordem de 63,6%, no item serviços urbanos diversos também foi zero e no item estudante prevaleceu a tendência do filho 1, sendo 35,7% do tempo do filho 2 dedicado ao estudo. Os filhos 3 e 4, são em números inexpressivos, moram com os pais e estudam, portanto não serão objeto de estudo.

Pode-se observar que existe uma tendência da mãe e dos filhos em laborarem na propriedade e estudar. Contrapondo a esta análise, um percentual considerável de mãe e filhos já laboram nos serviços públicos e comércio. Em tese, os resultados da Tabela 8, remetem à pluriatividade e ao êxodo rural.

Tabela 8 - Atividade principal dos membros das famílias estudadas, Boa Esperança-PR, 2014

Atividade Principal	Leite		Grãos		Leite e Grãos		Funcionário Público		Comércio		Serviços Urbanos Diversos		Estudante		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Pai	25	80,6	4	12,9	2	6,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	31	100,0
Mãe	16	57,1	2	7,1	1	3,6	8	28,6	0	0,0	0	0,0	1	3,6	28	100,0
Filho 1	9	40,9	1	4,5	0	0,0	1	**4,5**	**2**	**9,1**	**1**	**4,5**	**8**	**36,4**	**22**	100,0
Filho 2	6	42,9	1	7,1	0	0,0	0	0,0	2	14,3	0	0,0	5	35,7	14	100,0
Filho 3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	50,0	1	50,0	2	100,0
Filho 4	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0

Fonte: Autor
F= Quantidade de pessoas entrevistadas; %= Percentual de pessoas entrevistadas.

Percebe-se que a afirmação de Mattei et al (2007, p. 2), é válida, uma vez que “a aplicação consistente de recursos na agricultura familiar provoca efeitos positivos sobre a produção alimentar, a geração de emprego e renda, além de estabelecer elos importantes entre a agricultura familiar e outros setores econômicos”.

Embora o PRONAF seja uma política pública de crédito agrícola com o objetivo de inserir os agricultores familiares no processo de modernização, contribuindo, assim, com sua permanência no campo, conforme a tabela 8, e através dos estudos de Cruz (2012), para manter de fato a população no campo e aumentar seu nível de renda, a estratégia viável é a criação de empregos não agrícolas, ou seja, que vá além da exploração exclusivamente agrícola, por meio de atividades não agrícolas e pluriativas.

Analisando ainda a tabela 8, observa-se que a maioria dos jovens deixa o campo para ir para a cidade, em virtude, principalmente, de melhores condições de trabalho e renda.

> O principal fator que motiva o êxodo rural é a sucessão de terras. Os filhos não têm propriedade da terra, então acabam não ganhando o seu próprio dinheiro, porque trabalham, mas a terra é do pai. Por outro lado, todo jovem quer ter acesso às coisas, que ter dinheiro para comprar o que lhe interessa e sair com os amigos. O fato de o jovem não participar da gestão familiar faz com que ele saia cada vez mais cedo do campo (QUEIROZ, 2014, p.01).

Os resultados das análises, apresentados na Tabela 9, mostram de forma inequívoca a melhoria na qualidade das moradias existente antes e depois do acesso ao PRONAF Investimento. Em termos de melhorias, 87,1% dos entrevistados passaram a dispor de casas de alvenaria, após o acesso ao crédito, e apenas 12,9% mantiveram suas casas em madeira. Houve, neste período, outras políticas públicas, estaduais e federais, que contribuíram para estes números positivo, como é o caso do Paraná Rural, Paraná 12 meses, Morar Bem Paraná.

> O Programa, conhecido como Paraná Rural, foi implementado entre fevereiro de 1989 e março de 1997, como resultado de um contrato de empréstimo (3018-BR) firmado entre o governo do Estado e o BIRD. Seu processo de negociação teve início em fins de 1986 e começo de 1987.
> Nessa época, a intenção do governo era negociar dois subprogramas: um denominado Manejo e Conservação do Solo e outro, Apoio ao Produtor Rural. Com o BID, o governo do Estado pretendia negociar o Subprograma de Apoio ao Produtor Rural, contudo essa negociação não se concretizou e o Paraná Rural foi negociado com o BIRD (FLEISCHFRESSER, 1997, p.62).

Já o programa Paraná 12 Meses é um projeto, desenvolvido pelo Governo do Estado do Paraná, tendo como parceiro o Banco Mundial, com a finalidade de

melhorar as condições sociais dos pequenos agricultores, através de investimentos em habitação e saneamento básico; recuperação e preservação do solo agrícola e do meio ambiente; geração de postos de trabalho no meio rural; ampliação da renda familiar e regularidade de ganhos durante os 12 meses do ano (SIMEP, 2014).

Com base no SIMEP (2014, p.1), as atividades, desenvolvidas, têm por objetivo apoiar financeiramente:

- REFORMAS de moradias e instalações de água e de esgoto nas comunidades;
- CONSTRUÇÃO de moradias nas Vilas Rurais para os trabalhadores;
- ALTERNATIVAS ECONÔMICAS para geração de renda na propriedade rural;
- NOVAS PROPOSTAS para geração de renda na comunidade ou na vila rural;
- PEQUENAS CONSTRUÇÕES RURAIS para uso coletivo dos beneficiários;
- ATIVIDADES E EQUIPAMENTOS dirigidos ao controle da erosão e melhoria da fertilidade do solo; à preservação ambiental.
- APRIMORAMENTO dos sistemas de produção agrícola em uso;
- RECONVERSÃO DOS SISTEMAS de produção ineficientes para outros de maior possibilidade de geração de renda;
- TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO da produção;
- ESTIMULAR A GERAÇÃO de projetos municipais ou regionais de alternativas econômicas da produção agropecuária;
- PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL dos agricultores e trabalhadores rurais através de treinamentos;
- CUSTEAR as atividades de pesquisa agropecuária de interesse dos beneficiários.

O Programa Morar Paraná – Rural, foi lançado, em junho de 2012, em Pato Branco, com o objetivo de atender, milhares de famílias com casas novas ou com reformas e ampliações. O programa é uma parceria entre a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Caixa Econômica Federal e Cooperativas de Agricultores (MORADIA POPULAR, 2014).

O PRONAF investimento merece um destaque especial, pois ao financiar a juros praticamente subsidiados, máquinas, equipamentos, semoventes, infraestrutura, entre outros, proporcionou uma maior agregação de valor e renda a unidade familiar, possibilitando uma maior liquidez, através da qual foi possível o

agricultor familiar investir na sua moradia, nos utensílios domésticos, transporte, entre outros, conforme tabela 3.

Tabela 9 - Tipo de residência dos agricultores familiares, antes e depois do acesso ao PRONAF Investimento, Boa Esperança - PR, 2014

	Casa em madeira		Casa em alvenaria		Total	
	F	%	F	%	F	%
Tipo de residência familiar antes do acesso ao PRONAF Investimento	19	61,3	12	38,7	31	100,0
Tipo de residência familiar depois do acesso ao PRONAF Investimento	4	12,9	27	87,1	31	100,0

Fonte: Autor.
F = Quantidade de pessoas entrevistadas; %= Percentual de pessoas entrevistadas.

Conforme observado na Tabela 10, as atividades, realizadas pela unidade familiar antes e depois do acesso ao PRONAF Investimento, alguns itens merece uma maior atenção, como é o caso de Agricultura (Grãos) Leite e Grãos. Pode-se perceber uma mudança significativa nas atividades supracitadas, por exemplo, Agricultura (Grãos), antes do acesso ao PRONAF Investimento, representava 58,06% das atividades agropecuárias da unidade familiar, seguida pelo item leite e grãos com 29,04%.

Em análise, as atividades agropecuárias nas unidades familiares depois do acesso ao PRONAF Investimento, é possível perceber a inversão das atividades, pois o item agricultura (Grãos), representa 6,45% das atividades exercidas na unidade familiar, contra 58,06% antes do acesso ao PRONAF Investimento, portando, um decréscimo de 51,61% na comparação dos dois períodos. O item Pecuária (Leite), também teve uma ascensão passando de 3,23% no período anterior ao acesso ao PRONAF Investimento, para 16,13% no período posterior. Mas ao analisar o item Leite e Grãos, no período anterior do acesso ao PRONAF Investimento, com o posterior, percebe-se que a agricultura familiar diversificou, pois saiu respectivamente de um percentual de 29,04% para 67,73%. Uma observação faz-se necessária, pois, apesar desta diversificação ser extremamente benéfica, a atividade leiteira requer, por parte do agricultor, uma continuidade de serviços,

manejo e cuidados, implicando no sábado domingo e feriados. A Tabela 8, demostra uma tendência da família à pluriatividades e a exercer função pública.

Com o advento do crédito agrícola, as famílias tendem a exercer uma diversificação na atividade rural, o que se justifica pela busca de renda alternativa, com o intuito de reduzir riscos e incertezas de uma exploração tipicamente agrícola. Essa diversificação, no meio rural, é “a melhor forma de evitar as incertezas e vulnerabilidades referentes ao clima, mercado, pragas e doenças” (PELINSKI et al, 2014,p.2) .

Tabela 10 - Atividade principal da Unidade Familiar antes e depois do acesso ao PRONA Investimento, das famílias estudadas, Boa Esperança - Pr, 2014

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS		F	%
Atividade principal da Unidade Familiar antes do acesso ao PRONAF Investimento	Agricultura(Grãos)	18	58,06
	Pecuária(leite)	1	3,23
	Leite e Grãos	9	29,04
	Outros	3	9,67
	Total	31	100,0
Atividade principal da Unidade Familiar depois do acesso ao PRONAF Investimento	Agricultura(Grãos)	2	6,45
	Pecuária(Corte)	1	3,23
	Pecuária(leite)	5	16,13
	Fruticultura	1	3,23
	Leite e Grãos	21	67,73
	Grãos, Corte e Leite	1	3,23
	Total	31	100,0

Fonte: Autor.
F = Quantidade de pessoas entrevistadas; %= Percentual relacionado ao numero de pessoas entrevistadas.

Conforme contextualiza Mattei (2007), o programa Nacional de Fortalecimento Familiar (PRONAF) transformou-se em uma alternativa concreta para os agricultores familiares de todo o país, tendo em vista a enorme expansão do mesmo. O programa possibilita alternativas viáveis, influenciando diretamente nas atividades das propriedades rurais, melhorando a qualidade de vida e proporcionando uma maior liquidez. Contribui, para os resultados, apresentados na Tabela 10, onde é possível observar os efeitos do programa sobre a evolução de diversas variáveis.

Conforme prevê o PRONAF, muitos agricultores passaram a adquirir veículos de carga, automotores, elétricos ou de tração animal, máquinas e equipamentos.

Na dimensão produtiva, econômica e benfeitorias, dentro das propriedades, pode-se também observar os resultados positivos, que o programa permite aos beneficiários como: elevação de rendimentos com a viabilidade do crédito agrícola.

A Tabela 10 evidencia uma grande mudança em relação ao transporte, utilizado pela família, como se pode observar no item Carro e Moto, antes e depois do acesso ao PRONAF Investimento. Antes tem-se um percentual de 12,9% passando para 71% após ao acesso o PRONAF Investimento, caracterizando que esta política pública vem se adequando à realidade do agricultor familiar, ao longo de sua existência, possibilitando acesso a uma gama muito grande de bens e serviços que até então era inatingível (BNDS, 2014).

Atualmente, através do PRONAF Investimento, é possível financiar, praticamente, tudo que se precisa para o desenvolvimento da pequena propriedade, desde animal de tração até veiculo utilitário, com prazos que chegam a dez anos e juros que vão de 1% a 3,5% ao ano, de acordo com a faixa de valor financiado.

Tabela 11 - Tipo de transporte, utilizado pelos agricultores familiares, antes e depois do acesso ao PRONAF Investimento, Boa Esperança-Pr, 2014

TIPO DE TRANSPORTE		F	%
Tipo de transporte utilizado pela família antes do acesso ao PRONAF Investimento	Carro	8	25,8
	Moto	10	32,3
	Bicicleta	1	3,2
	A pé	3	9,7
	Outros	1	3,2
	Carro e Moto	4	12,9
	Moto e Bicicleta	2	6,5
	Carro, bicicleta e transporte animal	2	6,5
	Total	31	100,0
Tipo de transporte utilizado pela família depois do acesso ao PRONAF Investimento	Carro	7	22,6
	Moto	1	3,2
	Carro e Moto	22	71,0
	Carro, Moto e Utilitários	1	3,2
	Total	31	100,0

Fonte: Autor.
F = Quantidade de pessoas entrevistadas; %= Percentual de pessoas entrevistadas.

A Tabela 12 mostra a faixa etária das famílias, estudadas, em Boa Esperança, na qual se observa que 38,% dos pais e 29% das mães estão em uma

faixa etária maior que 50 anos. Em relação a estes percentuais, pode-se fazer algumas reflexões como: uma delas a necessidade de mão-de-obra constante na pecuária de leite; a dificuldade de se encontrar mão de obra disponível e interessada na atividade leiteira, e como mostra na Tabela 8, a tendência dos filhos, em deixar a propriedade. Estas constatações são extremamente preocupantes, uma vez, que além da atividade leiteria, que é a principal do grupo em estudo, praticam outras (soja, trigo, milho) que também precisam de mão-de-obra, mas que por serem sazonais não comportam um funcionário em tempo integral, obrigando a família a desdobrar-se entre as várias atividades da propriedade, o que tem levado alguns produtores a deixar a atividade.

Conforme apresenta Alberto Figueiredo (2014), as atividades rurais têm passado por mudanças de estrutura produtiva no decorrer dos anos. Anteriormente, as famílias criavam seus filhos, muitos dos quais ali permaneciam, durante toda a existência. Com uma tendência forte, no sentido da migração da mão de obra tradicional rural para os centros urbanos, a partir dessa perspectiva, observa-se uma escassez de pessoas, interessadas em atuar nas tarefas relativas à produção rural, especialmente, a de produção leiteira.

> Se, por um lado, temos que reconhecer que as condições de trabalho e compromisso com horários podem ser fatores negativos, por outro, os salários pagos têm experimentado aumentos reais, o que, somado à oferta gratuita de moradia e leite para o consumo familiar, oferece oportunidade de qualidade de vida aos que nela atuam (FIGUEIREDO, 2014, p.01).

Tabela 12 - Faixa Etária dos agricultores familiares, Boa Esperança-Pr, 2014

IDADE	Menor que 10 Anos		Entre 10 e 20 Anos		Entre 20 e 30 Anos		Entre 30 e 40 Anos		Entre 40 e 50 Anos		Maior que 50 Anos		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Pai	0	0,0	0	0,0	1	3,2	9	29,0	9	29,0	12	38,7	31	100,0
Mãe	0	0,0	0	0,0	5	17,2	9	31,0	8	27,6	7	24,1	29	100,0
Filho 1	6	23,1	12	46,2	6	23,1	2	7,7	0	0,0	0	0,0	26	100,0
Filho 2	9	50,0	4	22,2	3	16,7	2	11,1	0	0,0	0	0,0	18	100,0
Filho 3	1	33,3	0	0,0	1	33,3	1	33,3	0	0,0	0	0,0	3	100,0
Filho 4	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0

Fonte: Autor.
F= Quantidade de pessoas entrevistadas; %= Percentual de pessoas entrevistadas.

Quanto ao local de residências dos componentes familiares, demonstrada na Tabela 13, nota-se uma tendência maior do casal em continuar na propriedade

(71%), fato que se justifica, pela necessidade que a atividade leiteira tem de mão-de-obra contínua para o manejo do gado. No caso dos filhos, observa-se que o percentual de filho 1 e filho 2 é respectivamente 58,6% e 57,1% de permanência no rural, já o filho 3 apenas 33,3% continuam na propriedade, confirmando a tendência, apontada na tabela 8, de que a maioria dos filhos estão estudando e trabalhando fora da propriedade, ficando os pais responsáveis pela maioria das atividades agropecuárias.

Com os projetos políticos de incentivo às atividades agrícolas no campo, vislumbra-se o crescimento dos pequenos produtores no campo. Como aponta Gomes e Ferreira (2014), essa tendência é fruto de uma da política de crédito, que aperfeiçoou a disponibilização de recursos e simplificou o processo de concessão dos empréstimos. A partir das linhas de crédito do PRONAF, a “unidade familiar aprendeu a diversificar sua produção. Hoje, diversificar a produção é uma clara e consciente estratégia de redução de riscos e de incertezas (GOMES E FERREIRA, 2014, p.1)”.

Tabela 13 - Local de residência dos componentes das famílias estudadas, Boa Esperança-Pr., 2014

Local de Residência	Casal		Filho 1		Filho 2		Filho 3		Filho 4	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Urbano	9	29,0	12	41,4	9	42,9	2	66,7		
Rural	22	71,0	17	58,6	12	57,1	1	33,3	1	100
Total	31	100,0	29	100,0	21	100,0	3	100,0	1	100

Fonte: Autor.
F= Quantidade de pessoas entrevistadas; %= Percentual de pessoas entrevistadas.

A Tabela 14 demonstra um panorama geral das famílias, estudadas, em relação à escolaridade no município de Boa Esperança. Pode-se analisar que o índice de analfabetismo é muito baixo, no caso do pai é de (3,2%) e da mãe este índice é zero. Os índices percentuais mantem-se relativamente estáveis nos itens ensino fundamental completo e ensino médio incompleto, contrariando o item ensino fundamental incompleto, onde 9,7% dos pais e 20,7 das mães respectivamente possuem o ensino fundamental incompleto. No item ensino médio completo, existe uma superioridade dos pais sobre as mães na ordem de 61,3%, contra 24,1% das mães.

Porém, verificou-se os itens ensino superior incompleto, ensino superior completo e pós-graduado, observa-se uma superioridade absoluta das mães sobre os pais. Esta diferença no comportamento do grau de estudo da mãe sobre o pai, indica uma maior tendência da mãe em capacitar-se e buscar uma outra alternativa de renda para família, pois como mostra a Tabela 13, a demanda de mão-de-obra, na área urbana, e as crescentes oportunidades de emprego no setor público também favorecem esta tendência.

A Tabela 8 corrobora neste sentido quando mostra 28,6% das mães trabalhando no setor público e 3,6% estudando, contra zero do pai nestes dois itens. Com base no supracitado, observa-se que a pluriatividade é uma realidade e ao mesmo tempo uma tendência muito forte entre o grupo estudado, realidade pelos membros da família já estarem com atividades rurais e urbanas e uma tendência dos mais jovens seguir o mesmo caminho.

Na contramão desta tendência, o êxodo rural[8] também se fortalece com este arranjo social. Não se percebe o caminho inverso da pluriatividade ou seja, quem trabalha no setor urbano ou já esta no setor público, dificilmente voltará a exercer uma atividade rural.

Tabela 14 - Grau de escolaridade dos componentes das famílias estudadas, Boa Esperança-Pr., 2014

Grau	Não Alfabetizado		Fundamental Incompleto		Fundamental Completo		Médio Incompleto		Médio Completo		Superior Incompleto		Superior Completo		Pós Graduado		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Pai	1	3,2	3	9,7	3	9,7	4	12,9	19	61,3	0	0,0	1	3,2	0	0,0	31	100,0
Mãe	0	0,0	6	20,7	3	10,3	3	10,3	7	24,1	1	3,4	4	13,8	5	17,2	29	100,0
Filho 1	0	0,0	10	41,7	2	8,3	5	20,8	4	16,7	2	8,3	0	0,0	1	4,2	24	100,0
Filho 2	1	6,2	8	50,0	0	0,0	0	0,0	3	18,8	4	25,0	0	0,0	0	0,0	16	100,0
Filho 3	0	0,0	1	33,3	0	0,0	0	0,0	2	66,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	100,0
Filho 4	0	0,0	0	0,0%	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0

Fonte: Autor.
F = Quantidade de pessoas entrevistadas; % = Percentual de pessoas entrevistadas.

[8] Êxodo rural pode ser definido como o deslocamento de pessoas da zona rural (campo) para a zona urbana (cidades). Este deslocamento dos habitantes do campo tem por objetivo a obtenção de melhores condições de vida. Os principais motivos do deslocamento dos habitantes da zona rural para as grandes cidades são: busca de empregos com boa remuneração, mecanização da produção rural, fuga de desastres naturais, qualidade de ensino e necessidade de infra-estrutura e serviços (SERRA, 2014).

O número de dias de lazer das famílias, estudadas, em Boa Esperança, conforme mostra a Tabela 15, mostra claramente um número muito reduzido de dias de férias por parte do pai e da mãe, oscilando entre 5 e 10 dias(10% a 18%)respectivamente. Já no item nenhum dia, o percentual é muito alto, chegando a 66,7% do pai e 51,9% da mãe. No item 30 dias e mais de 30 dias, a mãe sobressai ao pai, e no primeiro, com 7,4% contra 3,3% e já, no outro, a mãe tem 14,8% contra zero do pai. Este percentual maior para a mãe em relação ao pai, justifica-se conforme demonstrou na Tabela 8 ou seja, um maior percentual de mães laborando no setor público e estudando.

No caso dos filhos 1(Um) e filho 2(dois),:nenhum dia predominou sobre os demais, o que justifica dizer, que estes são os de menor idade e os que ainda permanecem na propriedade. E por tratar-se de uma atividade extremamente dependente da presença do agricultor para que se realize a maioria das operações, acaba por sacrificar todos os que estão envolvidos no processo leiteiro, o que tem trazido outros tipos de inconveniente no ambiente familiar, como doenças ocasionais e stress, que não é o objeto do presente estudo.

De acordo com o decreto de Lei 1.535, de 15 de abril de 1977, referente à consolidação das leis de trabalho, ficou instituído no artigo 129 e 130 que todo empregado tem por direito, anualmente, ao gozo de um período de férias ou seja, após cada período de 12 (doze) meses de trabalho, o empregado precisa de férias (BRASIL, 1997).

Tabela 15 - Férias dos componentes das famílias estudadas, Boa Esperança-Pr, 2014

Dias/ Ano	Nenhum dia		5 dias		10 dias		20 dias		30 dias		Mais de 30 dias		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Pai	20	66,7	3	10,0	5	16,7	1	3,3	1	3,3	0	0,0	30	100,0
Mãe	14	51,9	1	3,7	5	18,5	1	3,7	2	7,4	4	14,8	27	100,0
Filho 1	12	52,2	0	0,0	2	8,7	1	4,3	7	30,4	1	4,3	23	100,0
Filho 2	5	41,7	0	0,0	3	25,0	0	0,0	3	25,0	1	8,3	12	100,0
Filho 3	0	0,0	0	0,0	1	50,0	1	50,0	0	0,0	0	0,0	2	100,0
Filho 4	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,	0	0,0	0	0,0	1	100,0

Fonte: Autor.
F= Quantidade de pessoas entrevistadas; %= Percentual de pessoas entrevistadas.

Além destes artigos, o legislador estabeleceu na Constituição Federal de 1988, bem como nos demais decretos de leis referente, a férias e o Descanso Semanal Remunerado, (artigo 7.º da Constituição Federal do Brasil) que todo trabalhador tem direito a tais imposições, bem como o direito de semanalmente descansar um dia sem sofrer qualquer desconto em seu salário. Contudo, ressaltando-se que este direito previsto em lei para o emprego remunerado precisa estender-se ao trabalhador familiar, pois tal direito tem por objetivo a recarga das energias e o convívio social, pontos essenciais para uma qualidade de vida equilibrada (MARTIR, 2014).

A EMATER, por ser uma empresa do governo do estado, voltada exclusivamente para a extensão rural e ao desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, sem vínculo mercantil ou comercial, procura dentro das suas possibilidades, atender da melhor forma possível o agricultor familiar, levando-lhe a ele informações e assistência técnica na área social, econômica e ambiental, com ênfase nas políticas pública, tanto em âmbito estadual como federal e, fomentando a agropecuária, meio ambiente, geração de renda, associativismo, cooperativismo, artesanato, entre outros.

> Em 1977 é criada a EMATER - Paraná, empresa pública de direito privado, com a finalidade de absorver as atividades da ACARPA, que iniciou seu processo de extinção. Na medida em que contribuía para os avanços da agricultura do Paraná, a EMATER procurou também manter-se na vanguarda da difusão de tecnologia para o meio rural e, ao mesmo tempo, ficar atenta às consequências das mudanças junto às comunidades mais pobres, aos efeitos no meio ambiente e aos impactos das mudanças nos pequenos municípios, principalmente naqueles enquadrados como “municípios rurais (EMATER, 2014, p.1).

Tabela 16 - Como as famílias estudadas obtiveram informações do Programa PRONAF, Boa Esperança-Pr, 2014

INSTITUIÇÃO	Extensão Rural-Emater		Cooperativas		Extensão Rural e Cooperativas		Outros		Não teve		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Como obteve informações sobre o PRONAF	26	83,9	0	0,0	0	0,0	1	3,2	4	12,9	31	100,0
Quem assessorou o primeiro PRONAF Investimento	27	87,1	1	3,2	3	9,7	0	0,0	0	0,0	31	100,0

Fonte: Autor.

A Tabela 16 mostra em percentuais como as famílias, estudadas, obtiveram informações sobre o PRONAF. Um percentual expressivo de 83,9% obteve informação através da extensão rural, no caso, o Instituo Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, conhecido como EMATER, 12,9% não teve informação e 3,2% obtiveram informações através de outras fontes. No item de assessoramento ao primeiro financiamento, através do PRONAF Investimento, a EMATER assessorou 87,1% dos projetos, cooperativas em 3,2% dos projetos e EMATER e Cooperativa assessoram em 9,7% dos projetos. Importante esclarecer que os itens informação e assessoria, de que trata a tabela supracitada, referem-se: enquadramentos, taxa de juros, prazos, limite de crédito, elaboração do projeto, laudos de acompanhamento.

Conforme Montes (2003, p.32), “entende-se que os programas que beneficiam a agricultura familiar, em especial o PRONAF, trazem um retorno social relevante, por atenderem a população de mais baixa renda, e, portanto devem ser fomentados”.

Observou-se que dentro do segmento familiar os produtores que tiveram acesso ao PRONAF passaram a ter melhor nível de vida. De acordo com MDA (2014), os créditos podem ser destinados para custeio e investimento, e tais benefícios estendem-se a todos os beneficiários do Programa Nacional.

A Tabela 17 mostra, detalhadamente, o tipo de bens duráveis, precisamente eletrodomésticos, utilizados antes e depois do acesso ao PRONAF Investimento, confirmando, portanto, um dos objetivos do PRONAF o aumento da produção e da renda, ocorrendo com isso, reflexos na qualidade de vida dos beneficiados pelo programa.

Tabela 17 - Tipo de eletrodomésticos utilizados antes e depois do acesso ao PRONAF Investimento das famílias estudadas de Boa Esperança-Pr, 2014

Tipo	Fogão à lenha		Geladeira, Fogão a Gás, Televisão, Parabólica e sofá.		Geladeira, Fogão a Gás, Televisão, Parabólica, sofá e forno elétrico.		Geladeira, Fogão a Gás, Televisão, Parabólica, sofá e fogão a lenha.		Geladeira, Fogão a Gás, Fogão a lenha,Televisão e sofá.		Geladeira, Fogão a Gás, Fogão a lenha, fogão elétrico e sofá.		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Antes	1	3,2	15	48,4	6	19,4	4	12,9	3	9,7	2	6,5	31	100,0
Depois	0	0,0	8	25,8	18	58,1	2	6,5	0	0,0	3	9,7	31	100,0

Fonte: Autor.
F= Quantidade de pessoas entrevistadas; %= Percentual de pessoas entrevistadas.

Outra linha de interpretação em relação à melhoria no indicador de bens duráveis, “pode ser atribuída em parte ao aumento da renda gerada por atividades não-agrícolas no meio rural, principalmente pelas mulheres, como artesanato, comércio de produtos agrícolas e processamento de produtos agrícolas” (ALEIXO ET. AL, 2007, p.9)

As famílias, estudadas, em Boa Esperança com relação a suas participações em associações, conforme Tabela 18, não tinham muitas alternativas porque existia apenas uma cooperativa de grande porte e uma associação de pequenos produtores rurais informal. Representantes de cooperativas pertencentes a outras regiões visitavam o município com interesses mercantis. Mas, a partir do ano de 2009, um grupo de agricultores familiares produtores de leite, com assessoria da EMATER, uniram-se e constituíram a Associação Boa Esperancense de Produtores de Leite (ABEPROL).

Dos 31(trinta e um) produtores de leite que responderam ao questionário, 93,5% participam de alguma entidade associativa, dividindo-se entre a ABEPROL (35,7%) e ABEPROL E COAMO (57,1%). Esta dupla associação se dá, principalmente, pelo fato de a maioria dos produtores de leite, também serem produtores de grãos (soja, trigo e milho), o que faz com que necessitem da COAMO[9], por ser uma grande cooperativa e possuir uma infraestrutura de recebimento de grãos, com grande capacidade de armazenamento, além de comercializar insumos agrícolas e dar assistência técnica.

Tabela 18 - Participação em Associações das famílias estudadas de Boa Esperança-Pr, 2014

Participação em associações ou Cooperativas		F	%
Você participa de alguma entidade ou Associação Cooperativa	Sim	29	93,5
	Não	2	6,5
	Total	31	100,0
Nome da organização	ABEPROL	10	35,7
	COAMO	1	3,6
	ABEPROL E COAMO	16	57,1
	ABEPROL E INTEGRADA	1	3,6
	Total	28	100,0

Fonte: Autor.
F= Quantidade de pessoas entrevistadas; %= Percentual de pessoas entrevistadas.

[9] Em 28 de novembro de 1970, nasceu a Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda, cuja sigla COAMO foi sugerida pelo cooperado e posteriormente vice-presidente, Gelindo Stefanuto. A Coamo nasceu de idéias e ideais. Nasceu do sonho de 79 agricultores, na busca de uma vida melhor para suas famílias e, hoje, é a realidade de milhares de pessoas que acreditam no cooperativismo e na força do trabalho em conjunto. No Brasil e na América Latina, a Coamo é a maior cooperativa agrícola e uma das maiores empresas do país (COAMO, 2014, p.01).

A ABEPROL, por sua vez, trabalha na comercialização do leite dos associados de Boa Esperança e de alguns municípios circunvizinhos, totalizando 9 municípios. Possui uma farmácia veterinária onde comercializa alguns produtos de maior utilização pelos associados e, atualmente, está planejando com sua diretoria a constituição de uma cooperativa de agricultores familiares. Esses tipos de associações e cooperativismos[10] são essenciais para o desenvolvimento produtivo e econômico no campo.

A Tabela 19 traz os percentuais, relacionados ao plano de saúde das famílias estudadas. Percebe-se que a maioria 83,9% utiliza o SUS (Sistema Único de Saúde) para atendimento a sua família na área da saúde, outros 9,7% possuem plano com cobertura total de saúde, normalmente a UNIÃO DOS MÉDICOS (UNIMED) que é o maior sistema cooperativista de trabalho médico do mundo e a maior rede de assistência médica do Brasil. A UNIMED está presente em 83% do território nacional**.**

Por fim, 6,5% das famílias rurais, que têm membros com funções públicas (professores) utilizam plano com cobertura parcial de saúde no caso o SISTEMA ASSISTÊNCIA A SAÚDE (SAS). O SAS é um benefício concedido pelo Governo do Estado, não tendo qualquer contrapartida financeira do servidor, garantindo cobertura assistencial médico-ambulatorial e hospitalar, ao servidor efetivo, ativo e inativo, para o militar, bem como para seus dependentes e pensionistas do estado do Paraná.

Tabela 19 - Plano de Saúde das famílias estudadas, de Boa Esperança-Pr, 2014

Tipo de plano de saúde da família	F	%
SUS	26	83,9
Plano com cobertura total de saúde	3	9,7
Plano com cobertura parcial de saúde	2	6,5
Total	31	100,0

Fonte: Autor.

[10] **Associação:** Sociedade civil sem fins lucrativos cujos objetivos são prestar serviços de interesse econômico, técnico, legal, cultural e político de seus associados, representar e defender os interesses dos associados, realizarem iniciativas de promoção, educação e assistência social.
Cooperativa: Sociedade civil e comercial, sem fins lucrativos, cujo objetivo é prestar serviços de interesse econômico e social aos cooperados, viabilizando e desenvolvendo atividades de consumo, produção, prestação de serviços, crédito e comercialização, de acordo com os interesses dos seus associados, além de formar e capacitar seus integrantes para o trabalho e a vida em comunidade (SEIDES, 2014, p.01).

O município de Boa Esperança possui um posto de saúde bem equipado e com estruturas recém-construídas e reformadas, várias ambulâncias todas em ótimas condições de uso, um hospital onde se realizam consultas e pequenas cirurgias e nos casos em que se necessita de maiores cuidados e especialistas, o paciente é encaminhado para Campo Mourão, Curitiba, Cascavel.

5.2 ASPECTOS ECONÔMICOS

Como já citado anteriormente, a agricultura familiar vem sendo responsável pela maior parte de produção de produtos básicos para o abastecimento do mercado urbano, o que é essencial para a segurança alimentar e nutricional. Já está superado o paradigma de afirmar que a agricultura familiar tem somente o intuito de subsistência, pois, atualmente, abastece tanto o mercado interno como o externo.

De acordo com o EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, no Brasil, a Agricultura Familiar engloba 4,3 milhões de unidades produtivas (84% do total) e 14 milhões de pessoas ocupadas, o que representa em torno de 74% do total das ocupações, distribuídas em 80.250.453 hectares (25% da área total).

Institutos como o EMBRAPA, e outros de extensão rural, tem dedicado esforço concentrado em pesquisa para o fortalecimento de ações, voltadas para o estimulo à produção autônoma e sustentável da agricultura familiar.

A ONU, em sua 66ª assembleia, realizada em novembro de 2011, declarou por unanimidade o ano de 2014 como sendo o “Ano Internacional da Agricultura Familiar”.

No artigo, encontrado no sitio da ONU, intitulado de “ONU pede políticas a favor da agricultura familiar”, Ban Ki-moon[11] e José Graziano da Silva[12], solicitam um

---

[11] **Ban Ki-moon** (Hanja: 潘基文; 13 de junho de 1944) é o oitavo e atual secretário-geral da Organização das Nações Unidas, tendo sucedido ao ganês Kofi Annan em 2007. Antes de se tornar secretário-geral e embaixador dos Estados Unidos,[1] [2] [3] [4] Ban era um diplomata de carreira no Ministério de Relações Exteriores e Comércio da Coreia do Sul e na ONU. Ele entrou no serviço diplomático no ano em que se formou na universidade, assumindo seu primeiro posto em Nova Deli, Índia. No Ministério das Relações Exteriores, ele estabeleceu uma reputação de modéstia e competência.,(Wikipédia, acesso em 23/11/2014).

[12] **José Graziano da Silva** (Urbana, 17 de novembro de 1949) é um agrônomo, professor e escritor brasileiro. Como acadêmico, escreveu diversas obras sobre a questão agrária no Brasil.[1] Entre 2003 e 2004, atuou no gabinete de Luiz Inácio Lula da Silva como ministro extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, sendo o responsável pela implementação do Programa Fome Zero.[2] Em 26 de junho de 2011, foi eleito diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e

compromisso mundial com o Ano Internacional da Agricultura Familiar, no fórum, realizado em 05 de março de 2014, em Budapeste/Roma. Durante o discurso no Fórum, José Graziano reafirmou as palavras do secretário-geral para que os governos adotem políticas agrícolas explicitamente a favor da família, devendo, assim, garantir o acesso destas famílias aos recursos da terra e da água, fortalecer os programas de pesquisas, gestionados publicamente, ampliar o investimento público em infraestrutura rural e colocar em marcha programas de proteção social. Ban, ressaltou,

> "Os governos podem empoderar os agricultores familiares, especialmente as mulheres e os jovens, mediante políticas que propiciem um desenvolvimento rural equitativo e sustentável. Isso inclui uma melhor infraestrutura para reduzir a quantidade de alimentos que se perdem depois da colheita, quando os pequenos produtores são incapazes de armazenar, processar e transportar seus produtos".

Também destacou que o financiamento público deve oferecer serviços financeiros vitais como crédito e seguros.

Em destaque ao Ano Internacional da Agricultura Familiar, o site da FAO "a agricultura familiar e de pequena escala estão intimamente vinculadas à segurança alimentar mundial; preservam os alimentos tradicionais e contribuem para uma alimentação balanceada, para a proteção da agrobiodiversidade e para o uso sustentável dos recursos naturais; além de representar uma oportunidade para impulsionar as economias locais, especialmente quando combinada com políticas específicas destinadas a promover a proteção social e o bem-estar das comunidades".

Com base no supracitado e nas pesquisas de campo passa-se a analisar os seguintes resultados:

Na Tabela 20, analisar-se-á comparativamente a utilização da propriedade antes e depois da utilização do PRONAF. Pode-se observar que nos itens culturas temporárias e culturas permanentes, não houve significativas mudanças, sendo que das 31 famílias, estudadas, 27 tinham culturas temporárias antes da utilização do PRONAF, contra 30 no depois. No caso das culturas permanentes, tinha-se uma

---

Alimentação (FAO), sendo o primeiro latino-americano a conseguir tal cargo.[3] Seu mandato se iniciou em janeiro de 2012 e tem previsão para terminar em julho de 2015,(Wikipédia, acesso em 23/11/2014).

família no antes e zero no depois do acesso ao PRONAF. Os itens Olericultura, área de reflorestamento e outros seguem a mesma tenência dos itens supracitados. Mas no item pastagem, houve expressivo e significativo aumento, saindo de 7 família no antes para 31 depois do acesso ao PRONAF.

Há uma demonstração cristalina da influência desta política pública na diversificação da propriedade e na mudança de prioridade das atividades exercidas nas unidades familiares. Em tese, pode-se traçar um paralelo entre a exploração das culturas temporárias (soja, trigo e milho), com a área de pastagem, sendo a primeira praticamente a única alternativa de renda da família antes do acesso ao PRONAF, enquanto que a segunda é dominante no depois do acesso.

O PRONAF Investimento proporcionou o acesso ao crédito, com juros acessíveis e prazos adequados à realidade do agricultor familiar, algo que não existia antes desta política pública, obrigando o agricultor familiar, na maioria das vezes, explorar atividades de produção de grãos, o que ao longo do tempo foi ficando cada vez menos rentável, devido ao seu alto custo de produção e a exigência de máquinas e implementos modernos e caros. Neste cenário, pouco propicio para a agricultura familiar, o agricultor encontrou no PRONAF investimento uma ferramenta de mudança, sendo a pecuária de leite uma alternativa viável, conforme tabela 24 e 25, ocupando a mão de obra familiar, necessitando de pouca área e gerando uma renda mensal.

Tabela 20 - Utilização da propriedade antes da utilização do PRONAF pelas famílias estudadas, Boa Esperança-Pr, 2014

	Área em hectares	Culturas temporárias	Culturas permanentes	Área de pastagem	Olericultura	Área de Floresta	Área de Reflorestamento	Outros
Antes do PRONAF	Sim	27	1	7	1	1	2	2
	Não	4	30	24	30	30	29	29
	Média	14,7841	1,50	3,88	0,03	1,00	0,625	8,38
	Mediana	8,0000	1,50	2,42	0,03	1,00	0,625	8,38
	Mínimo	1,50	1,50	2,42	0,03	1,00	0,25	1,25
	Máximo	52,63	1,50	8,47	0,03	1,00	1,00	15,52
	Total	399,17	1,50	27,19	0,03	1,00	1,25	16,77
Depois do PRONAF	Sim	30	0	31	1	3	2	7
	Não	1	31	0	30	28	29	24
	Média	12,33		4,93	0,03	1,42	0,62	2,88
	Mediana	9,38		3,63	0,03	1,25	0,62	1,00
	Mínimo	1,00		0,50	0,03	1,20	0,25	0,01
	Máximo	41,74		13,31	0,03	1,81	1,00	14,52
	Total	370,04		153,13	0,03	4,26	1,25	20,17

Fonte: Autor.

Na Tabela 20, analisou-se a utilização da propriedade antes do acesso ao PRONAF Investimento. A Tabela 21 mostra o rebanho no antes e depois do acesso ao PRONAF Investimento. Dois itens merecem maior atenção: bovino de corte e bovino de leite, respectivamente, saltando de 4(quatro) para 10 famílias e de 15 para 30 famílias, confirmando, assim, a tendência da agricultura familiar em firmar-se na pecuária de leite, e, em alguns casos, o gado de corte também é explorado, fruto da engorda dos bezerros, que, na maioria dos casos, não são utilizados para reprodutor, por onerar a atividade e a inseminação artificial ser uma realidade na maioria das propriedades.

A atividade leiteira representa a maior entrada de recursos na propriedade, em media uma vaca produz 15 litros de leite dia, se for multiplicado por 30(mês) e por 10(período médio de lactação), vezes um preço médio de R$ 1,05, tem-se, R$ 4.725 anuais. A Tabela 21 mostra uma média de 24,46 cabeças por propriedade, com área média de pastagens de 4,9 há por unidade familiar.

Se for considerado que o gado de leite não produz todo ao mesmo tempo, e trabalhar-se com 70% do rebanho médio, ter-se-á 16,8 cabeças, que multiplicado por R$ 4725(Valor por cabeça/ano) e dividido por 12 meses, resultará numa renda mensal bruta de R$ 6.615,00.

Tabela 21 - Composição do rebanho das propriedades antes e após a utilização do PRONAF das famílias estudadas, de Boa Esperança-Pr, 2014

	Rebanho em Cabeças	Bovinos (Corte)	Bovinos (Leite)	Caprinos	Equinos	Ovinos	Suínos	Piscicultura
Antes do PRONAF	Sim	4	15	0	2	0	2	1
	Não	27	16	31	29	31	29	30
	Média	25,50	7,46		3,00		9,00	600,00
	Mediana	9,00	5,00		3,00		9,00	600,00
	Mínimo	4,00	0,00		1,00		8,00	600,00
	Máximo	80,00	30,00		5,00		10,00	600,00
Depois do PRONAF	Sim	10	30	0	2	1	3	1
	Não	21	1	31	29	30	28	30
	Média	12,30	24,46		2,00	17,00	12,33	1000,00
	Mediana	12,00	20,00		2,00	17,00	12,00	1000,00
	Mínimo	1,00	2,00		1,00	17,00	10,00	1000,00
	Máximo	43,00	75,00		3,00	17,00	15,00	1000,00

Fonte: Autor.

Ao comparar com a soja, os mesmos 4,9 há utilizados nas pastagens para o gado de leite, tem-se o seguinte: Em média 55,78 sc/ha , multiplicado por 4,9 há, 273,32 sc, multiplicado pelo valor médio de mercado R$ 55,00, resultará em, R$ 15,032 reais em 4,9 ha. Que dividido por 12 meses, dará uma média de R$ 1,252,66 mensais. Portanto uma diferença considerável em favor do leite. Além do dado econômico positivo, a atividade leiteira vem sendo responsável pela manutenção de boa parte dos jovens no campo, devido à renda mensal e as facilidades de aceso ao crédito.

Estudos demonstram que a predominância masculina é forte na agricultura familiar, como aponta o estudo alavancado por SCHNEIDER e SILVA, com base no (DESER – CEMTR/PR, 1996, que mostra que o trabalho familiar ainda mantém desigualdades de gênero, normalmente o marido é chefe ou titular da família e da propriedade. As mulheres devem cuidar da casa e das atividades de reprodução familiar ou seja, cultivo de horta e ervas medicinais, pequenas criações, assim como a atividade leiteira.

Tabela 22 - Tempo dedicado pelos membros da família nas atividades de sua propriedade estudadas de Boa Esperança-Pr, 2014

	COMPONENTES DAS FAMILIAS							
	PAI		MÃE		FILHAS		FILHOS	
% do tempo	F	%	F	%	F	%	F	%
0			**1**	**3,2**				
10								
20			3	9,7				
25	1	3,2	2	6,5	2	6,5	2	6,5
30	1	3,2	1	3,2	1	3,2	2	6,5
40								
50	8	25,8	5	16,1	1	3,2	3	9,7
60	1	3,2						
70	1	3,2	**1**	**3,2**				
75	1	3,2					1	3,2
80	1	3,2						
90	1	3,2						
100	16	51,6	4	12,9	4	12,9		
TOTAL	31	100,0	17	54,8	8	25,8	8	25,8

Fonte: Autor.

Neste estudo, é possível observar na Tabela 16, que 51,60%, dos pais dedicam seu tempo totalmente à propriedade, sendo que 25,8% trabalham somente 50% do seu tempo, e as mulheres estão conquistando seu espaço nos trabalhos que

são da propriedade e destinados à produção da agricultura familiar, sendo que em 4 propriedades as mulheres trabalham 100,00% do seu tempo e 5 mulheres destinam 50,00% de seu tempo na atividade. É possível observar também, que 4 filhas dedicam seu tempo integralmente para obter os resultados econômicos, mostrando, assim, a homogeneidade dos sexos nos trabalhos da agricultura, os quais têm retorno financeiro para todos os componentes familiar.

Tabela 23 - Contribuição dos membros da família na formação da renda da propriedade das famílias estudadas, de Boa Esperança-Pr, 2014

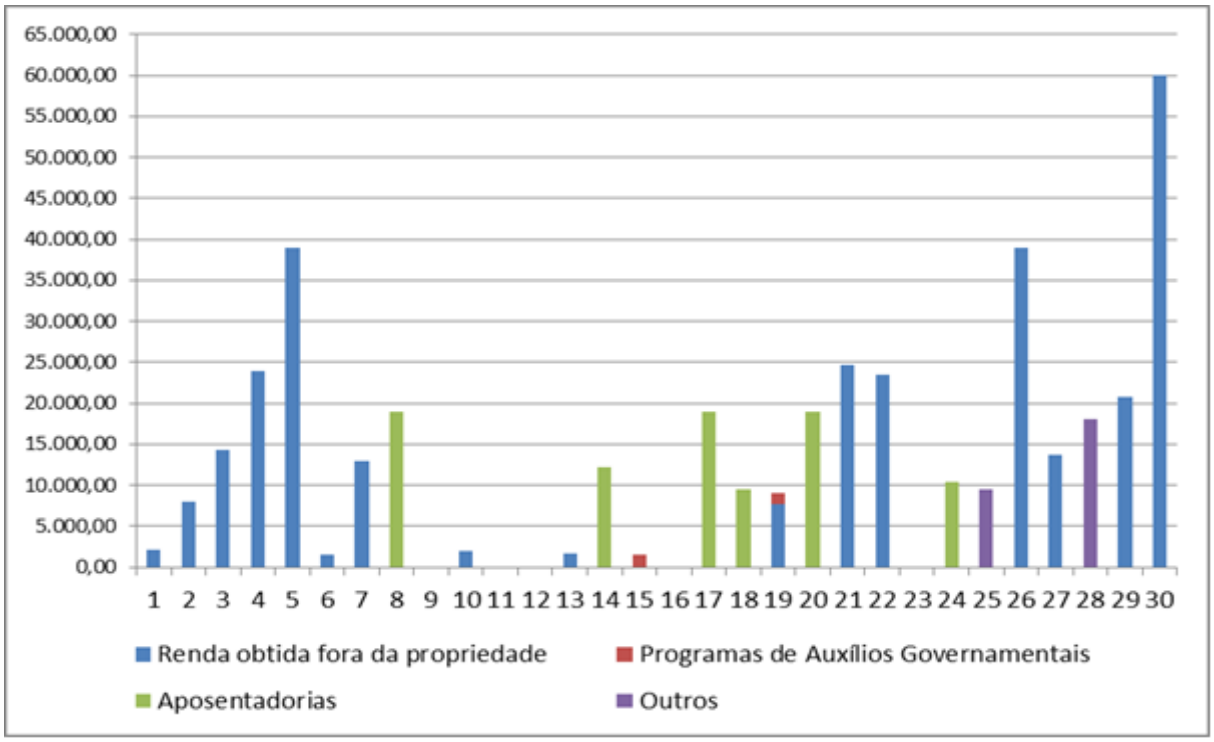
	COMPONENTES DAS FAMILIAS							
	PAI		MÃE		FILHAS		FILHOS	
% do tempo	F	%	F	%	F	%	F	%
15			**1**	**3,2**	**1**	**3,2**	**1**	**3,2**
20			**6**	**19,4**	**2**	**6,5**	**1**	**3,2**
25	1	3,20	1	3,2	**1**	**3,2**		
30			2	6,5				
40	5	16,1	5	16,1	1	3,2	1	3,2
45	1	3,2	1	3,2				
50	8	25,8	6	19,4				
60	3	9,7						
70	2	6,5	**1**	**3,2**				
80	2	6,5						
90	2	6,5	**1**	**3,2**	**1**	**3,2**	**2**	**6,5**
100	7	22,6						
TOTAL	31	100,0	22	71	6	19,4	6	19,4

Fonte: Autor.

Com referência à Tabela 23, observa-se que a figura do pai aparece em todas as unidades estudadas, as mães com participação elevada na contribuição das rendas, assim como os filhos e filhas que também contribuem na composição da renda familiar. O autor Abramovay (1998), considera três atributos básicos importantes na agricultura familiar: gestão, propriedade e trabalho familiar. Concebe que a gestão da propriedade e a maior parte do trabalho são provenientes de indivíduos que mantêm, entre si laços de sangue ou de casamento.

Com o gráfico abaixo, observa-se que a composição de outras rendas na Unidade Familiar tem se destacado, mesclando, assim, as possibilidades para a manutenção da família, proporcionando uma maior diversificação e interação entre o campo e a cidade.

Figura 8 - Gráfico da renda anual, obtida por membros da família, em atividades, fora das propriedades, das famílias estudadas de Boa Esperança-Pr, 2014



Fonte: Autor.

A Figura 8 graficamente traça um paralelo sobre a renda anual, obtida por membros da família em atividades fora das propriedades, observa-se que a renda, obtida fora da propriedade, chega na sua maior proporção em R$ 60.000,00 (sessenta mil reis), valor significante e, muitas vezes, necessário para o saneamento das finanças da unidade familiar. O item aposentadoria e outros vêm na sequência, com valores bem próximos, estando próximos a R$ 20.000,00(vinte mil reais) e, em último estão os programas de auxílio governamentais com menos de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Diante do exposto, na Figura 8, pode-se ponderar que a agricultura familiar, da mesma forma que as políticas públicas, também vem atualizando-se e adaptando-se às novas possibilidades de emprego e renda, sem perder o foco no rural.

Tabela 24 - Dificuldade para pagar o(s) empréstimos obtidos pelo PRONAF nas propriedades das famílias estudadas, de Boa Esperança-Pr., 2014

Resposta	Frequência	%
Não	25	80,6
Sim	6	19,4
Total	31	100,0

Fonte: Autor.

Na Tabela 24, um breve relato de que 80,6% dos agricultores não tiveram dificuldade em quitar seus empréstimos, contraídos, através do Programa PRONAF, e a Tabela 25, abaixo, mostra os motivos que fizeram com os 6 agricultores tivessem dificuldade em pagar seu financiamento.

Tabela 25 – Dificuldades, apontadas pelos agricultores para o pagamento do PRONAF, nas propriedades das famílias estudadas, de Boa Esperança-Pr., 2014

Respostas	Frequência	%
Baixa produtividade	1	3,2
Baixo preço de comercialização	3	9,7
Frustração de safra	2	6,5
Total	6	19,4

Fonte: Autor.

O baixo preço fez com que 3 desses agricultores tivessem dificuldade em pagar suas dívidas e 2 com a frustração de safra.

5.3 ASPECTOS AMBIENTAIS

Para Andrioli (2008), a agricultura é uma atividade dependente da natureza. As condições adequadas de solo, clima, água, enfim, condições climáticas favoráveis, são indispensáveis para que a agricultura possa existir. Observa-se que quanto mais cuidadas as propriedades, os retornos em sua produção serão maiores. Nas análises infracitadas, constata-se por parte dos agricultores familiares um bom desempenho na sua relação com o meio ambiente de forma sustentável e conservacionista.

Tabela 26 - Principal fonte de água para o gado leiteiro, nas propriedades das famílias estudadas, de Boa Esperança-Pr., 2014

Respostas	**Frequência**	**%**
Poço ou nascente	23	74,2
Rio	1	3,2
Roda d' água	7	22,6
Total	31	100,0

Fonte: Autor.

Na tabela 26, observa-se que o item: poço ou nascente é absoluto sobre os demais, com um percentual de 74,2%. Em tese, essa dominância pode ser atribuída

à necessidade diária que o gado leiteiro tem em relação à água, e, conduzi-los até o rio, na maioria das vezes, não é tarefa muito simples, devido à declividade, distância, mata ciliar.

Outro importante fator, relacionado ao rio, é a frequência das águas, se for intermitente ou efêmera a situação agrava-se ainda mais, pois pode faltar água em determinados períodos de stress hídrico, preocupação atenuada, caso o rio seja perene, ou seja, mantém a água durante o ano todo. Normalmente, os rios, com esta característica, são alimentados por escoamentos superficiais e subsuperficiais. Neste, a alimentação proporcionada é continua, mantendo, assim, o nível do lençol subterrâneo e contribuindo para que o mesmo não fique abaixo do nível do canal.

No caso da roda d'água, inviabiliza-se pelo fato de o produtor não ter rio na propriedade ou se tiver não ter vazão adequada para fazer girar a roda e mandar água ao local onde se encontra o gado. Nos últimos anos, a atividade leiteira tem passado por inúmeras transformações em relação às tecnologias e manejo. Neste sentido, pode-se citar o Pastoreio rotativo (piqueteamento), que consiste em dividir a área em piquetes, para tendo uma melhor recuperação das forragens após pastejo ou corte. Neste sistema, há uma maior produção por hectare e não por animal, porque devido ao manejo correto das pastagens, a área suporta uma maior lotação de animais, o que resulta em maior produção na mesma área.

Diante do supracitado e com fundamento na instrução técnica da EMBRAPA gado de leite (ISSN nº 1518 – 3254), conclui-se que ao optar por poço ou nascente, o produtor não quer correr o risco de faltar água para o gado de leite, pois este descuido seria extremamente prejudicial a sua produtividade e aos animais.

O quadro abaixo dá uma ideia da quantidade média de água ingerida por animais dia.

Tabela 27 - Ingestão voluntária média de água (L/dia) com e sem evaporação, pelas diferentes Categorias

Categoria Animal	Ingestão	Ingestão mais evaporação
Vacas em lactação	62,4	66,3
Vacas e novilhas em final de gestação	50,9	51,3
Vacas secas e novilhas gestantes	45,0	51,6
Novilhas em idade de inseminação	48,8	52,8
Fêmeas desmamadas até idade de inseminação	29,8	36,1
Bezerros lactantes criados a pasto	11,2	12,5

Fonte: Site Universidade do Leite

Conforme mostra a Tabela 27, os animais consomem um número razoável de litros de água por dia. Portanto a limitação do consumo de água reduzirá o desempenho do animal, de forma mais rápida e mais drástica do que qualquer outra deficiência de nutrientes. A água constitui cerca de 55 a 70% do peso vivo do animal adulto, chegando à porcentagem de 80 a 85% no animal jovem e até 90% no recém –nascido. Considerando tal fato, o consumo de água torna-se necessário do que consumir alimentos (FARIES, SWEETEN e REAGOR, 1997). Os animais podem perder até 100% de seu tecido adiposo (gordura) e mais de 50% de sua proteína corporal que eles sobrevivem, mas perdendo de 10 a 12% de sua água corporal, perecem.

Tabela 28 - Principal fonte de água para moradia, nas propriedades das famílias estudadas, de Boa Esperança-Pr., 2014

Respostas	Frequência	%
Poço ou Nascente	18	58,1
Rede Geral	12	38,7
Outros	1	3,2
Total	31	100,0

Fonte: Autor.

Em relação à fonte de água para a moradia (Tabela 28), 58,1% dos produtores utilizam poço ou nascente e 38,7% rede geral, o que por analogia remete a tabela 13, que mostra um percentual de 29% dos produtores, residindo na área urbana do município. Neste caso, os produtores residentes na área urbana, deslocam-se, todos os dias, de manhã, para a propriedade para executarem as atividades inerentes ao manejo do gado leiteiro e ordenhas, bem como sazonalmente as de grãos. Outra realidade dentre dos produtores que utilizam água, oriunda da rede geral, são aqueles que possuem as propriedades contíguas à cidade ou aos distritos. A cartilha saúde e renda no campo, 2010, sobre este assunto faz uma preocupante constatação: “No Brasil, que reúne 12% de toda a água doce do planeta, 22 milhões de pessoas não têm acesso à água de boa qualidade. Rios, lagos e lençóis subterrâneos são capazes de atender essa necessidade, desde que a própria população não os esgote ou os contamine”.

A água contaminada por falta de saneamento mínimo pode gerar uma série de doenças no ser humano, podendo, inclusive, causar a morte. Inúmeros malefícios à saúde humana são provocados por fezes, urina e outros dejetos que podem ser encontrados na água. A fonte de água contaminada e o seu posterior consumo

podem levar o ser humano a contrair diversas doenças entre elas: hepatite, cólera, salmonelose e outras (cartilha saúde e renda no campo, 2010).

De acordo com estas informações, é possível compreender a importância da qualidade da água para a saúde das pessoas. No caso em pauta, pode-se ponderar que a realidade dos produtores, estudados, tende a uma ascensão, uma vez que, não se percebeu durante a aplicação dos formulários, reclamações a respeito da qualidade da água ou problemas de saúde, relacionados a sua má qualidade, mesmo não sendo este objeto do presente trabalho.

Tabela 29 - Tipo de instalação sanitária, utilizada, nas propriedades das famílias estudadas, de Boa Esperança-Pr., 2014

Tipo de instalação	Fossa Séptica		Fossa	
	F	**%**	**F**	**%**
Antes do acesso ao PRONAF Investimento	24	77,4%	7	22,6%
Depois do acesso ao PRONAF Investimento	31	100,0%	0	0,0%

Fonte: Autor.

Na Tabela 29, observa-se uma alta dominância de fossa séptica[13] (77,4%) em relação à fossa rudimentar[14] (22,6%) antes do acesso ao PRONAF. Porém, depois do acesso ao PRONAF, esta dominância da fossa séptica torna-se absoluta (100%) em relação à fossa rudimentar. Os percentuais mostram de forma inequívoca a importância desta política pública na sustentabilidade das famílias. Ao elevar para 100% a utilização de fossa séptica, certamente, não resolve os problemas, relacionados ao saneamento. A cartilha saúde e renda no campo, 2010, corroboram neste sentido, ao informar que, no ano de 2000, a ONU (Organização das Nações Unidas) analisou os mais graves problemas mundiais e estabeleceu 8(oito) Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, que foram transformados em 8 Jeitos de Mudar o Mundo.

O 7º deles é Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente. O saneamento básico e o acesso à água de boa qualidade são apontados como os principais desafios para vencer a crise sanitária em que vive a humanidade.

[13] As fossas sépticas (português brasileiro) ou sépticas (português europeu) [a] são unidades de tratamento primário de esgoto doméstico nas quais são feitas a separação e a transformação físico-química da matéria sólida contida no esgoto. É uma maneira simples e barata de disposição dos esgotos indicada, sobretudo, para a zona rural ou residências isoladas. Todavia, o tratamento não é completo como numa estação de tratamento de esgotos. Fonte: wikipedia.org."

[14] As fossas rudimentares são valas ou esgoto jogado direto no rio, lago ou mar.(http://www.linguee.com.br/portugues-ingles/traducao/fossa+rudimentar.html)

Segundo dados da ONU, 4(quatro) em cada 10(dez) pessoas, no mundo, não têm acesso nem a uma simples latrina e defecam a céu aberto; e 2(duas) em cada 10(dez) – cerca de 1 bilhão de pessoas – não têm nenhuma fonte de água potável segura. Resultado: 3.900 crianças morrem no planeta diariamente por falta de saneamento.

Quadro 2 - Comparação entre as opções de fossa para saneamento: características selecionadas

	Fossa rudimentar	Fossa séptica	Fossa séptica biodigestora
Contaminação águas superficiais	Sim	Não	Não
Contaminação águas subterrâneas	Sim	Não	Não
Necessidade de retirar os dejetos	Sim	Sim	Não
Efluente reciclável	Não	Não	Sim
Todo esgoto doméstico	Sim	Sim	Não
Proliferação de vetores	Sim	Sim	Não
Odor desagradável	Sim	Sim	Não
Vedação hermética	Não	Não	Sim

Fonte: da Silva (2011), adaptado pelo autor.

O Quadro 2, compara fossa rudimentar com fossa séptica e fornece uma sugestão de fossa séptica biodigestor, que não foi objeto do presente estudo, mas que serve como um referencial em relação às citadas. Constata-se que a fossa séptica em relação à fossa rudimentar possui algumas vantagens: não contamina águas superficiais e subterrâneas. No entanto, também deixa a desejar em muitos aspectos.

Conclui-se que embora o PRONAF Investimento contribuiu na ascensão de um modelo de fossa menos contaminante e prejudicial à saúde que a utilizada anteriormente, o problema continua e como simples objeto de comparação o quadro acima mostra que a fossa séptica biodigestora é uma alternativa simples e viável para o meio rural.

A Tabela 30 mostra os indicadores de preservação ambiental, nas propriedades, estudadas, e alguns itens merecem destaque, como o caso da mata ciliar, que antes do acesso ao PRONAF era de 80,6% e depois saltou para 90,3%, evidenciando a preocupação do agricultor familiar em proteger os rios. As nascentes seguem no mesmo rumo, saltando de 51,6% para 64,5%.

Tabela 30 - Indicadores de preservação ambiental, nas propriedades das famílias estudadas, de Boa Esperança-Pr., 2014

ITEM	ANTES DO ACESSO AO PRONAF				DEPOIS DO ACESSO AO PRONAF			
	SIM		NÃO		SIM		NÃO	
	F	%	F	%	F	%	F	%
Mata Ciliar	25	80,60	6	19,40	28	90,30	3	9,70
Nascentes	16	51,60	15	48,40	20	64,50	11	35,50
Reservas Legais	2	6,50	29	93,50	6	19,40	25	80,60
Controle de Erosões	23	74,20	8	25,80	31	100,00	0	0,00
Sisleg ou CAR	0	0,00	31	100,00	2	6,50	29	93,50
Calagem	23	74,20	8	25,80	31	100,00	0,00	0,00
Terraceamento	24	77,40	7	22,60	31	100,00	0,00	0,00

Fonte: Autor.

O controle de erosão e calagem foram itens que atingiram o seu máximo, saindo de 74,2% para 100%, no mesmo sentido o item terraceamento saiu de 77,4% e chegou a 100%. Estes indicadores, altamente positivos em relação a preservação ambiental, dão uma noção do perfil conservacionista dos agricultores familiares e dos benefícios que obtiveram com estas práticas. Os itens: mata ciliar, controle de erosão e terraceamento são grandes aliados contra o escorrimento superficial, na proteção das águas dos rios e nascente, pois evitam o assoreamento dos mesmos e, consequentemente, também influenciam na produtividade, ao manter o solo protegido das erosões. A calagem é um item de grande relevância, segundo o site agro link, Entre os benefícios da calagem, destacam-se: a) a elevação do pH do solo e a neutralização do alumínio tóxico, que é prejudicial ao desenvolvimento das raízes das plantas; b) o fornecimento de cálcio e magnésio às plantas; c) o melhor aproveitamento de nutrientes, como nitrogênio, fósforo, potássio, enxofre e molibdênio; d) o aumento da capacidade de troca de cátions, com liberação de sítios de cargas negativas dos coloides do solo, o que permite a atração de outros nutrientes, reduzindo a lixiviação; e) o aumento da atividade microbiana e a liberação de nutrientes da matéria orgânica do solo. Todos esses benefícios, em conjunto, resultam em aumento da produtividade das culturas.

Mattei et. al. (2007), em suas pesquisas sobre o impacto do PRONAF nas economias locais, ressaltou os mais importantes, especialmente na dimensão produtiva. Segundo o autor, estes impactos mais consistentes, na esfera produtiva, especialmente na produção agrícola, reforçam a ideia de que o programa continua sendo fortemente influenciado por um viés, assentado no aumento da produção

agrícola. Na realidade, isto não surpreende, uma vez que o modelo de produção agropecuária financiado pelo PRONAF está fortemente centrado nos chamados “insumos modernos”, os quais elevam sequencialmente a dependência econômica e social dos agricultores deste padrão de desenvolvimento, cuja sustentabilidade mostra sinais de esgotamento.

Neste sentido, torna-se urgente retomar o debate sobre desenvolvimento rural e o papel a ser desempenhado pelos programa neste contexto. Para tanto, espera-se um salto de qualidade do mesmo, através de mudanças, tanto de concepção quanto do seu caráter operacional. Neste caso, o sistema de financiamento da agricultura familiar precisa estimular fortemente práticas produtivas que reduzam sistematicamente as dependências do padrão agrícola vigente que, além de estar assentado em insumos caros, é ambientalmente insustentável. Nesta perspectiva, o programa de fortalecimento da agricultura familiar precisaria estar mais conectado com a principal característica das formas familiares de agricultura, que, historicamente, conseguiram sobreviver e reproduzir-se graças a sua capacidade de diversificação produtiva e convívio em ambientes socioeconômicos diversificados.

SANTOS e SILVA (2004) pontua algumas sugestões a respeito do PRONAF:

> O PRONAF funciona como um mecanismo indutor de desenvolvimento rural; a diversificação na atividade produtiva contribui para a diminuição dos riscos na propriedade; as mudanças gerenciais e de assistência técnica durante o desenvolvimento do projeto é prejudicial aos produtores; o crédito funciona como um mecanismo de mobilidade social; a filiação a órgãos representativos seja reivindicativa ou econômica facilita o acesso ao crédito; o crédito deve estar aliado a um programa de extensão rural.

Sugere ainda que os órgãos, ligados aos créditos agrícolas, observem as especificidades regionais; que procurem uma dinâmica facilitadora do crédito, diminuindo eventuais burocracias; criem conselhos do PRONAF nas cidades onde há crédito concedido; atentem para outros meios de apoio ao desenvolvimento rural e; fomentem a pluriatividade, junto aos produtores familiares, com apoio de crédito (SANTO; SILVA; 2004).

6 CONCLUSÕES

A partir da revisão da literatura e da análise de dados primários e secundários referentes ao tema proposto para este estudo, pode-se estabelecer as seguintes conclusões, em relação aos objetivos propostos.

O público estudado, beneficiado pelo PRONAF investimento, no município de Boa Esperança, é formado por agricultores, predominantemente proprietários das unidades de produção, com poucos arrendatários; a maioria dos agricultores estão organizados em associações, grupos, cooperativas.

Quanto ao grau de escolaridade, está ocorrendo uma melhoria gradativa neste indicador. Porém, 9,5% não é alfabetizado. Por outro lado, existem agricultores(as) com curso superior e pós-graduação. Todas as crianças e adolescentes, com idade obrigatória, frequentam a escola.

Os pais são os principais responsáveis pela condução das atividades nas propriedades, enquanto os outros membros das famílias atuam em atividades fora da propriedade, sendo o serviço público o principal. Assim, predomina o meio rural como local de residência do casal, enquanto parte dos filhos residem no meio urbano.

É significativa a renda, obtida fora da propriedade ou seja, sistema *part-time*, utilizado por aproximadamente 50% das famílias estudadas.

O número reduzido de dias para férias e lazer dos membros das famílias, estudadas, em Boa Esperança, demonstra claramente que é preciso um novo olhar sobre esta questão, pois muitos agricultores alegam que dentro do atual contexto de desenvolvimento da pecuária leiteira, na pequena propriedade, não é possível gozar de tal beneficio.

Quanto á implementação e o impacto do PRONAF Investimento nos indicadores analisados, o Instituto EMATER contribui positivamente: fornecendo informações sobre o PRONAF, assessorando na tomada de decisões dos agricultores estudados, elaborando projetos e laudos de acompanhamento.

O PRONAF Investimento teve impacto direto e significativo na aquisição de matrizes leiteiras, aquisição de máquinas e equipamentos, veículos utilitários, infraestrutura leiteira. Como consequência deste impacto positivo, houve um efeito indireto na aquisição de eletrodoméstico e modernidade das residências, devido a maior liquidez das famílias estudadas.

As atividades agropecuárias, nas unidades familiares, depois do acesso ao PRONAF Investimento, também passaram por mudanças. A atividade específica de produção de grãos foi reduzida em prol do aumento da diversificação das propriedades, tornando-se a atividade leiteira a principal. Quanto à utilização da área da propriedade, ficou evidente a mudança de áreas, destinadas para culturas anuais, sendo substituídas por pastagem, em consequência do aumento do plantel de animais, principalmente os destinados à produção leiteira.

Dentro deste contexto e com base nas análises dos formulários, constata-se uma tendência da mulher e dos filhos à pluriatividade, com uma maior probabilidade dos filhos de não suceder os pais nas atividades da unidade familiar.

Quanto ao pagamento dos financiamentos, poucos produtores tiveram dificuldades para honrar os compromissos, sendo que os principais motivos alegados, foram baixa produtividade e preços;

Todos os indicadores de preservação ambiental, nas propriedades estudadas tiveram impacto positivo após o acesso ao PRONAF, sendo eles: mata ciliar, reserva Legal, preservação de nascentes, controle de erosão, calagem e terraceamento. Importante ressaltar que para ter acesso ao credito do PRONAF, o agricultor (a), deve cumprir as exigências legais em relação às leis ambientais, uso do solo e trabalhistas por exemplo.

O público beneficiário do PRONAF Investimento pode ser analisado sobre os diferentes aspectos: social, econômico e ambiental, em que se constatou uma ascensão considerável em relação ao antes e o depois do acesso ao PRONAF Investimento. Naquele a atividade, principal era grãos, neste, o agricultor, com o advento do PRONAF, migrou para a atividade leiteira e nela encontrou uma fonte de renda digna para manutenção da atividade e de sua família, proporcionando condições de melhorias na sua moradia, nos utensílios domésticos e no meio de transporte.

Em relação ao uso do crédito, pode-se constatar uma tendência à aquisição de matrizes leiteiras, construções de instalações e aquisição de máquinas/equipamentos e veículos utilitários, sempre no sentido de fortalecer a atividade leiteira.

Conclui-se também, que o impacto do PRONAF Investimento foi positivo no sentido de incrementar a renda da unidade familiar, pois conforme já supracitado, a atividade leiteira é amplamente benéfica ao agricultor familiar, porque além de não

exigir máquinas e tecnologias que onerem demasiadamente a produção, ocupa a mão-de-obra familiar, mantendo o jovem no campo, mesmo que transitoriamente. Um ponto que chamou atenção e preocupa é a sucessão familiar e a dificuldade de contratar mão de obra de terceiros para as atividades leiterias.

REFERÊNCIAS

AMADO, Frederico. **Direito Ambienta l– Esquematizado**. Editora Método. ed. 4. São Paulo. 2012.

ANDRIOLI, Inácio Antonio. **Agricultura Familiar e Sustentabilidade Ambiental.** Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/089/89andrioli.htm>. Acesso em 23 de Nov, 2014.

AGENDA 21 BRASILEIRA: **Resultado da consulta nacional / Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional**. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/consulta2edicao.pdf>. Acesso em 09 de dez, 2014.

ALEIXO, Carlos E. M.; OLIVEIRA, Lúcia A. S.; REIS, Ana P. L. dos; MUNIZ, Kátia T.; LIMA, Patrícia V. P. S.. **Impactos do Pronaf nos Indicadores de Qualidade de Vida de seus Beneficiados no Assentamento Santana-CE**. Disponível em:<http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/5107/1/2007_eve_pvpslimai.pdf>. Acesso em 10 out. 2014.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura e Serviço Público: novos desafios Para a Extensão Rural**. Cadernos de Ciência & Tecnologia. Disponivel em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/viewFile/8932/5051>. Acesso em 22 de Nov.2014.

BANDEIRA, Ivanoska Salgado de Assis. **Analise da Efetividade da Lei Nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais) na Cidade de Campina Grande/PB**. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/6237/1/PDF%20-%20Ivanoska%20Salgado%20de%20Assis%20Bandeira.pdf> Acesso em 09 de Dez. 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual de Crédito Rural**. Disponível em:<http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsGeropMCR:idvGeropMCR>.Acesso em 10 nov. 2014.

BASALDI, O. V. **A Agricultura Familiar e Pluriatividade no Centro-Oeste**. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/868065/1/Agricultura familiarepluriatividadenoCentroOeste.pdf> Acesso em 04 de ago, 2014.

BAUMEL, Adriana; BASSO, Luiz Carlos. **Agricultura familiar e a Sustentabilidade da Pequena Propriedade Rural**. In Experiência em desenvolvimento sustentável e Agricultura Familiar. Organizado por Gisele Camargo, Mauricio Camargo Filho, Jorge Luiz Fávaro – Guarapuava: Ed. UNICENTRO, 2004, 390 p.

BONNAL, PHILIPPE; KATO, Karina. **O Processo Contemporâneo de Territorialização de Políticas Públicas no Meio Rural Brasileiro**. In LEITE, Sergio Pereira; DELGADO, Nelson (Coordenadores); MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, BRENO (organizadores). Políticas Públicas, atores sociais e desenvolvimento social rural. Brasília: IICA, 2011 (série desenvolvimento rural sustentável: v14). 236p.

BNDS, Banco Nacional de Desenvolvimento. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf Investimento**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/apoio/pronaf.html> Acesso em 23 de Nov. 2014.

BARBOSA, Gabriel José; FRANCIS, George David; SILVA, Marcela Costa e. **Agricultura familiar e Extensão Rural em Uberlândia: uma análise em nível de campo.** Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/12/13O531.pdf>. Acesso em 10 de dez. de 2014.

BRASIL ESCOLA. **Classificação dos Rios**. Disponível em: http://www.brasilescola.com/geografia/classificacao-dos-rios.htm. Acesso em 22 de nov. 2014.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 1.535, DE 15 DE ABRIL DE 1977. **Altera o Capítulo IV do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a Férias, e dá outras providências.** Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1535.htm>.Acesso em 19 nov. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 17 jul. 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5955> Acesso em 10 out., 2013

CAMARGO, (et.al).**Experiências em Desenvolvimento Sustentável e Agricultura familiar-Guarapuava**:Ed.UNICENTRO,2004.

CÂNDIDA, Ana Cláudia; BORGES, Adairlei A. da Silva; SANTOS, Helaine M. N. **Novas Atividades Agrícolas e não Agrícolas no Município de Araguari-MG.** Disponível em: <http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv2n3/09-Geografia.pdf> Acesso em 01 de outubro, 2013.

COAMO. **Nossa História.** Disponível em: <http://www.coamo.com.br/?p=YWxyb3RsaXMvYWxzcmFydWNhZWxpbkB6aHo=> Acesso em 20 out., 2013.

CONTI, Bruno Marcelo De. ROITMAN, Fábio Brener. (2011). **PRONAF: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa. <**http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3504.pdf> Acesso em 15 nov. 2012.

COSTA, Cinthia Cabral da; GUILHOTO, **Joaquim. Impactos sociais, econômicos e ambientais da melhoria no saneamento básico rural no brasil (the social, economic and environmental impacts on the increase of rural basic sanitation in brazil)**. Disponível em:

<http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2405583>. Acesso em 23 de Nov. 2014.

COUTINHO, Antônio Mario Reis de Azevedo. **Desenvolvimento Sustentável da Agricultura. 2011**. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2011/08/03/desenvolvimento-sustentavel-da-agricultura-artigo-de-antonio-mario-reis-de-azevedo-coutinho/> Acesso em 20 de ago. 2014.

CRUZ, Suenya Santos da. **O fenômeno da pluriatividade no meio rural: atividade agrícola de base familiar.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01016628201200020003> Acesso em 10 nov., 2014.

EMATER. **Histórico da Extensão Rural Oficial**. Disponível em: <http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=43> Acesso em 10 nov., 2014.

EMBRAPA. **Ano Internacional da Agricultura Familiar**. Disponível em: https://www.embrapa.br/embrapa-no-ano-internacional-da-agricultura-familiar. Acesso em 22 nov. 2014.

EMBRAPA. **Instrução Técnica para o Produtor de Leite**. Disponível em: <http://www.cnpgl.embrapa.br/totem/conteudo/Alimentacao_e_manejo_animal/Pasta_do_Produtor/31_Importancia_da_agua_para_bovinos_de_leite.pdf>. Acesso em 22 de Nov. 2014.

EMBRAPA. **Tecnologia Social, Fossa Séptica Biodigestora. Saúde e Renda no Campo**. Disponível em: <http://www.fbb.org.br/data/files/BD/A2/39/CB/4205A31009818793BD983EA8/Cartilha%20Fossas%20Septicas%20Biodigestoras.pdf>. Acesso em 23 de Nov, 2014.

ELESBÃO, Ivo. **O espaço rural brasileiro em transformação. 2007.** Disponível em: **<**www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2007-84/84_03.pdf> Acesso em: 28 de Setembro de 2013.

FETAESP. **DAP** - DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF. Disponível em: <http://www.fetaesp.org.br/fetaesp/index.php/política-agricola/dap> Acesso em 08 de outubro, 2012.

FETAESP. **PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em**:** <http://www.fetaesp.org.br/fetaesp/index.php/política-agricola/PRONAF> Acesso em 07 de outubro, 2013.

FIGUEIREDO, Alberto. **Escassez de Mão de Obra nas Fazendas Leiteiras**. Disponível em: <http://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/espacoaberto/escassez-de-mao-de-obra-nas-fazendas-leiteiras-87314n.aspx> Acesso em 07 out., 2013.

FINATTO, Roberto Antônio. **As transformações no Espaço Rural e a Emergência da Agricultura Familiar de Base Agroecológica - Pelotas/RS. 2010.** Disponível

em:
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/93569/278044.pdf?sequence=1> Acesso em: 08 de Outubro de 2013.

FUNK, F.; BORGES, M. M.; SALAMONI, G. **Pluriatividade**: Uma Estratégia de Sustentabilidade na Agricultura Familiar nas Localidades de Capão Seco e Barra Falsa 3º Distrito – Rio Grande – RS. 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6588/5976> . Acesso em: 03 de ago, 2014.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Políticas Públicas e a Formação de Redes Conservacionistas em Microbacias Hidrográficas**: o exemplo do Paraná Rural. Disponível em: < http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4813432.pdf>. Acesso em 03 nov., 2014.

GODOY, C. M.T.; PÉREZ , F. I. C.; WIZNIEWSKY, J. G.; MORAES, C. D. S.; FERREIRA, A.G. **O Papel da Pluriatividade no Fortalecimento da Agricultura Familiar do Município de Santa Rosa/Rs**. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/15/693.pdf> Acesso em dia 04 ago. 2014.

GOMES, Kely Cristina Paradelo. FERREIRA, Waltencir Alves. (2006). **A Importância do PRONAF para o Pequeno Produtor Rural.** Disponível em <http://www.paginarural.com.br/artigo/1359/a-importancia-do-PRONAF-para-o-pequeno-produtor-rural> Acesso em dia 15 nov. 2012.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: Unicamp – IE, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José; GROSSI, Mauro Eduardo Del. **O Novo Rural Brasileiro.** Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/novo_rural_br.pdf> Acesso em: 02 de Outubro de 2013.

IDRHa, Instituto de desenvolvimento rural e hidráulica**. Introdução à Diversificação de Atividades em Meio Rural – 05/01/2004**. Disponível em: <http://www.idrha.min-agricultura.pt/meio_rural/introducao.htm> Acesso em 23 nov. 2014.

IEA - Instituto de Economia Agrícola. **Algumas Observações sobre a Agricultura Familiar**. <http//www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto+3626>. Acesso em 10 nov. 2012.

IGNACY SACHS. **Barricadas de Ontem, Campos de Futuro**. . Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10464/12194> Acesso em 03 dez. 2014.

IPARDES. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.** Disponível em:**<**http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=87360&bt Ok=ok> Acesso em 10 de nov., 2014.

IPARDES – **Caderno Estatístico Novembro de 2014 município de Boa Esperança** - PR. Disponível em

http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=87390&btOk=ok. Acesso em 30 de Nov. 2014.

IZIQUE, Claudia. **O Brasil Rural não é só Agrícola.** Disponível em: <http://revista pesquisa. fapesp.br/wp-content/uploads/2012/08/202-207_brasil_rural.pdf> Acesso em 27 de setembro de 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Cientifica**. São Paulo: Atlas, 1993.

LAMARCHE, Hugues (coord). **A Agricultura familiar: comparação internacional.** Campinas: Unicamp, 1993.

LEITE, Sergio Pereira. **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento social rural**. Brasília: IICA, 2011 (série desenvolvimento rural sustentável: v14). 236p.

LIMA, Cícero Zanetti. **Uma Avaliação da Capacidade de Pagamento de Financiamentos em Projetos de Fruticultura no PRONAF em Pelotas/RS.** 2011. Disponível em: <*http:*www.ufpel.edu.br/ppgom/site/dissertacoes/**cicero**.pdf> Acesso em: 23 set, 2013.

LESITA, Frederico Olivieri. **Considerações sobre a extensão rural no Brasil.** Disponível em: <*http://ambientes.ambientebrasil.com.br/agropecuario/artigo_agropecuario/consideracoes_sobre_a_extensao_rural_no_brasil.html*> Acesso em: 23 set, 2013.

LOPES, Luiz Carlos Teixeira; LOPES; Claudemira Vieira Gusmão. **Contribuição ao Zoneamento Agroecológico do Vale do Ribeira**: AS POTENCIALIDADES DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULISSES. In Experiência em desenvolvimento sustentável e Agricultura Familiar. Organizado por Gisele Camargo, Mauricio Camargo Filho, Jorge Luiz Fávaro – Guarapuava: Ed. UNICENTRO, 2004, 390 p.

MACHADO, Antônio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas Relações com o Campesinato e a Reforma Agrária** <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/17/9_machado_e_casalinho.pdf> Acesso em 25 de set., 2013.

MARTIR, Rogério. **A Importância do Descanso no Ambiente Laboral**. Disponível em: <http://rogeriomartir.jusbrasil.com.br/artigos/112097516/a-importancia-do-descanso-no-ambiente-laboral> Acesso em 19 de nov., 2014.

MATTEI, L. WAQUIL, P. SCHNEIDER, S. CONTERATO, M. RADOMSKY, G. NAMIZAKI, G. NIEDERLE, S**. Uma Análise dos Impactos do PRONAF sobre as Economias Locais nas Regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil. 2007.** Disponível em: < http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/558.pdf> Acesso em: 12 ago. 2014.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. **O Desafio do Conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 2. ed. São Paulo: Rio de Janeiro: Hucitec - Abrasco, 1993.

MONTES, Clayton Luiz. **Impacto do Pronaf sobre a Agricultura Familiar.** Disponível em: <http://www.orcamentofederal.gov.br/biblioteca/estudos_e_pesquisas/Impacto_do_Pronaf_sobre_a_Agricultura_Familiar.pdf> Acesso em 09 out., 2014.

MORADIA POPULAR. **Morar Bem Paraná Rural**. Disponível em:<http://moradiapopular.com.br/2012/06/morar-bem-parana-rural/> Acesso em 17 nov., 2014.

MUCELIN, Carlos Alberto. **Estudo Ecológico de Fragmentos Ambientais Urbanos**: percepção sígnica e pesquisa participante. Maringá, 2006. 413 p. Tese de Doutorado. – Doutorado em Ecologia da Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2006.

MDA. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/Condi%C3%A7%C3%B5es_do_Cr%C3%A9dito_2013-2014.pdf> Acesso em: 21 jul. 2014.

MDA. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <http://dap.mda.gov.br/dapweb/ManualDAP/MANUAL%20DO%20AGENTE%20EMISSOR.pdf> Acesso em: 16 nov. 2014.

NASCIMENTO, Fábio Rui Scalzo. **Pluriatividade e Incremento de Renda Nas Famílias de Assentamentos do Distrito Federal**. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/11654> Acesso em 13 ago, 2014.

NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de Carvalho. **Desenvolvimento Sustentável**: A Institucionalização de um Conceito. 1ª Ed. Ibama. 2002. Brasília.

O ECO. **O que é Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28588-o-que-e-desenvolvimento-sustentavel. Acesso em 30 de Nov. de 2014.

ONU. Unidas, Organização das Nações. **A ONU e o Meio Ambiente**. Disponível em <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>. Acesso em 13 ago, 2014.

PAULUS, Gervasio; SCHLINDWEIN, Sandro Luis. Agricultura sustentável: resultado da transição. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. 2001. Porto Alegre – RS. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/sistemas/administracao/tmp/453341807.pdf>. Acesso em 03 de dez. 2014.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão Rural no Brasil - uma Abordagem Histórica da Legislação**. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao.>. Acesso em 03 de dez. 2014

PELINSKI, A.; AHRENS, D.C.; MILLÉO, R.D.S.; ZEMKE, E.; BENASSI, D.A.; RICHTER A.S. **A Diversificação no Incremento da Renda da Propriedade**

Familiar Agroecológica. Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/Trab011Diversif.pdf> Acesso em 26 out. 2014.

PIRES, José Antônio Simões; SPRICIGO, Gisele. **O Conceito da Pluriatividade na Agricultura Familiar.** Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/794.pdf> Acesso em 03 de Outubro, 2013.

PORTELLA, Valdinei Fortunato**. A agricultura Familiar no Espaço Urbano da Cidade de Boa Vista / Roraima. 2011**. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/49825/000828418.pdf?sequence=1> Acesso em 02 dez.; 2014

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - **PRONAF.** Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/PRONAF.html>. Acesso em 15 nov. 2012.

QUEIROZ, Sabrina Faria. **PRONAF e Desenvolvimento Rural Sustentável**: uma análise econométrica espacial dos impactos do programa nas regiões sul e nordeste, do Brasil, entre 2000 e 2006 / Sabrina Faria de Queiroz. – 2012. Disponível em: <http://www.ppge.ie.ufu.br/node/240> Acesso 08 de outubro, 2013.

QUEIROZ, **Camila. Conjunto de Políticas Públicas é Solução para Êxodo Rural de Jovens, Aponta ONG**. Disponível em: <http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=60900> Acesso 23 nov., , 2014.

RAMOS, G. C.P. **A Formação do Território de Santa Catarina com base na Concessão de Terras Públicas**. Disponível em < https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89420/235992.pdf?sequence=1 >. Acesso em 08 ago. 2014.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis - Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: Capes: UAB. 2009.

SACCO DOS ANJOS, F(et.al). **Agricultura Familiar e Políticas Públicas**: o impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.42 no.3 Brasília July/Sept. 2004.

SACHS, Ignacy. **Barricas de Ontem, Campos de Futuro**. São Paulo. Instituto de Estudos Avançado da USP. 2009.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro. Garamond, 2002.

SANTOS, César Miguel Candeo; SILVA, Osvaldo Hidalgo. **Pronaf como Mecanismo Indutor de Desenvolvimento Rural no Munícipio de São Jorge do Ivaí – Pr**. In Experiência em desenvolvimento sustentável e Agricultura Familiar.

Organizado por Gisele Camargo, Mauricio Camargo Filho, Jorge Luiz Fávaro – Guarapuava: Ed. UNICENTRO, 2004, 390 p.

SANTOS, Flavia Cristina dos; RESENDE, Alvaro Vilela de. **A Importância da Calagem para a Agropecuária**. Disponível em <http://www.agrolink.com.br/culturas/milho/ArtigoDetalhe.aspx?codNoticia=102465>. Acesso em 23 de Nov, 2014.

SAS. **Sistema de Assistência à Saúde**. Disponível em: <http://www.sas.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=5> Acesso em 20 nov., 2014.

Sen, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos. **Geografia Geral e do Brasil. Espaço Geográfico e Globalização**. Editora Scipione. São Paulo, 2011.

SERRA, Elpídio. **A posse da Terra e os Conflitos Rurais do Paraná. In Geografia Agrária, Território e Desenvolvimento**. Organizado por Marcos Aurelio Saquet, Roseli Alves dos Santos – 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, 256 p.

SERRA, Carlos Alberto Teixeira. **Êxodo Rural e Urbanização no Brasil**. Disponível em: < http://www.olobo.net/index.php?pg=colunistas&id=921>. Acesso em 12 nov. 2012.

SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Estudo da Sustentabilidade e de Indicadores de Desenvolvimento Rural. Maringá**, 2007. Tese de Doutorado. – Doutorado em Agronomia, Área de Concentração em Produção Vegetal da Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2007.

SILVA, Fernanda Faria. **Distribuição de Crédito para a Agricultura Familiar: Um Estudo do PRONAF a partir de um Indicador de Desenvolvimento Rural**. 2006. Disponível em: <http://www.bdtd.ufu.br/tde_arquivos/3/TDE-2008-07-29T145348Z-1096/Publico/Fernanda%20F.pdf>. Acesso em 12 nov. 2012.

SILVA, José Graziano; KI-MOON, Ban. **ONU Pede Políticas a Favor da Agricultura Familiar**. Disponível em: https://www.fao.org.br/ONUppfaf.asp. Acesso em 22 de nov. 2014.

SIMÃO, Ana Adalgisa. **Diversificação como alternativa para o desenvolvimento da agropecuária familiar Sul Mineira**. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/1927/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_Diversifica%C3%A7%C3%A3o%20como%20alternativa%20para%20o%20desenvolvimento%20da%20agropecu%C3%A1ria%20familiar%20sul-mineira.pdf>. Acesso em 23 nov., 2014.

SIMEP. **Projeto Paraná 12 Meses**. Disponível em: <http://www.simep.seab.pr.gov.br/pr12meses/index.html>. Acesso em 17 nov., 2014.
SOS DO GADO DO LEITE. **Pastoreio Rotativo (Piqueteamento).** Disponível em:

http://sosgadodeleite.blogspot.com.br/2013/11/pastoreio-rotativopiqueteamento.html. Acesso em 22 de Nov, 2014.

SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Carolina Braz Castilho e. Gênero**, Trabalho Rural e Pluriatividade**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/774>.pdf. Acesso em 22 de Nov.2014.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade como Estratégia de Reprodução Social da Agricultura Familiar no Sul do Brasil**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade no Meio Rural Brasileiro:** Características e perspectivas para investigação. Disponível em: <*w*ww.ufrgs.br/pgdr/arquivos/396.pdf> Acesso em 20 de setembro, 2013.

TEIXEIRA, Celso Elenaldo. **Políticas Públicas - O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade, 2002**. Disponível em <http://www.escoladebicicleta.com.br/políticaspúblicas.pdf>. Acesso em 05 Jul. 2014.

UNIMED. **Sobre a UNIMED**. Disponível em: <http://www.unimed.coop.br/pct/index.jsp?cd_canal=49146&cd_secao=49094>. Acesso em 05 Jul. 2014.

UNIVERSIDADE DO LEITE. **Água: uso de Bebedouros e sua Influência na Produção de Bovinos em Pasto**. Disponível em: <http://www.universidadedoleite.com.br/artigo-agua-uso-de-bebedouros-e-sua-influencia-na-producao-de-bovinos-em-pasto>. Acesso em 22 de nov, 2014.

WALKOWICZ, Jussara; FÁVARO Jorge Luiz. **Pluriatividade Gerando Emprego e Renda para um grupo de Familias da Agricultura Familiar no Município Santa Lúcia – PR**. In Experiência em desenvolvimento sustentável e Agricultura Familiar. Organizado por Gisele Camargo, Mauricio Camargo Filho, Jorge Luiz Fávaro – Guarapuava: Ed. UNICENTRO, 2004, 390 p.

Wikipédia, a enciclopédia livre. Posse (direito). Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Posse_%28direito%29. Acesso em 10 de janeiro de 2015.

Wikipédia, a enciclopédia livre. **Associação**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Associa%C3%A7%C3%A3o, Acesso em: 17 de janeiro de 2015.

ANEXOS

A - FORMULÁRIO APLICADO

unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PPGDRS
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável

MESTRADO – DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

IMPACTO DO PRONAF INVESTIMENTO NA SUSTENTABILIDADE DOS AGRICULTORES FAMILIARES, PRODUTORES DE LEITE DO MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA – PARANÁ.

ASPECTOS SOCIAIS DA FAMILIA

1) QUALIFICAÇÃO DO AGRICULTOR

1) Nome do Agricultor (a):	**2) CPF:**
3) Endereço:	**4) Tel.:**
5) Tipo de posse:	**6) Área total:**

2) COMPOSIÇÃO FAMILIAR

COMPOSIÇÃO	IDADE	ESCOLARIDADE	LOCAL DE RESIDENCIA	ATIVIDADE PRINCIPAL	FÉRIAS/LAZER Dias/ano
PAI					
MÃE					
FILHO 01					
FILHO 02					
FILHO 03					
FILHO 04					
OUTROS					

3) LOCAL DE RESIDENCIA DOS MEMBROS DA FAMÍLIA.

Pai e Mãe:	1( ) Urbano	2( )Na Propriedade	3( )Rurbano
Filho 01:	1( ) Urbano	2( )Na Propriedade	3( )Rurbano
Filho 02:	1( ) Urbano	2( )Na Propriedade	3( )Rurbano

Filho 03: 1( ) Urbano 2( )Na Propriedade 3( )Rurbano
Filho 04: 1( ) Urbano 2( )Na Propriedade 3( )Rurbano
Ouros: 1( ) Urbano 2( )Na Propriedade 3( )Rurbano

4) COMO O SENHOR E SUA FAMILIA TEVE CONHECIMENTO SOBRE O PRONAF INVESTIMENTO.

1 ( ) Televisão
2 ( ) Jornal escrito
3 ( ) Internet
4 ( ) Extensão Rural - Emater
5 ( ) Cooperativas
6 ( ) Agência Bancaria
7 ( ) Outros

5) QUANDO O SENHOR FEZ O PRIMEIRO FINANCIAMENTO ATRAVÉS DO PRONAF INVESTIMENTO, OBTEVE ASSESSORIA DE QUAL ÓRGÃO.

1 ( )Extensão Rural - Emater
2 ( ) Cooperativas
3 ( ) Agência Bancarias
4 ( ) Não teve
5 ( ) Outros

6) ATIVIDADE PRINCIPAL DA UNIDADE FAMILIAR – ANTES DO ACESSO AO PRONAF INVESTIMENTO

1 ( ) Agricultura (Grãos)
2 ( ) Pecuária (Corte)
3 ( ) Pecuária (Leite)
4 ( ) Suinocultura
5 ( ) Avicultura (Postura)
6 ( ) Ovinocultura
7 ( ) Piscicultura
8 ( ) Panificação(Pães, bolachas.)
9 ( ) Olericultura(tubérculos, folhas e frutos)
10 ( ) Fruticultura
11 ( ) Outros

7) ATIVIDADE PRINCIPAL DA UNIDADE FAMILIAR – DEPOIS DO ACESSO AO PRONAF INVESTIMENTO

1 ( ) Agricultura (Grãos)
2 ( ) Pecuária (Corte)
3 ( ) Pecuária (Leite)
4 ( ) Suinocultura
5 ( ) Avicultura (Postura)
6 ( ) Ovinocultura
7 ( ) Piscicultura
8 ( ) Panificação(Pães, bolachas.)
9 ( ) Olericultura(tubérculos, folhas e frutos)
10 ( ) Fruticultura

11 ( ) Outros

8) TIPO DA RESIDENCIA FAMILIAR – ANTES DO ACESSO AO PRONAF INVESTIMENTO
1 ( ) Casa em madeira
2 ( ) Casa em alvenaria
3 ( ) Outros

9) TIPO DA RESIDENCIA FAMILIAR – DEPOIS DO ACESSO AO PRONAF INVESTIMENTO
1 ( ) Casa em madeira
2 ( ) Casa em alvenaria
3 ( ) Outros

10 TIPO DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA FAMILIA – ANTES DO ACESSO AO PRONAF INVESTIMENTO
1 ( ) Carro
2 ( ) Moto
3 ( ) Bicicleta
4 ( ) Transporte Animal
5 ( ) a Pé
6 ( ) Outros

11) TIPO DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA FAMILIA – DEPOIS DO ACESSO AO PRONAF INVESTIMENTO
1 ( ) Carro
2 ( ) Moto
3 ( ) Bicicleta
4 ( ) Transporte Animal
5 ( ) a Pé
6 ( ) Outros

12) TIPOS DE ELETRODOMÉSTICOS UTILIZADO PELA FAMILIA – ANTES DO ACESSO AO PRONAF INVESTIMENTO
1 ( ) Geladeira
2 ( ) Fogão à Gás
3 ( ) Fogão à Lenha
4 ( ) Fogão com acendedor automático
5 ( ) Televisão
6 ( ) Parabólica
7 ( ) Sofá

13) TIPOS DE ELETRODOMÉSTICOS UTILIZADO PELA FAMILIA – DEPOIS DO ACESSO AO PRONAF INVESTIMENTO
1 ( ) Geladeira
2 ( ) Fogão à Gás
3 ( ) Fogão à Lenha
4 ( ) Fogão com acendedor automático
5 ( ) Televisão
6 ( ) Parabólica
7 ( ) Sofá

14) QUAL O TIPO DE ATENDIMENTO NA ÁREA DA SAÚDE VOCÊ E/OU SUA FAMÍLIA TEM ACESSO?

1 ( ) SUS 2 ( ) Plano com cobertura total de saúde.
3 ( ) Plano com cobertura parcial de saúde.

15) VOCÊ PARTICIPA DE ALGUMA ENTIDADE OU ASSOCIAÇÃO/COOP.

1 ( ) Sim 2 ( ) Não 3 ( ) Se sim qual? COAMO E ABEPROL

ASPECTOS ECONÔMICOS DA FAMILIA

16) QUALIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE

5.1) Área Arrendada: 5.2)Área Própria: 5.3) Área Total:

17) UTILIZAÇÃO DA PROPRIEDADE - ANTES DO ACESSO AO PRONAF INVESTIMENTO.

Tipo de Ocupação	Área (ha)
01. Culturas temporárias	
02. Culturas permanentes	
03. Área de pastagem	
04. Olericultura	
05. Área de Floresta	
06. Área de Reflorestamento	
07. Outros	

18) UTILIZAÇÃO DA PROPRIEDADE - DEPOIS DO ACESSO AO PRONAF INVESTIMENTO.

Tipo de Ocupação	Área (Ha)
01. Culturas temporárias	
02. Culturas permanentes	
03. Área de pastagem	
04. Olericultura	
05. Área de Floresta	
06. Área de Reflorestamento	
07. Outros	

19) ATIVIDADES REALIZADAS NA PROPRIEDADE

1 ( ) Agricultura (Grãos)
2 ( ) Pecuária (Corte)
3 ( ) Pecuária (Leite)
4 ( ) Suinocultura

5 ( ) Avicultura (Postura)
6 ( ) Ovinocultura
7 ( ) Piscicultura
8 ( ) Panificação(Pães, bolachas.)
9 ( ) Olericultura(tubérculos, folhas e frutos)
10 ( ) Fruticultura
11 ( ) Outros

20) REBANHO DA PROPRIEDADE - ANTES DO ACESSO AO PRONAF INVESTIMENTO.

Tipo Quantidade de animais	Tipo Quantidade de animais
01. Bovinos (Corte)	
02. Bovinos (Leite)	
03. Caprinos	
04. Equinos	
05. Ovinos	

21) REBANHO DA PROPRIEDADE - DEPOIS DO ACESSO AO PRONAF INVESTIMENTO.

Tipo Quantidade de animais	Tipo Quantidade de animais
01. Bovinos (Corte)	
02. Bovinos (Leite)	
03. Caprinos	
04. Equinos	
05. Ovinos	

22) COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR - ANTES DO ACESSO AO PRONAF INVESTIMENTO.

N.	Atividade	Quantidade	Valor R$
1	Agricultura (Grãos) - Sacas		
2	Pecuária (Corte) - Arroba		
3	Pecuária (Leite) - Litros		
4	Suinocultura - Quilos		
5	Avicultura (Postura) - Unidades		
6	Piscicultura - Quilos		
7	Panificações - Quilos		
8	Olericultura(tubérculos, folhas , frutos) Unidade		
9	Fruticultura - Quilos		
10	Outros – Quilos/Outros		

23) COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR - DEPOIS DO ACESSO AO PRONAF INVESTIMENTO.

N.	Atividade	Quantidade	Valor R$
1	Agricultura (Grãos) - Sacas		
2	Pecuária (Corte) - Arroba		
3	Pecuária (Leite) - Litros		
4	Suinocultura - Quilos		
5	Avicultura (Postura) - Unidades		
6	Piscicultura - Quilos		
7	Panificações - Quilos		
8	Olericultura(tubérculos, folhas , frutos) Unidade		
9	Fruticultura - Quilos		
10	Outros – Quilos/Outros		

24) EQUIPAMENTOS EXISTENTES NA PROPRIEDADE.

1 ( ) Trator
2 ( ) Pulverizador
3 ( ) Plantadeira
4 ( ) Escareficador
5 ( ) Caminhão
6 ( ) Carreta de Trator
7 ( ) Colheitadeira
8 ( ) Ordenhadeira
9 ( ) Tanque resfriador de leite
10 ( ) Freezer
11 ( ) Veiculo de Passeio
12 ( ) Veiculo Utilitário
13 ( ) Implementos de Tração animal
14 ( ) Outros

25) DE QUE FORAM ADQUIRIDOS OS EQUIPAMENTOS EXISTENTES NA PROPRIEDADE

1 ( ) Pronaf
2 ( ) Outros Créditos Bancários
3 ( ) Recurso Próprio

26) TEMPO DEDICADO PARA AS ATIVIDADES DA PROPRIEDADE, POR SEXO, EM PERCENTUAL.

1 ( ) % Pai
2 ( ) % Mãe
3 ( ) % Filhas
4 ( ) % Filhos

27) CONTRIBUI PARA A RENDA FAMILIAR.

1 ( ) Pai
2 ( ) Mãe
3 ( ) Filhas

4 ( ) Filhos
5 ( ) Outros

28) OUTRAS FONTES DE RENDA.

N.	Fonte Valor mensal atual (R$)	Fonte Valor mensal atual (R$)
1	Remuneração de familiares que trabalham fora do estabelecimento (incluindo o beneficiário)	
2	Programas de ajuda governamental	
3	Aposentadoria de membros da família	
10	Outros	

29) QUAIS DESTES BENEFICIOS O SENHOR(A) POSSUIA ANTES DE TER ACESSO AO PRONAF.

1 ( ) Popança
2 ( ) Plano de Saúde
3 ( ) Seguros
4 ( ) Nenhum desses

30) QUAIS DESTES BENEFICIOS O SENHOR(A) POSSUIA DEPOIS DE TER ACESSO AO PRONAF.

1 ( ) Popança
2 ( ) Plano de Saúde
3 ( ) Seguros
4 ( ) Nenhum desses

31) UTILIZAÇÃO DO CREDITO DO PRONAF INVESTIMENTO.

SAFRA	INVESTIMENTO (BENS ADQUIRIDOS)	PRONAF(C, D, E ou MAIS ALIMENTOS	VALOR TOTAL DE CREDITOS PRONAF POR SAFRA(R$)
2003/2004			
2004/2005			
2005/2006			
2006/2007			
2007/2008			
2008/2009			
2009/2010			

2010/2011			
2011/2012			
2012/2013			

32) DESTINO DO CREDITO INVESTIMENTO(PRONAF)
1 ( ) Compra de animais
2 ( ) Instalações e Benfeitorias
3 ( ) Máquinas, Equipamentos e Implementos
4 ( ) Reforma ou implantação de pastagens
5 ( ) Culturas Perene
6 ( ) Proteção de Nascente
7 ( ) Poço Semi-Artesiano
8 ( ) Roda da Água
9 ( ) Irrigação de Pastagem
10 ( ) Sistema de Irrigação para pastagens
11 ( ) Aquisição de Utilitário
12 ( ) Outros Quais?_____

33) TEVE ALGUMA DIFICULDADE PARA PAGAR O(S) EMPRESTIMOS OBTIDOS PELO PRONAF.
1 ( ) Sim 2 ( ) Não

34) CASO A RESPOSTA SEJA "SIM", QUAL DIFICULDADE.
01( ) Baixa produtividade
02( ) Baixo preço de comercialização
03( ) Custo de produção
04( ) Condições de crédito (prazos, juros, etc.)
05( ) Frustração da safra
06( ) Outra. Qual? _____

35) DEPOIS DE TER COMEÇADO A RECEBER FINANCIAMENTO DO PRONAF, SUA PRODUÇÃO:
01( ) Aumentou muito
02( ) Aumentou
03( ) Permaneceu Igual
04( ) Diminuiu
05( ) Diminuiu muito

36) SE HOUVE MUDANÇA ATRIBUI AO PRONAF.
01( ) Não
02( ) Em parte
03( ) Totalmente

37) COMO VÊ O FUTURO DE SUA FAMÍLA.

01( ) Será melhor
02( ) Será pior
03( ) Nada vai mudar

38) SEUS FILHOS PRETENDEM CONTINUAR A ATIVIDADE RURAL?
01( ) Sim
02( ) Não
03( ) Não se aplica

ASPECTOS AMBIENTAIS DA PROPRIEDADE

39) QUAL A PRINCIPAL FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA O GADO LEITEIRO.
1 ( ) Açude
2 ( ) Poço ou Nascente
3 ( ) Rio
3 ( ) Roda da Água

40) QUAL A PRINCIPAL FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA UTILIZADA NA MORADIA.
1 ( ) Poço ou Nascente
2 ( ) Rede Geral
3 ( ) Rio ou açude
3 ( ) Outra, Qual?_____

41) QUAL TIPO DE INSTALAÇÃO SANITARIA UTILIZADA NA MORADIA – ANTES DO ACESSO AO PRONAF INVESTIMENTO
1 ( ) Fossa Séptica .
2 ( ) Fossa Rudimentar
3 ( ) Outras
4 ( ) Não tem

42) CONDIÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO – DEPOIS DO ACESSO AO PRONAF INVESTIMENTO.
1 ( ) Fossa Séptica
2 ( ) Fossa Rudimentar
3 ( ) Outras
4 ( ) Não tem

43) QUAIS ATIVIDADES CONSERVACIONISTAS A PROPRIEDADE POSSUIA - ANTES DO ACESSO AO PRONAF INVESTIMENTO.
1 ( ) Mata Ciliar
2 ( ) Nascentes
3 ( ) Reservas Legais
4 ( ) Controle de Erosões
5 ( ) Sisleg –Sistema de Manutenção, Recuperação, e Proteção, da Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente.
6 ( ) Calagem

7 ( ) Terraceamento
8 ( ) Outros

44) QUAIS ATIVIDADES CONSERVACIONISTAS A PROPRIEDADE POSSUIA - DEPOIS DO ACESSO AO PRONAF INVESTIMENTO.

1 ( ) Mata Ciliar
2 ( ) Nascentes
3 ( ) Reservas Legais
4 ( ) Controle de Erosões
5 ( ) Sisleg –Sistema de Manutenção, Recuperação, e Proteção, da Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente.
6 ( ) Calagem
7 ( ) Terraceamento
8 ( ) Outros